



---

Universidade de Brasília - UnB  
Faculdade UnB de Planaltina - FUP  
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - PPGMADER

JÚLIA SALOMÃO DIAS

**VIVER A TERRA *OUTRAMENTE***: um estudo de caso sobre o Coletivo Indígena  
CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena

**PLANALTINA/DF**

**2023**

JÚLIA SALOMÃO DIAS

**VIVER A TERRA *OUTRAMENTE***: um estudo de caso sobre o Coletivo Indígena  
CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Faculdade UnB Planaltina, da Universidade Federal de Brasília (PPGMADER/FUP/UnB), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Celeida Rabelo Nogueira

**PLANALTINA/DF**

**2023**

JÚLIA SALOMÃO DIAS

**VIVER A TERRA *OUTRAMENTE*:**

um estudo de caso sobre o Coletivo Indígena CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Faculdade UnB de Planaltina, da Universidade Federal de Brasília (PPGMADER/FUP/UnB), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

---

Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira (Orientadora)

---

Dra. Janaína Diniz (Interno)

---

Dr. Henyo Trindade Barretto Filho (Interno)

---

Dra. Nurit Bensusan (Externo)

---

Me. Leosmar Antonio (Convidado)

Sv Salomão Dias, Júlia  
Viver a Terra Outramente: um estudo de caso sobre o  
Coletivo Indígena CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena /  
Júlia Salomão Dias; orientador Monica Celeida Rabelo  
Nogueira. -- Brasília, 2023.  
122 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Agroecologia Indígena. 2. Cosmopolíticas. 3. Ontologias  
Relacionais. 4. Virada Ontológica. 5. Conexões Parciais. I.  
Celeida Rabelo Nogueira, Monica, orient. II. Título.

*Para Judith, Antônia e Edith (In memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

A todas as famílias Terena que compõem o Coletivo Indígena CAIANAS, em especial, Leosmar, Arildo, Valéria, Neiriel, João Leôncio, Tia Maria, Seu Alípio, Jussara, Professora Maria e Ágata, principais colaboradores desta dissertação.

Aos Caciques e Lideranças das Terras Indígenas Cachoeirinha e Pílad Rebuá, em especial, ao Cacique Edvaldo Antonio (Aldeia Cachoeirina) e sua família pela recepção e apoio à pesquisa.

Com muito carinho, agradeço às famílias de Arildo Cebálio e Dora e de Leosmar Antonio e Dona Juliana (July) pela hospedagem durante a estadia na TI Cachoeirinha. Agradeço também à Luna pela companhia e amizade.

À família Surubi Barbosa, Seu Dejanor (Seu Sete), Dona Albina, Demílson, Denílson, Deflson, Valéria, Vando, Andriele, Adriana e Mari pela recepção na aldeia Passarinho, na TI Pílad Rebuá. A generosidade, o cuidado e o afeto dispensados durante as minhas visitas à CAIANAS tornaram a experiência de estar em campo maravilhosa. Agradeço, também, às crianças Anna Lívia, Anna Liz, Otávio, Isabele, Valentim, Breno, Sofia e Luene pelas brincadeiras, pelas risadas e pelas frutas direto do pé. Obrigada por me acolherem como parte da família!

À professora Mônica Celeida Rabelo Nogueira pela confiança em mim depositada e pela orientação sensível e acolhedora durante o mestrado e a escrita da dissertação no contexto da pandemia COVID-19. Obrigada por ser diligente e respeitar minhas limitações pessoais e acadêmicas.

Às professoras Janaína Diniz e Nurit Bensusan e aos professores Henyo Trindade Barretto Filho e Gustavo Meyer por aceitarem compor a banca de avaliação desta pesquisa. Agradeço também aos professores Leosmar Antonio e Eliel Benites pela leitura atenta e pelas contribuições fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Às professoras e aos professores do PPGMADER por todo o aprendizado e pela solidariedade em tempos de isolamento social. Apesar de privados do contato presencial, todas e todos foram sempre muito disponíveis e comprometidas(os) com o nosso ensino e bem-estar, muito obrigada!

Ao professor José Antonio Vieira Pimenta, por receber-me na condição de aluna ouvinte na disciplina de Análise de Sistemas Interétnicos, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de Brasília e contribuir para as reflexões deste trabalho.

À equipe do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília (CEGAFI), em especial, aos professores Mário Lúcio de Ávila, Reinaldo José de Miranda Filho, Tamiel Khan Baiocchi Jacobson, Íris Roitman e Adriano de Bortoli e aos colaboradores Boleslaw Skowronski, Fagner Vasconcelos, Raphael Arthur, Marco Aurélio, Stéfany Sales, Karen Cristina, Giuliana Cadorin, Sara Magalhães e Edilene Santos.

À minha mãe, Mônica, por estender meus horizontes e ser meu porto seguro. Ao meu pai, Oberdan, por ensinar-me a aprender com a natureza.

Ao meu irmão, Pedro, desde sempre meu maior exemplo e orgulho. Obrigada por compartilhar mais essa jornada, essa conquista é nossa, *Ketzboltz!* Agradeço também à Luana, pela parceria e apoio enquanto cursava o mestrado em casa.

À Antônia, que sempre apoiou meus estudos, minha maior professora. Eu vou lembrar para sempre por nós, Dindoca!

À minha irmã, Lindy, um dos presentes mais lindos que a vida me deu.

To Justin Hedgepeth, for being there every hour, every day, and for finding parts of me I didn't know were missing.

À amiga Aline Araújo, pela inspiração, por sempre ensinar com generosidade e afeto e compartilhar as belezas da vida.

À amiga e companheira de graduação em Direito, Lilyan Nascimento, pela curiosidade, pela indignação e pela poesia.

À família Trevisani, por tornar o período de isolamento social menos solitário.

Aos amigos radicados em Brasília, Piragibe, Marco e Matheus, à minha xará, Júlia e à Lis. Obrigada por todo o carinho e acolhida na capital. Agradeço também ao Jota Erre, sem vocês o mestrado na UnB não seria possível.

Aos demais amigos e amigas, *vagamundas e vagamundos* que insistem em suspender o céu: seguimos, seja o que for, por amor às causas perdidas!

## RESUMO

Trata-se de um estudo de caso sobre o Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade, a CAIANAS, do Povo Terena, da Terra Indígena Cachoeirinha, situada no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul. As disputas presentes no contexto regional sul mato-grossense não se reduzem a conflitos ambientais ou étnicos, mas a conflitos ontológicos: a ciência moderna, o progresso, o desenvolvimento, o agronegócio, dentre outras expressões que compõem a ontologia moderna, são manifestações de poder cujos pressupostos definem o que é real, o que pode existir e o que é sacrificável. É necessário, portanto, suspender os fundamentos da ontologia moderna que se pretendem universais e universalizantes como, por exemplo, a distinção entre natureza e cultura, e admitir que o mundo moderno se (des)ampara às custas de outros mundos possíveis, de outros mundos que já existem. Com base nos aportes teórico-metodológicos das Ontologias Relacionais, este estudo busca estabelecer com o Povo Terena um diálogo cosmopolítico, debatendo nossas condições e capacidades coletivas de construir terrenos de vida e pensar outras formas de habitar a Terra para enfrentamento das mudanças das condições climáticas e ambientais do Antropoceno. Para tanto, a pesquisa aborda as conjecturas históricas e os processos de gênese da CAIANAS e as conexões entre o conceito de Etnoagroecologia Terena em diálogo com outros saberes. As conexões parciais estabelecidas entre os mundos indígenas e o mundo moderno são ferramentas analíticas para compor um diálogo cosmopolítico, ou seja, refletir como diferentes ontologias podem se conectar, na medida em que divergem.

**Palavras-chave:** Agroecologia Indígena; Cosmopolíticas; Ontologias Relacionais; Virada Ontológica; Conexões Parciais.

## ABSTRACT

This is a case study on the Indigenous Environmentalist Collective CAIANÁS of the Terena People, from the Cachoeirinha Indigenous Land, located in the municipality of Miranda, in Mato Grosso do Sul. The research aims to address the historical conjectures and the processes of genesis of the CAIANAS and reflect on the connections between the concept of Terena Ethnoagroecology in dialogue with other knowledges. The disputes present in the Mato Grosso do Sul regional context do not follow environmental or ethnic conflicts, but ontological conflicts: modern science, progress, development, agribusiness, among other expressions that make up the modern ontology, are manifestations of power whose budgets define what is real, what can exist and what is expendable. It is therefore necessary to suspend the foundations of modern ontology that are intended to be universal and universalizing, such as, for example, the distinction between nature and culture, and to admit that the modern world is (un)sustained at the expense of other possible worlds, of other worlds. The partial connections stablish between indigenous worlds and the modern world are analytical tools to compose a cosmopolitical dialogue, that is, they reflect how different ontologies can connect, as they diverge. Based on the theoretical-methodological contributions of Relational Ontologies, we seek to establish a cosmopolitical dialogue with the Terena People, debating our conditions and collective capacities to build lands of life and think of other ways of inhabiting the Earth to face changes in climatic conditions and environments of the Anthropocene.

**Keywords:** Indigenous Agroecology; Cosmopolitics; Ontological turn; Partial connections.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – “Isto não é a superfície de Marte” .....</b>	<b>18</b>
<b>Figuras 2 e 3 - Imagens de Satélite da TI Cachoeirinha; Comparativo das mudanças da cobertura do solo e seus usos entre o ano de 1985 e 2021. ....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 4 - Primeira Oficina de SAFs realizada em fevereiro de 2013, no âmbito do Projeto GATI, na TI Cachoeirinha/MS .....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 5 - Oficinas realizadas pela Família GATI no âmbito do Projeto GATI, TI Cachoeirinha/MS .....</b>	<b>80</b>
<b>Figura 6 - Logotipo da Organização CAIANAS.....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 7 - “E o fogo chegou na nossa aldeia” .....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 8 - Cerimônia Religiosa dos índios Guanás (30 de março de 1866).....</b>	<b>91</b>
<b>Figura 9 - Ipixaxóvokuti, Casa de Canto e Cura inaugurada pela CAIANAS, Aldeia Mãe Terra .....</b>	<b>92</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1 - Povos do Gran Chaco e sua localização quando do primeiro contato europeu</b>	<b>39</b>
<b>Mapa 2 - Bacia do Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP)</b> .....	<b>41</b>
<b>Mapa 3 - Mapa etnohistórico: Sistema Social do Chaco/Pantanal, séculos XVII-XIX</b> ....	<b>43</b>
<b>Mapa 4 - Desterritorialização da população indígena do Chaco/Pantanal: situação em 1872 e em 1900</b> .....	<b>52</b>
<b>Mapa 5 - Retomadas dos territórios tradicionais Terena no Mato Grosso do Sul</b> .....	<b>58</b>
<b>Mapa 6 - Distribuição da população Terena por municípios no MS</b> .....	<b>59</b>
<b>Mapa 7 - Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda/MS</b> .....	<b>62</b>
<b>Mapa 8 - Mapa etnohistórico de centralização e descentralização espacial, Terra Indígena Cachoeirinha</b> .....	<b>64</b>
<b>Mapa 9 - Localização da Aldeia Mãe Terra e Espaço de Formação Kayanás</b> .....	<b>83</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Área de superfície de água no Pantanal - 1985 a 2022 .....</b>	<b>22</b>
<b>Gráfico 2 - Tendência histórica de redução de superfície de água no Pantanal (1985-2022)</b> <b>.....</b>	<b>23</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Processo de Formação das Reservas Indígenas Terena – Século XX .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 2 - Núcleos Regionais e suas respectivas Áreas de Referências (Terras Indígenas)</b> .....	<b>72</b>
<b>Quadro 3 - Ações executadas pela Família GATI com o apoio institucional do Projeto GATI (2013-2015).....</b>	<b>83</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia
- APIB** – Articulação Nacional dos Povos Indígenas
- APOINME** – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, a Minas Gerais e Espírito Santo
- ARPIPAN** – Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal
- ARPINSUDESTE** - Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
- ARPINSUL** – Articulação dos Povos Indígenas da região Sul
- ASCURI** – Associação Cultural dos Realizadores Indígenas
- CAIANAS** – Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade
- CD** – Comitê Diretor do Projeto GATI
- CIMI** – Conselho Indigenista Missionário
- CNAPO** – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- COIAB** – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- FASE** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FUNAI** – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- GATI** – Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena
- GEF** – Global Environment Facility (Fundo Mundial para o Meio Ambiente)
- GT** – Grupo de Trabalho
- GTI** – Grupo de Trabalho Interministerial
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBIO** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IFMS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
- IMASUL** – Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
- ISC** – Instituto de Saúde Coletiva
- MD** – Ministério da Defesa
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- NEAST/UFMT** – Núcleo de Estudos Ambientais, Saúde e Trabalho – NEAST da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
- NOB** – Companhia Ferroviária Noroeste Brasil
- PNGATI** - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**RI** – Reserva Indígena

**SAFs** – Sistemas Agroflorestais

**SEMACE** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia

**SESAI** – Secretaria Especial de Saúde Indígena

**SFB** – Serviço Florestal Brasileiro

**SPILTN** – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

**SPI** – Serviço de Proteção aos Índios

**TI** – Terra Indígena

**TIC** – Tecnologia de Informação e Comunicação

**TNC** – The Nature Conservancy

**UGP** – Unidade de Gestão do Projeto GATI

**UNIVASF** – Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

## SUMÁRIO

1. VIVER A TERRA EM TEMPOS DIFÍCEIS: Antropoceno, Novo Regime Climático e o diálogo cosmopolítico .....	12
1.2. O DEVORADOR DE MUNDOS: contexto de luta e resistência dos Povos Indígenas frente à consolidação do agronegócio no Mato Grosso do Sul.....	18
2. A TRAJETÓRIA E A LUTA DO POVO TERENA: colonização e a inserção e consolidação da agricultura capitalista no mato grosso do sul.....	28
2.1. Breve caracterização etnográfica e descrição das conjunturas históricas Terena .....	28
2.2. Os <i>Tempos Antigos</i> e a situação <i>do e no Êxivá</i> .....	33
2.3. A desterritorialização Terena e a submissão à situação de Reserva.....	49
2.4. O DESPERTAR TERENA NA TI CACHOEIRINHA: as Retomadas dos territórios tradicionais e novas formas de Territorialização e Territorialidade .....	60
3. A formação do Coletivo Indígena CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena.....	68
3.1. Antecedentes do Projeto GATI e a constituição do Núcleo Pantanal/Cerrado .....	68
3.2. O Sonho Coletivo em Tempos de Despertar: a formação da Família GATI.....	73
4. COMPONDO ARRANJOS E ALIANÇAS: O Coletivo Indígena CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena.....	95
REFERENCIAS .....	101
ANEXOS .....	112



## 1. VIVER A TERRA EM TEMPOS DIFÍCEIS: Antropoceno, Novo Regime Climático e o diálogo cosmopolítico

Faz algum tempo que nós na aldeia Krenak já estávamos de luto pelo nosso rio Doce. Não imaginava que o mundo nos traria esse outro luto. Está todo mundo parado. Quando engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o rio Doce, perguntaram a minha opinião. Eu respondi: ‘A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos de parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros nas margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida’. Então um deles me disse: ‘Mas isso é impossível. O mundo não pode parar.’ E o mundo parou (KRENAK, 2020a, s/p.).

A relativa estabilidade das condições biotermodinâmicas da Terra está ameaçada pela interferência humana nos ciclos biogeoquímicos e atmosféricos da biosfera, a ponto de constituir um novo marco na história geológica da Terra, o Antropoceno (CRUTZEN; STOERMER, 2000; CRUTZEN, 2002). O termo procura destacar o quanto a ação humana têm sido a principal força motriz por trás das mudanças das condições ambientais e climáticas observadas globalmente, cujas consequências colocam em questão a continuidade da vida humana e de seres *outros-que-humanos*.

A impossibilidade de reverter ou resolver a mutação climática em curso requer uma *resposta hábil*<sup>1</sup>, no sentido proposto por Haraway (2016), que leve também em conta a assunção de responsabilidades para adiar as consequências devastadoras do Antropoceno (HARAWAY, 2016). É desnecessário desacelerar o raciocínio, como propõe Stengers (2017). É preciso *parar*, às palavras de Krenak (2020a) em epígrafe.

As ameaças que o *Novo Regime Climático* anuncia exigem posicionamentos políticos que viabilizem a existência de seres humanos e *outros-que-humanos*. Implicam, também, como afirma Latour (2021), o estabelecimento de novos arranjos e a composição de alianças inéditas para viver e para persistir em tempos difíceis. Tendo isso em conta, propus realizar este trabalho em colaboração com o Povo Terena, da Terra Indígena (TI) Cachoeirinha, inserida no contexto regional do Mato Grosso do Sul, no município de Miranda/MS. Intencionei, inspirada na proposição de Stengers (2017), desacelerar meu pensamento, perscrutando os caminhos e as estratégias do Coletivo Indígena CAIANAS para pensar maneiras de viver a Terra *Outramente*.

---

<sup>1</sup>A autora sugere que a ideia de responsabilidade (em inglês, *responsibility*) deve ser ampliada para incluir uma “*response-ability*”, isto é, a capacidade de responder de forma eficaz às crises que enfrentamos, de desenvolver habilidades para lidar com as ameaças do *Chthuluceno*, termo utilizado pela autora para se referir ao Antropoceno (HARAWAY, 2016).



O Coletivo é formado por famílias de agricultores Terena que buscam o fortalecimento de sua identidade e de seus conhecimentos tradicionais através de práticas denominadas como *Etnoagroecológicas* de recuperação ambiental e de cultivo e cuidado da (T)terra. A CAIANAS tem como missão a defesa da qualidade de vida e do meio ambiente com foco nos biomas Cerrado e Pantanal, onde estão inseridos (CAIANAS, s.d.).

Quando ingressei no mestrado em março de 2020, objetivava estudar a institucionalização do diálogo interétnico promovido pela formulação e implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). Diante das questões socioambientais, econômicas e fundiárias que envolvem o problema da autodeterminação indígena e a defesa de seus territórios tradicionais, minha intenção era discutir as possibilidades, os limites e os desafios inerentes ao diálogo entre Estados nacionais e Povos Indígenas.

A proposta de pesquisa previa a realização de campo e observação participante em uma das 32 áreas de referência em que o Projeto GATI, piloto da PNGATI, foi executado. Escolhi tratar da experiência do Povo Terena da Terra Indígena Cachoeirinha e do Coletivo Indígena CAIANAS em razão das particularidades da sua trajetória e atuação no contexto regional de conflito fundiário, colonialismo, racismo e degradação ambiental do Mato Grosso do Sul.

No segundo semestre do curso, passei a questionar a viabilidade da pesquisa, afinal, *o muno parou*. A pandemia instaurada pelo Coronavírus – agravada pela omissão do mandato presidencial de Jair Bolsonaro -, e a prolongação das medidas de isolamento social conduziram-me ao redimensionamento do tema. Esse desvio está associado às dificuldades de realização da pesquisa durante o período de crise sanitária, mas não apenas.

As discussões levadas a efeito durante as aulas do mestrado tornaram cada vez mais patente a necessidade de pensar criticamente os conceitos de “Desenvolvimento Rural” e “Meio Ambiente”, sobretudo ao pesquisar com o Povo Terena. Minha preocupação passou a considerar o que implicam esses conceitos em relação aos mundos indígenas: fazem sentido as premissas neles contidas para as pessoas com as quais pretendo trabalhar? Em que medida a onto-epistemologia sobre a qual são concebidos converge com a Terena? Noções como progresso e crescimento econômico, dentre outras que esses conceitos podem encerrar, estão em confronto com o modo de ser e de viver Terena? A divisão constitutiva da modernidade a que se refere Latour (1994) de natureza/cultura, dentre outras que daí derivam, tais como, humanidade/animalidade, coisa/pessoa, sujeito/objeto, é extensível a mundos que excedem a modernidade?



Essas indagações estão associadas ao reconhecimento de que, como diz Araújo (2022), os conceitos que usamos para nos relacionarmos com a *alteridade* podem operar, no campo da cosmopolítica, como *armas de guerra*. Conceitos tendem a reiterar regimes de verdade e a produzir invalidações que são epistêmicas e também ontológicas (ARAÚJO, 2022).

Já há algum tempo a ciência ocidental moderna procura reformar a noção de desenvolvimento estabelecendo pactos com a natureza, no entanto, resiste em constituir relações não coloniais, incorrendo, na melhor das hipóteses, na “maldição da tolerância” para com os mundos indígenas (STENGERS, 2020). Essa maldição, como bem pontuou Stengers (2020), pode ser, nesse sentido, uma justificativa para que não precisemos encarar que os conceitos que usamos para nos relacionarmos com mundos *outros-que-modernos* não operam pelas mesmas divisões constitutivas da modernidade (STENGERS, 2020).

Reconhecemos a relevância de outras práticas onto-epistêmicas enquanto essas não ameaçam ou deslocam os contornos da nossa ciência ou não desafiam aquilo os *índios*, enquanto caleidoscópio de pontos de vista estereotipados, exotificados ou romantizados, um “espelho quase sempre invertido”, a “anti-imagem do branco” podem, como tal, aspirar (RAMOS, 2012, p. 28).

Existem, no entanto, outras formas de pertencer ao mundo, que até então não se sabe (ou que não se acredita) possíveis, mas que são (e persistem) com a Terra (LATOURETTE, 2020a). Por isso me esforço, como adverte Marisol De La Cadena (2017), a *levar a sério* as proposições cosmopolíticas movidas pelo Povo Terena da TI Cachoeirinha/MS e a Organização CAIANAS, apresentando este trabalho coletivo. Nesse esforço é imprescindível incluir a população no trabalho de elaboração da pesquisa acadêmica, compartilhando conhecimentos, lutas e sonhos (SMITH, 2018).

Com isso, procurei posicionar-me e elencar questões de cuidado para pensar abordagens e metodologias que corroboram para uma pesquisa mais ética, responsável, acessível e profícua à comunidade Terena com a qual estudo (SMITH, 2018). O esforço que empreendo é no sentido de desmistificar e de descolonizar a pesquisa acadêmica, recomendado por Smith (2018). Segundo a autora, a descolonização de metodologias importa em considerar o contexto no qual os problemas da pesquisa são conceituados e projetados, além das implicações da pesquisa para seus participantes e comunidade (SMITH, 2018).

A partir das obras das autoras e autores do que se convencionou denominar de Virada Ontológica ou Ontologas Relacionais, procurei refletir sobre a minha em relação à reprodução e o compartilhamento de teorias e análises acerca dos Povos Indígenas e procurei adotar



abordagens mais críticas, falar de maneira mais criativa e afetiva a respeito da pesquisa com grupos e comunidades indígenas.

É necessário, também, situar a pesquisa em relação à instituição que está vinculada, suas reivindicações, valores e práticas e, sobretudo, refletir suas relações de poder. A pesquisa acadêmica ocidental, pretensamente neutra e objetiva, tem sido utilizada para objetivar e controlar os povos indígenas, muitas vezes simplificando suas perspectivas e desvalorizando seus conhecimentos e modos de vida. Não sem motivo, muitos povos percebem a pesquisa acadêmica como um procedimento que os explora, deturpando sua cultura e captando seus recursos ou, na melhor das hipóteses, uma prática realizada por e para pessoas que “vem de fora”, sem trazer resultados positivos aparentes para as suas comunidades (SMITH, 2018).

Feita essas considerações, esta pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de caso sobre a criação e a atuação do Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade – CAIANAS e refletir sobre as conexões entre o conceito de Etnoagroecologia Terena em diálogo com outros saberes. Para compor essa investigação, foram utilizados os métodos de revisão bibliográfica, netnografia, observação participante e entrevistas.

Sonegadas, camufladas pela cegueira antropológica do mononaturalismo, resistem onto-epistemologias, formas de pertencer ao mundo que *são com a Terra* (LATOURE, 2020a). Descreditadas - e desacreditadas - como *aquilo que é* e como *aquilo que pode ser*, essas práticas emergem no horizonte da crise não para, necessariamente, apontarem soluções. Emergem porque, não é demais reiterar, sempre estiveram *ali*.

Com base no referencial teórico dos autores vinculados ao que se convencionou denominar *Ontologias Relacionais*, refleti sobre a necessidade de adotar uma postura mais crítica, criativa e afetiva de empreender a pesquisa em colaboração com os Terenas, considerando as seguintes questões: se as disputas até então reduzidas a disputas epistemológicas são, na verdade, ontológicas ou *onto-epistêmicas*, como abordá-las? É possível abandonar a racionalidade e os pressupostos que constituem o mundo dos *purutuya*<sup>2</sup> ao qual estou vinculada para conhecer o cosmos tal como os Terena o percebem? Como desenvolver uma pesquisa que se pretende colaborativa com o Povo Terena, sendo a dissertação um trabalho individual? Qual a minha responsabilidade enquanto estudante *purutuya* ao reproduzir e compartilhar análises acerca dos Terenas, sobretudo, diante de séculos de colonialidade que marcam a relação entre Povos Indígenas e a produção acadêmica?

---

<sup>2</sup>Termo utilizado no idioma terena para se referir ao não-indígena.



E mais: a impossibilidade de ir a campo em razão das medidas de isolamento social causadas pela COVID-19 despertaram uma série de questionamentos sobre a viabilidade da pesquisa e o seu caráter ético: como tratar do contexto da TI Cachoeirinha e realizar um estudo de caso do Coletivo CAIANAS sem estar *in loco*? Como estabelecer contato e construir uma relação de confiança com a comunidade através de interações virtuais, sobretudo quando essa abordagem não é indicada para conduzir pesquisas que envolvam Povos Indígenas? Recorrer a métodos da netnografia seria suficiente para consecução dos objetivos da pesquisa? Seria prudente insistir na temática sem contato prévio com a comunidade e arriscar reproduzir informações distorcidas ou irreais que poderiam ter impactos negativos sobre a CAIANAS ou, ainda, sobre a qualidade da pesquisa?

Todas essas preocupações que permearam a elaboração deste trabalho partem do reconhecimento de que os conceitos que mobilizamos para nos tornar inteligíveis – e inteligíveis os nossos “objetos” de pesquisa – são agentes que, de maneira insidiosa, podem trair a nós e a nossas intenções (LATOURE, 2018; ARAÚJO, 2022). Às palavras de Latour (2018, p. 431), é preciso considerar o risco da “cegueira antropológica”, na medida em que “definições são problemáticas, pois nenhuma desenvolve uma compreensão que ultrapassa a constatação da colocação em perigo das culturas em conflito. Também o cosmos deve ser colocado em jogo”. Dessa forma, enquanto uma proposta de investigação colaborativa, a escrita desse trabalho exigiu repensar a gramática pela qual me manifesto (colocar em evidência o cosmos, a ontologia da qual faço parte).

O desafio que se coloca é, enquanto acadêmica *purutuyá* (não-indígena), desvincular-me, ainda que parcialmente, dos pressupostos e dos regimes de verdade que constituem a ordem do mundo da qual faço parte. Buscar estabelecer um diálogo cosmopolítico e contemplar as dissensões é uma questão não só de interesse, mas de *cuidado*, no sentido de desacelerar o pensamento e admitir que as nossas respostas não foram suficientes (STENGERS, 2017). A existência de desacordos pode ser, também, uma oportunidade de encontrar respostas ou, de habilidade de responder (*response-ability*) *responsabilidade* como refere Haraway (2016). Contudo, eis outro cuidado: não utilizar o *Outro* como uma ferramenta.

Ainda que pretendesse fazer uma etnografia, - o que devido às medidas de isolamento social se mostrou limitada –, minha pretensão não era e continua não sendo perscrutar junto ao Povo Terena uma solução para os nossos problemas. Tampouco pretendo explorar as possíveis relações não-utilitaristas da cosmovisão Terena com a natureza, porque isso seria usar sua epistemologia no limite em que é boa para nós, em que pode ser mobilizada para o nosso



proveito ou que se enquadra dentro do que concebemos como verdade e/ou contribuição para o nosso conhecimento.

Isso requer, também, o cuidado de não buscar representar os conhecimentos e práticas ancestrais Terena, atribuir-lhes significados e, tampouco, falar em seu nome. Daí a necessidade, conforme demonstram os autores das Ontologias Relacionais, de estabelecer com o tema uma relação de *cuidado* e de *interesse*, no sentido de enunciar o cosmos ao qual pertence e a partir do qual realizo essa investigação. O trabalho se justifica diante da gravidade do contexto em que essa pesquisa está inserida, conforme pontuo ao longo do texto. Negar as consequências nefastas do modelo de produção do agronegócio é *loucura*, é insistir em pressionar os limites planetários na crença de que o que ocorre com o mundo não nos diz respeito. Não há um “Fora-deste-mundo” para onde as “externalidades” da produção capitalista do campo irão incidir, tampouco um “Mundo-fora-deste” para onde possamos nos refugiar.

Com relação à estrutura da pesquisa, este estudo de caso segue a divisão sugerida por Yin (2001) entre pesquisa exploratória e explanatória e está organizado nos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo contém notas sobre a minha trajetória pessoal e acadêmica, reflexões sobre o percurso da pesquisa e sua elaboração em conjunto com a CAIANAS. Nesse mesmo capítulo também procuro contextualizar a pesquisa e problematizar as questões que nortearam a escolha do tema.

No segundo capítulo, descrevo como se deu a relação do Povo Terena com os demais Povos do Mato Grosso do Sul e com a sociedade não-indígena, sobretudo o relacionamento com o Estado e as políticas indigenistas de colonização, aldeamento, assimilação e de implementação de projetos desenvolvimentistas e agropastoris na região. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, destaco as reações, adaptações e transformações do Povo Terena diante da colonização do Mato Grosso do Sul e da expansão da fronteira agrícola e do agronegócio como principal base produtiva do estado. O protagonismo e a capacidade de articulação do Povo Terena são determinantes para a manutenção da sua identidade e para defesa de seus territórios tradicionais.

A partir do contexto de desterritorialização e territorialização do Povo Terena diante da formação do estado brasileiro e do estado do Mato Grosso do Sul, o Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para a Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade, a Organização CAIANAS, é formalizado pelas famílias terena da Terra Indígena Cachoeirinha, situada no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul. Assim, no terceiro capítulo, abordo as experiências que serviram de estímulo para a formalização da CAIANAS. São descritos os objetivos, as ações e as articulações da CAIANAS na TI Cachoeirinha, assim como em outros territórios tradicionais



e a sua projeção no contexto regional e nacional, destacando o protagonismo do Povo Terena para a manutenção de seus modos de vida e defesa de seus territórios tradicionais.

Nas considerações finais, apresento reflexões sobre a trajetória da Organização CAIANAS no contexto regional de conflito e expansão da fronteira agrícola do Mato Grosso do Sul e diante da mutação climática e ambiental que marcam o Antropoceno. Inspirada no que diz De La Cadena (2015), intencionei *levar a sério* práticas que excedem a modernidade e *levar a sério* também a política da revolução *permanente* que sustenta o que *poderia ser* (HOLBRAAD et al., 2014). O que *poderia ser*, no sentido do que propõe os autores, é aquilo que existe e persiste - como realidade e como virtualidade. Em outras palavras, o que *pode ser já é* como excesso, como o que extrapola as fronteiras ou os limites do mundo que se pretende único - o mundo moderno (DE LA CADENA, 2015).

## 1.2. O DEVORADOR DE MUNDOS: contexto de luta e resistência dos Povos Indígenas frente à consolidação do agronegócio no Mato Grosso do Sul

“Quando lhe perguntei sobre como ela<sup>3</sup> explicava a extraordinária expansão das derrubadas das matas, plantio de pastagens e aumento dos rebanhos de gado, ela me olhou nos olhos e disse que isto se deu porque ‘o branco gostou mais de carne de... índio’. Tive a impressão de que ela ia dizer que o branco já gostou mais de carne de gado, mas ela fez uma pausa e disse índio. A ampliação dos rebanhos de gado exigiu a aniquilação dos espaços sociais nos quais se desenvolvia as figurações sociais terena. Sendo assim, gostar da carne de gado é de certa forma gostar da carne do índio, pois o gado toma o lugar do índio” (PEREIRA, 2009, p. 150).

“Ser devorado pelo sistema capitalista é semelhante ao que ocorreu com as pessoas devoradas pelas onças, que se transformaram em *jaguarete ava*, seres mestiços, capazes de não enxergar mais os seus semelhantes como humanos, mas como caça” (BENITES, 2021, p. 261)<sup>4</sup>.

### Figura 1 – “Isto não é a superfície de Marte”<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Dona Senhorinha, anciã, parteira, curandeira e xamã Terena da Terra Indígena Buriti/MS (PEREIRA, 2009).

<sup>4</sup>Eliel Benites, professor Guarani e Kaiowá.

<sup>5</sup>Ao cruzar a fronteira entre o estado do Paraná e o Mato Grosso do Sul é visível a homogeneização da paisagem e a presença (ou seria a ausência?) do agronegócio no Mato Grosso do Sul. Foto retirada em 14 de março de 2022, em algum ponto da BR-163, nas imediações do município de Navaraí/MS.



Fonte: Acervo pessoal da autora

O Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro que possui a segunda maior população autodeclarada indígena e um dos piores índices de distribuição fundiária do país (IBGE, 2019)<sup>6</sup>. Os Povos Terena, Kinikinau, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Atikum e Kambá somam 82.038 habitantes (SESAI, 2019)<sup>7</sup> e vivem em uma área equivalente a 2,2% do território estadual, cercados por latifúndios que correspondem a 83% do território sul mato-grossense (IBGE, 2019)<sup>8</sup>.

A população indígena encontra-se, em sua maioria, confinada em Reservas Indígenas fragmentadas e pendentes de regularização, enquanto os recursos naturais que dispõem são escassos e ameaçados pelo avanço do agronegócio<sup>9</sup> no entorno das aldeias (LADEIRA;

---

<sup>6</sup>Segundo dados do Atlas Agropecuário (IBGE, 2019), 92% do território do Mato Grosso do Sul é de terras privadas, sendo que a Região Centro-Oeste é a região do país com maior concentração de latifúndios, que ocupam 75% de sua extensão. A desigualdade da distribuição de terras no Mato Grosso do Sul atinge o índice Gini de 0,867, sendo o quarto estado com maior concentração de terras do país (IBGE, 2012). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em 25 de jun. de 2023.

<sup>7</sup>Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_indigena\\_analise\\_situacao\\_sasisus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_analise_situacao_sasisus.pdf). Acesso em 25 de jun. de 2023.

<sup>8</sup>Para fins de registro, as autoras Graciela Chamorro e Isabele Combès (2018) mencionam, também, a presença dos Povos Chamacoco e Ayoreo, da família linguística Zamuco, no entanto, não encontrei dados específicos sobre sua população (CHAMORRO; COMBÈS, 2018).

<sup>9</sup>O termo agronegócio é utilizado em sentido amplo, como atividade de produção e distribuição de gêneros agrícolas e agropecuários voltados principalmente à exportação (LEITE; MEDEIROS, 2012). O agronegócio baseia-se nos processos de modernização e industrialização da agricultura, dependente de alta tecnologia, do uso de insumos modernos e de maquinário, além de requerer um estoque de terras produtivas disponíveis para sua expansão (LEITE; MEDEIROS, 2012).



AZANHA, 2004; VIEIRA, 2004; ANTONIO, 2016; ANTONIO et al., 2019). O setor do agronegócio é a principal base produtiva do Mato Grosso do Sul, responsável por 30% de sua economia e seu desempenho contribui com 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro<sup>10</sup>. O Mato Grosso do Sul é o quinto maior produtor de grãos do país<sup>11</sup>, como soja, milho, cana-de-açúcar, ocupa a quarta posição na criação de rebanho bovino<sup>12</sup> e é o terceiro maior produtor de papel e celulose<sup>13</sup>.

Em razão da influência econômica do agronegócio para o estado e o país, os processos de demarcação e de ampliação dos territórios indígenas são negligenciados, o que agrava a situação de vulnerabilidade da população indígena situada no Mato Grosso do Sul (BENITES et al., 2016). Ao longo das últimas décadas, houve o aumento constante dos índices de violência contra os indígenas da região em razão, principalmente, das disputas por terras com latifundiários do agronegócio, que tratam os direitos dos indígenas como obstáculos ao desenvolvimento regional (CIMI/MS, 2011).

De acordo com o relatório “As violências contra os Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul – Dados de 2003-2010”, as violações de direitos suportadas pelos povos indígenas no MS compõem “uma das realidades mais preocupantes do mundo” (CIMI/MS, 2011, p. 08). Dentre os ataques praticados contra os indígenas, o documento denuncia a ocorrência de “assassinatos, expulsões de terras, exploração, envenenamento, fome, mortalidade infantil por desnutrição e doenças curáveis, alcoolismo, racismo, escravidão e suicídio” (CIMI/MS, 2011, p. 09).

A situação é grave a ponto de a Assembleia Legislativa instalar em 2015 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)<sup>14</sup> para apurar os crimes de Genocídio<sup>15</sup> diante da crise humanitária vivenciada pelas comunidades indígenas que lutam pela demarcação e o respeito

---

<sup>10</sup>Disponível em: <http://www.ms.gov.br/pib-de-mato-grosso-do-sul-alcancou-r-1069-bilhoes-em-2018-com-avanco-da-industria/>. Acesso em 02 de maio de 2023. Ver também: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/09/01/bom-desempenho-do-agro-em-ms-ajuda-a-entender-pib-positivo-do-setor-no-pais-apontam-especialistas.ghtml>.

<sup>11</sup>Disponível em: <http://www.ms.gov.br/a-economia-de-ms/>. Acesso em 02 de maio de 2023.

<sup>12</sup>Disponível em <http://www.ms.gov.br/indicadores/>. Acesso em 01 de maio de 2023.

<sup>13</sup>Disponível em <http://www.ms.gov.br/major-exportador-de-celulose-do-pais-ms-ve-setor-florestal-impulsionar-economia-verde-no-estado/>. Acesso em 01 de maio de 2023.

<sup>14</sup>Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Noticias/89595/assembleia-autoriza-cpi-para-investigar-genocidio-dos-povos-indigenas-de-ms>. Acesso em 02 de maio de 2023.

<sup>15</sup>A Lei 2.889, de 1º de outubro de 1956, caracteriza como Crime de Genocídio a ação praticada “com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso” especificadas como “a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo” (BRASIL, 1956).



de seus territórios tradicionais. O estado segue registrando os maiores índices de assassinato de indígenas do país, conforme a publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2019, 2020 e 2021 (CIMI, 2020, 2021 e 2022)<sup>16</sup>.

O acirramento dos conflitos fundiários e da violência no Mato Grosso do Sul acompanha o processo de reprimarização da economia brasileira observado nos últimos 20 anos. O *boom das commodities* agrícolas e minerais<sup>17</sup> e a elevação do preço dos alimentos nesse período teve impacto direto nos países que dispõem de terras cultiváveis, água e minérios, colocando o Brasil em posição estratégica no cenário internacional (DELGADO, 2012; FLEXOR; LEITE, 2017).

A disponibilidade desses “recursos naturais” no país acarretou a expansão do agronegócio, o aumento da procura e dos preços de terras e a aquisição de terras por estrangeiros, fenômeno denominado de *landgrabbing* (SAUER; LEITE, 2012; FLEXOR; LEITE, 2017). O avanço da fronteira agrícola para atender à demanda global por produtos como soja e carne é o principal fator para o aprofundamento da desigualdade no acesso à terra e pobreza nos países sul-americanos, sobretudo nas regiões identificadas como prioritárias ao agronegócio (GRAIN, 2020). A demanda por terras sugere que até o ano de 2050, 132 milhões de hectares de terras cultiváveis nos países localizados no Sul Global serão comprometidas pela inserção do agronegócio no campo (GRAIN, 2020).

Por essas razões, o agronegócio tem sido o principal vetor de desmatamento ilegal causado por incêndios em todo os biomas brasileiros (MAPBIOMAS, 2022a). Desde 2019 proprietários rurais e fazendeiros ligados ao agronegócio conspiram para provocar incêndios florestais em áreas de interesse de exploração econômica, o que ficou conhecido como o “Dia do Fogo”. Os incêndios criminosos são também uma estratégia da ofensiva capitalista de atacar povos e comunidades tradicionais e consolidar a invasão de suas terras<sup>18</sup> (SERAFIM, 2022). Os Povos Indígenas são os principais alvos dos ataques com fogo, totalizando 39% das

---

<sup>16</sup>Consta do relatório que o Mato Grosso do Sul foi o estado com maior registro de assassinatos de indígenas em razão de conflitos fundiários durante o ano de 2019, totalizando 40 mortes (CIMI, 2020, p. 07). Já no ano de 2020, o estado registrou 34 assassinatos (CIMI, 2021, p. 09) O número de mortes se manteve no ano de 2021, totalizando 35 assassinatos (CIMI, 2022, p. 09).

<sup>17</sup>O termo *commodity* (no plural *commodities*) faz referência a produtos provenientes de atividade agropecuária, florestal, pesqueira ou mineral, em sua forma natural e produzidos em quantidades consideráveis para comercialização no mercado internacional (DELGADO, 2012).

<sup>18</sup>Essa prática passou a ser considerada pela Comissão Pastoral da Terra como uma das 18 formas de violências registradas no campo brasileiro em torno da disputa por terras, uma vez que os incêndios “constituem armas na disputa pelo controle territorial na esteira da expansão do agronegócio, (...). Um destrói as condições de existência do modo de vida das comunidades, o outro as ataca diretamente e impõe o medo” (SERAFIM, 2022, s.p.).

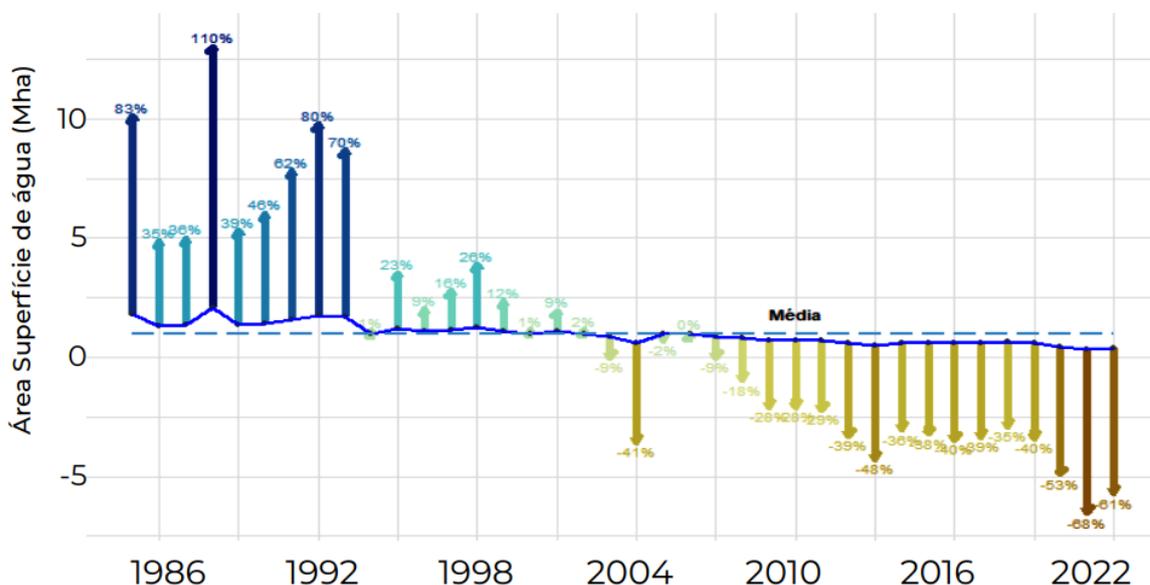


ocorrências apuradas em 2021, sendo o Mato Grosso do Sul o estado com maior número de conflitos (26 registros)<sup>19</sup> (SERAFIM, 2022).

Em 2020, o “Dia do Fogo” no Pantanal registrou recorde de queimadas causadas por incêndios criminosos organizados por fazendeiros<sup>20</sup> do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estima-se que 4 milhões de hectares do bioma foram atingidos pelo fogo, sendo 1,165 milhão na porção que corresponde ao Mato Grosso do Sul<sup>21</sup>.

A extensão e a gravidade das queimadas foi potencializada pela seca observada nos últimos anos na região. O Pantanal apresentou retração da superfície de água de 81,7% de 1985 até 2020, tornando o Mato Grosso do Sul o estado com maior perda de 57% de superfície de água, equivalente a 781.691 ha (MAPBIOMAS, 2023). Apesar de o ano de 2022 ser o primeiro ano com registro de aumento da superfície de água desde 2018, o Pantanal ainda passa por um período de seca, registrando áreas de superfícies de água abaixo da média (Gráfico 1) (MAPBIOMAS, 2023). O monitoramento da região aponta tendência de redução superfície de água observada entre os anos de 1985 a 2022 (Gráfico 2) (MAPBIOMAS, 2023).

Gráfico 1 - Área de superfície de água no Pantanal - 1985 a 2022



Fonte: MAPBIOMAS, 2023, p. 09

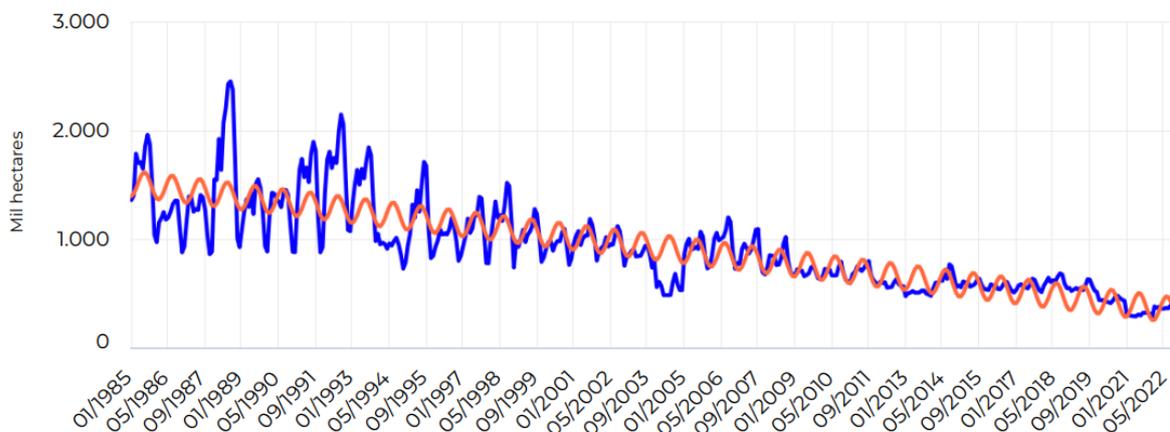
<sup>19</sup>Ver também: <https://cimi.org.br/2021/09/ataques-segurancas-privados-queimam-casas-guarani-kaiowa-dourados-ms/>. Acesso em 27 de mar. 2023.

<sup>20</sup>Ver <https://projetocolabora.com.br/ods15/pantanal-tambem-teve-seu-dia-do-fogo-responsaveis-serao-indiciados/>. Acesso em 27 de mar. de 2023.

<sup>21</sup>Disponível em: <https://agroefogo.org.br/blog/2021/03/16/territorio-kadiweu-e-as-queimadas/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.



Gráfico 2 - Tendência histórica de redução de superfície de água no Pantanal (1985-2022)



Fonte: MAPBIOMAS, 2023, p. 25

O desmatamento também provoca a erosão e o assoreamento dos rios que abastecem o Pantanal. O ciclo hidrológico é afetado pela construção de barragens e pelo uso intensivo da água para criação de gado e monocultivo em larga escala. (PADOVANI et al., 2004; ALHO; SABINO, 2012; PARANHOS FILHO et al., 2014; MIRANDA et al., 2018).

O Pantanal é uma região que possui estações bem demarcadas de seca e cheias, e as comunidades locais dependem dessas variações para a manutenção de seus modos de vida e subsistência. Essas interferências afetam a disponibilidade de água e inviabiliza os modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas e pantaneiras, causando conflitos, conforme assevera Leosmar: “os córregos que estão em territórios das comunidades tradicionais, por exemplo, e que dependem de nascentes das fazendas, estão a serviço apenas do agronegócio, decretando a escassez de água para a população local” (ANTONIO, 2020, s.p.).

A qualidade da água também é comprometida pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras de soja, cana-de-açúcar, algodão e milho próximas aos limites do Pantanal. Durante o período de chuvas, os rios transportam os venenos região de planalto matogrossense para a planície pantaneira no Mato Grosso do Sul (DORES, 2015). Já em 2007, as análises da água e dos sedimentos dos principais rios que compõem o Pantanal detectavam a presença do veneno Atrazina nos rios Coxim, Taquari, Negro e Miranda durante o período das primeiras chuvas, em novembro (CALHEIROS et al., 2010)<sup>22</sup>.

<sup>22</sup>De acordo com o estudo, embora as concentrações encontradas estivessem abaixo dos limites estabelecidos pela legislação vigente à época, a constatação da presença de agrotóxicos é preocupante não só por conta de seus efeitos sub-letais, mas também pelos danos à saúde causados pela exposição constante e prolongada a essas substâncias. Além disso, o veneno Atrazina é considerado altamente tóxico para a flora aquática, comprometendo a base da



Cabe destacar que o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo (CARNEIRO et al., 2015), fato alarmante não só pelo volume da comercialização do produto, mas também em razão da permissividade de concentrações do veneno nos alimentos e na água em limites muito maiores do que os observados na Europa (BOMBARDI, 2017). Para Bombardi (2017), a tolerância de contaminação por agrotóxicos no Brasil em níveis 250 a 400 vezes maior do que nos países europeus denuncia a injustiça socioambiental imposta pela geopolítica mundial. Essa “assimetria” também é percebida pela qualidade do veneno utilizado no Brasil, que muitas vezes é proibido de ser comercializado no país de origem (BOMBARDI, 2017, p. 48). Como exemplo, enquanto a comercialização de Atrazina é proibida na União Europeia desde 2004, o Mato Grosso do Sul lidera o consumo desse veneno, seguido dos estados de São Paulo e Mato Grosso (BOMBARDI, 2017).

Dados coletados entre os anos de 2009 a 2014 apontam que, enquanto a média nacional de consumo de agrotóxico por hectare é de 8,33kg, o Mato Grosso do Sul consome anualmente uma média de 11,10 a 16,68kg por hectare, sendo que a Região Centro-Oeste é a região brasileira que mais comercializa agrotóxicos do país, totalizando de 334.638 toneladas. O Mato Grosso do Sul é o quarto estado que mais consome agrotóxicos, perfazendo a média anual de 51.534 toneladas (BOMBARDI, 2017). Com relação à Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda/MS, Leosmar refere que:

“A intensificação das atividades do agronegócio, com alta aplicação de veneno, acaba trazendo efeitos diretos sobre territórios tradicionais e comunidades indígenas. Queremos manter a sustentabilidade territorial e ambiental de nossas terras, mas no limite dos nossos territórios já estão as fazendas, que, com os venenos, trazem consequências para a saúde, dificuldades para mantermos nosso sistema tradicional de plantio e poluem nossa água” (ANTONIO, 2020, s.p.).

A intoxicação também ocorre pela disseminação das fazendas do agronegócio ao redor ou sobrepostas aos territórios indígenas, como pela pulverização terrestre e aérea de veneno nas

---

cadeia alimentar desses ambientes, podendo, também, se acumular em organismos aquáticos (CALHEIROS et al., 2010). Recentemente, estudo realizado em maio de 2021 pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva – ISC e o Núcleo de Estudos Ambientais, Saúde e Trabalho – NEAST, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), coletou amostras de água da chuva, rios, córregos, cachoeiras, poços artesanais, caixas d’água de escolas rurais e tanques de piscicultura localizadas nos municípios de Poconé, Cáceres e Mirassol D’oeste, no sul do Mato Grosso (MT). O estudo detectou 10 tipos de agrotóxicos em diferentes amostras, entre eles, os herbicidas Atrazina, Picloram, 2,4-D, Clomazone, Tiobencarbe e Clorimurrom etílico, os inseticidas Imidacloprido e Fipronil, e os fungicidas Tebuconazol e Carbendazim. O relatório adverte para “a alta persistência dos agrotóxicos em ambientes aquáticos, a contaminação de lençóis freáticos, águas superficiais e subterrâneas, colocando em risco à vida humana, de uma diversidade de organismos aquáticos e microrganismos do solo (FASE, 2022, p. 17).



lavouras<sup>23</sup> e pela poluição das nascentes e dos rios que abastecem as aldeias. Em áreas de conflito e disputas por terras, o agrotóxico é empregado como arma química contra essas comunidades<sup>24</sup> (CPT, 2022).

A ofensiva capitalista sobre o Pantanal ganha novos contornos após a revogação do Decreto nº 6.961/2009<sup>25</sup>. O decreto estabelecia o zoneamento agroecológico para o cultivo de cana-de-açúcar, proibindo a sua produção nos biomas Amazônia, Pantanal e Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai em razão da “vulnerabilidade das terras, o risco climático, o potencial de produção agrícola sustentável e a legislação ambiental vigente” (MANZATTO et al., 2009, p. 07). Segundo Leosmar, a flexibilização das leis ambientais “*abriu o Pantanal para o plantio de cana-de-açúcar, sendo um incentivo para que o agronegócio avance mais*” (ANTONIO, 2020, s.p.).

Além disso, o modelo de produção do agronegócio é uma das causas estruturais para a insegurança alimentar e nutricional e a perda da soberania alimentar no país. A produção de *commodities* e agroenergias voltadas à exportação é submetida às regras do mercado financeiro internacional e diminui a área de cultivo de alimentos fundamentais ao abastecimento interno da população, tais como, arroz, feijão e trigo (MORAIS et al., 2020; PORTO; AGUIAR, 2021).

Outro fator que contribui para o problema é o uso de sementes transgênicas<sup>26</sup> próprio do agronegócio. Os transgênicos apresentam uma série de ameaças, como a dependência dos agricultores em relação às empresas que detêm as patentes dessas sementes, afetando sua

---

<sup>23</sup>De acordo com Santos et al. (2009), existem poucos estudos que avaliam a concentração, a distribuição e os impactos da presença de agrotóxicos na atmosfera. As autoras pontuam uma série de dificuldades metodológicas para mensurar as concentrações de agrotóxicos no ar, tais como, a falta de equipamentos e métodos específicos; condições climáticas variáveis; fatores humanos que incidem na distribuição e concentração de agrotóxicos no ar; dificuldade de identificar a origem da pulverização e falta de padronização na coleta, transporte e análise de amostras de ar atmosférico, prejudicando confiabilidade dos resultados encontrados. O estudo aponta que os agrotóxicos no ar apresentam riscos para a saúde humana e o meio ambiente, já que podem ser transportados e depositados em locais distantes de sua aplicação, contaminando solos, águas e afetando a qualidade do ar. A exposição crônica a baixas doses de pesticidas no ar pode levar a efeitos adversos na saúde, como doenças respiratórias, alergias, irritação nos olhos e pele, além de aumentar o risco de câncer e afetar o sistema nervoso central. Os pesticidas também podem prejudicar a biodiversidade e a fauna, incluindo insetos e aves que são importantes para a polinização e o controle de pragas, afetando o equilíbrio ecológico e a segurança alimentar (SANTOS et al., 2009).

<sup>24</sup>Ver: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/agrotoxicos-sao-lancados-de-aviao-sobre-criancas-e-comunidades-em-disputa-por-terra/> e <https://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/sentenca-inedita-determina-indenizacao-de-r-150-mil-a-comunidade-indigena-vitima-de-aplicacao-irregular-de-agrotoxico>. Acesso em 27 de maio de 2023.

<sup>25</sup>Ver também: <https://www.dw.com/pt-br/pantanal-%C3%A9-o-alvo-do-novo-desastre-ambiental-no-brasil/a-51173030> e <https://www.dw.com/pt-br/os-impactos-da-libera%C3%A7%C3%A3o-da-cana-na-amaz%C3%B4nia-e-no-pantanal/a-51208792>. Acesso em 23 de maio de 2023.

<sup>26</sup>De acordo com Bombardi (2017), os cultivos de soja, milho e algodão transgênicos totalizam 96,5%, 88,4% e 78,4% da produção total, o que corresponde a uma área de 32,7 milhões de hectares, 15,7 milhões de hectares e 789mil hectares, respectivamente (BOMBARDI, 2017).



autonomia e capacidade de tomar decisões sobre a produção de alimentos. Há também preocupações em relação à saúde humana, como alergias e resistência a antibióticos. Além disso, o modelo de desenvolvimento agrícola que utiliza transgênicos pode levar a uma perda da diversidade agrícola de espécies nativas e riscos de contaminação genética por meio da polinização cruzada (NODARI et al., 2010).

Não são poucos os estudos que demonstram os danos socioambientais do modelo de produção do agronegócio, no entanto, “o agronegócio não pára”<sup>27</sup>. Enquanto *modelo de desenvolvimento modernizador* está “impregnado de valores morais e sociais e, acima de tudo, do valor de controle” que transformam a natureza em recurso, fator de produção ou mercadoria apartados “de seus contextos humanos, sociais e ecológicos” (LACEY, 2008, p. 212). O “sucesso” em termos econômicos não contabiliza o extenso passivo ambiental provocado pelo desmatamento, contaminação do solo e recursos hídricos e pelas disputas e mortes no campo. Afinal, como contabilizar, em termos monetários, o valor de uma árvore, de um rio ou de um Povo?

“Parece que o setor do agronegócio, os grandes latifundiários, não perceberam que o potencial das atividades agrícolas, da pecuária, só se sustenta porque existe a biodiversidade do Pantanal. Porque existe água. A partir do momento que as fontes de água, os povos tradicionais e indígenas que estão nesse bioma desaparecerem, não tem nenhuma atividade que se mantenha. O próprio agronegócio não vai se sustentar sem as fontes de águas do Pantanal. Se não tiver essa percepção o quanto antes, nem o agronegócio vai se sustentar sem esse território alagado” (ANTONIO, 2020, s.p.).

Conforme bem destacado pelo professor Eliel Benites por ocasião da qualificação desta pesquisa, o agronegócio é um “*organismo em conexão*”, isto é, um “*ser*” produto da epistemologia moderna e de suas tecnologias, movido pela pretensão de domínio da natureza e padronização de plantas e paisagens. Como tal, reivindica o direito de ser único e estabelece uma guerra contra ontologias que não operam pela separação entre humanos e outros-que-humanos ou, como refere Eliel Benites, “*se sobrepõe aos territórios indígenas como uma nuvem negra que se assenta e devora tudo*” (Eliel Benites, Banca de Qualificação do Mestrado, Setembro de 2022). O mundo moderno, que reivindica o direito de ser único, estabeleceu uma guerra contra ontologias que não operam pela separação entre humanos e *outros-que-humanos* (ARAÚJO, 2022).

Com efeito, as disputas presentes no contexto sul mato-grossense não se reduzem a conflitos ambientais ou étnicos, mas a conflitos ontológicos: a ciência moderna, o progresso, o

---

<sup>27</sup>Produtores do agronegócio comemoravam o crescimento econômico do setor mesmo diante do contexto adverso da Pandemia COVID-19 no primeiro trimestre de 2020. O assunto foi divulgado nas redes sociais com a hashtag “#oagronãopara”. Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2020/12/nem-a-pandemia-de-covid-19-para-o-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em 23 de mar. de 2023.



crescimento econômico, o desenvolvimento, o agronegócio, dentre outras expressões que compõem a ontologia moderna, são manifestações de poder cujos pressupostos definem o que é real, o que pode existir e o que é sacrificável. É necessário, portanto, suspender os fundamentos da ontologia moderna e admitir que o mundo moderno se (des)ampara às custas de outros mundos ou, às palavras de Eliel Benites (2021, p. 261), transforma-se em um “*agente devorador nato*”, naquele que consome a força de seus semelhantes para manter sua energia predatória.

O estudo de caso sobre a experiência Terena é uma proposta de reflexão, um empenho no sentido de compor outros arranjos e alianças entre aqueles que compartilham maneiras de fazer mundo que se opõem à destruição causada pelo agronegócio. O que está em jogo não é a incorporação ou a tolerância dos Povos Indígenas situados no contexto regional do Mato Grosso do Sul, mas de discutir possibilidades e conhecer outras formas de viver e ocupar a Terra. É revelar, portanto, práticas divergentes ou “*alter-politics*” que encenam mundos em desacordo com o moderno, ao mesmo tempo em que essas dissidências se conectam e afetam seus regimes de verdade (DE LA CADENA, 2015, p. 280).



## 2. A TRAJETÓRIA E A LUTA DO POVO TERENA: colonização e a inserção e consolidação da agricultura capitalista no mato grosso do sul

Para tratar da formação da Organização “Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para a Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade”, a CAIANAS, considero necessário abordar os aspectos da conjuntura histórica colonial do Povo Terena e o seu protagonismo no processo de mobilização e luta pela defesa de seus territórios e de sua existência no contexto regional do Mato Grosso do Sul. Trata-se de destacar eventos passados que incidem e dão significado à realidade atual da comunidade da Terra Indígena Cachoeirinha, situada em Miranda/MS, e que convergem para a articulação da CAIANAS e para a prática da Etnoagroecologia Terena.

Como mencionado no capítulo anterior, procuro revisitar as obras de pesquisadoras e pesquisadores indígenas e não-indígenas sobre a trajetória do Povo Terena e fazer ressoar as recentes etnografias produzidas pelos Terena que, a partir de sua vivência e seus conhecimentos, trazem informações e perspectivas inovadoras, contrapondo, acrescentando ou modificando fatos e marcos históricos até então consolidados sobre sua história. Não pretendo, contudo, detalhar e analisar aspectos de cada um dos eventos históricos do Povo Terena, mas de evidenciar processos de transformação, adaptação e resistência de seu modo de ser e de seus conhecimentos, diante da colonização e formação do estado do Mato Grosso do Sul e da expansão da fronteira agrícola e agropecuária sobre seus territórios. Acredito que com esse debate contribuirá com as reflexões sobre a formação e atuação do Coletivo CAIANAS, conforme será abordado nos demais capítulos da dissertação.

### 2.1. Breve caracterização etnográfica e descrição das conjunturas históricas Terena

Historicamente, os Terenas são considerados um *subgrupo*<sup>28</sup> do Povo Guaná ou Chané (também conhecido como *Txané*, *Chané-Guaná* ou *Chaná*), categoria genérica utilizada pelos primeiros cronistas e viajantes ibéricos para designá-los, assim como para se referir aos povos Laiana (Layana), Echoaladi (Chavarana) e Kinikinau (Equiniquinau)<sup>29</sup>. Os Povos Guanás-

---

<sup>28</sup>Diversas fontes textuais empregam o termo “subgrupo” para classificar diferentes etnias pertencentes ao mesmo tronco linguístico. Essas classificações, contudo, podem ser arbitrárias e não ter correspondência ou significado para essas populações. É importante destacar que se trata de povos com características e modos de organização social distintos, não necessariamente interdependentes em termos de língua, cultura e etnia (XIMENES, 2011).

<sup>29</sup>Os autores Alfred Métraux (1946) e Kalervo Oberg (1949) também fazem referência ao Povo Nigüecactemic, um desdobramento do Povo Laiana. Os registros dos cronistas setecentistas e oitocentistas indicam que os Nigüecactemic não realizaram a travessia do rio Paraguai para a sua margem leste, permanecendo no Chaco Paraguai até seu desaparecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976).



Chanés são provenientes da região Amazônica e migraram desde tempos pré-coloniais para as áreas atualmente denominadas como Chaco Paraguai e o Pantanal e por eles conhecidas como *Êxivá*, estabelecendo-se principalmente nas terras altas do Pantanal, ao longo do rio Paraguai (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; BESPALÉZ, 2014; DOMINGUES BRASIL, 2015). São os representantes mais meridionais do tronco linguístico Aruák e, como os demais povos dessa origem, compartilham o domínio e a devoção à agricultura, bem como o conhecimento de técnicas de tecelagem e cerâmica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

Apesar dos esforços para compreender como se deu a ocupação dessas regiões, a falta de registros e a confusão histórica na identificação dos indígenas chaquenhos/pantaneiros e suas historicidades resulta uma série de imprecisões e equívocos sobre essas populações e a localização de seus territórios tradicionais (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012; AMADO, 2020a). Disso decorre a necessidade de apresentar algumas observações sobre a variedade de etnônimos encontrados nas fontes textuais dos séculos XVI a XIX para se referir aos grupos Guanás-Chané (dentre eles, os Terenas) e sobre a localização de seus territórios tradicionais.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), o termo “Guaná” é desconhecido no idioma terena, sendo que a designação “*Txané*” significa “*gente*” ou “*muita gente*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). O termo “Guaná” reproduzido nesses documentos é provavelmente de origem Tupi, utilizado por povos guaranis para se referir aos grupos *Aruák-Txanés* que habitavam o curso da bacia do Paraguai com os quais os cronistas espanhóis tinham contato (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976).

Sobre esse tema, Métraux (1946) refere que os grupos Chané e Guaná são ramificações distintas, cujas histórias e culturas desenvolveram-se de maneiras diferentes. Explica o autor que os Chanés ocupavam a região noroeste do Chaco, ao longo dos Andes, enquanto os Guanás (do qual são parte os povos Laiana, Echoaladi, Terena e Kinikinau) habitavam a região nordeste, perto da bacia do rio Paraguai, limitando em um semicírculo a área cultural chaquenha (METRÁUX, 1946; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Nesse sentido, Susník (1981) aponta que grupos *Eyiguayegi-Mbayás* (Mbayá-Guaicurus) denominavam os Chanés que migraram da região Andina de “Guanás” (SUSNÍK, 1981). Ainda, de acordo com Métraux, o termo “Guaná” foi substituído por “Chaná” para se referir especificamente ao grupo localizado na foz do Rio Apa, conhecido como “Layana” pelos Mbayá-Guaicuru (MÉTRAUX, 1946).

A variedade de nomenclaturas atribuídas aos povos Guaná-Chané e seus subgrupos, portanto, “leva o pesquisador a desistir de uma investigação mais acurada, no sentido de



estabelecer a posição histórica exata e o lugar geográfico provável que tais tribos ocuparam nas terras orientais do rio Paraguai” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 25). Após o conflito contra o Paraguai (1864-1870), o Estado passa a se referir aos Povos Laiana, Echoaladi e Kinikinau genericamente como “Terena”<sup>30</sup> (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Essas indeterminações revelam que as nomenclaturas empregadas para designar os povos Guaná-Chané não correspondem aos etnônimos atuais, o que requer cautela quando da interpretação dessas fontes históricas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2007; AMADO, 2020a).

Vale destacar que o Povo Terena se autodenomina “*Poké*”, que significa “terra”, “*porque vivemos em poké, na terra*” (BALDUS, 1937, p. 194), o que remonta à sua narrativa de origem que afirma que são filhos da terra e dela foram retirados (ALTENFELDER SILVA, 1949; OBERG, 1949; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; SUSNÍK, 1981; BITTENCOURT; LADEIRA, 2000). Como demonstra Almeida (2013), essa ligação entre eles e a (T)terra se manifesta *pele e com* o “*idioma da terra*”: esta, ao mesmo tempo em que é meio, é vida, é memória e movimento, é substância e relação (ALMEIDA, 2013).

Considerado o “grande mito Terena”<sup>31</sup>, a história de *Orekajuvakai* ou *Yurikoyuvakay*<sup>32</sup> é uma fonte importante para compreender a identidade e a organização social, política e territorial terena e a conexão profunda que estabelecem com a (T)terra e sua devoção à agricultura. *Orekajuvakai* é um ser composto por duas metades distintas que surgiram depois que sua mãe o cortou ao meio com uma foice como forma de punição por não querer acompanhá-la até a roça<sup>33</sup>. Segundo a história, “o pedaço da cintura para cima ficou gente, e a outra metade gente também” (BALDUS, 1950, p. 218).

Apesar das variações, a narrativa afirma que *Orekajuvakái* retirou os Terenas de dentro de um buraco na terra, quando ainda estavam no *Êxivá*. Foi por intermédio deste que lhes foi apresentado o fogo e os homens aprenderam a plantar, caçar e pescar e as mulheres

---

<sup>30</sup>Os anciãos, contudo, reconhecem essas distinções e sabem determinar sua descendência, apontando sua filiação como “filho de mãe Laiana e pai Terena”, “filho de mãe Kinikinau e pai Laiana”, etc., conforme apontam Roberto Cardoso de Oliveira (1976) e Gilberto Azanha (2000, 2005), fenômeno também observado por mim durante a realização do campo. Ainda, cabe destacar que nos últimos anos os remanescentes do Povo Kinikinau vêm lutando pelo reconhecimento de sua identidade étnica e de seu território tradicional (CASTRO, 2018; ASSEMBLEIA DO POVO KINIKINAU, 2019).

<sup>31</sup>Procurou evitar reduzir a narrativa de origem do Povo Terena enquanto “mito”. Como referido no capítulo anterior, trata-se de um relato sobre o mundo, uma expressão da realidade Terena. Não é o caso, portanto, de aferir se verdadeiro ou falso, mas apenas admitir como *é*, como práticas que encenam mundos (BLASER, 2013).

<sup>32</sup>Para Susnık (1981), “Yurikoyuwakai”. Oberg (1949) e Altenfender Silva (1949) utilizam a grafia “Yurikoyuvakai”.

<sup>33</sup>Ao invés da mãe agricultora, algumas versões da origem terena descrevem Yurikoyuwakai como irmãos da agricultora Linechevechena (OBERG, 1949; ALTENFELDER SILVA, 1949; SUSNÍK, 1981). Nessa versão, Yurikoyuwakai roubou os frutos da roça plantada por sua irmã, Linechechevéna, que ficou com raiva e os cortou em dois (OBERG, 1949).



aprendenderam a tecer e produzir cerâmica (ALTENFELDER SILVA, 1949; BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

A história da origem Terena também explica o surgimento da linguagem e denota a importância do riso<sup>34</sup> para esse Povo, o que se manifesta em seu comportamento e tem relação com aspectos da sua espiritualidade. Conta a história que Orekajuvakái buscou ajuda dos animais para estimular as pessoas a falar. O “caminhar” do sapo, *kalaláké*, provocou risos e a partir disso as pessoas passaram a se comunicar. Ao perceber a existência de diferentes linguagens, Orekajuvakái separou as pessoas “em gente de toda raça” e, para abrigar a todos os povos, “aumentou o mundo para caber todos” (BALDUS, 1950, p. 220).

De acordo com Susník (1981), o dualismo da figura de Orekajuvakái traduz a “ambição máxima”<sup>35</sup> da ideologia Chané, do qual os Terenas são parte. As metades representadas pelos irmãos gêmeos “Orekajuvakái” é composta por um irmão “andador”, descrito como o guerreiro e agregador de mulheres que viajava com seu *ilomei*<sup>36</sup>, semeando roças e expandindo as aldeias e por um irmão “provedor”, que mantém a coesão e a unidade da aldeia através de seu prestígio social e sua capacidade de dirimir conflitos, além de garantir a subsistência, buscando o máximo rendimento agrícola (SUSNÍK, 1981).

Além disso, essa divisão explica o surgimento das duas metades distintas e complementares *Sukirikionó* e *Xumonó* e a ligeira superioridade da primeira sobre a segunda, expressa apenas durante a celebração de suas festas. A superioridade da metade *Sukirikionó* em relação a *Xumonó* repousa, entre outros motivos, pela valorização da personalidade diplomática em relação à guerreira. A conduta mansa e pacífica é motivo de orgulho e prestígio social, pois denota superioridade<sup>37</sup> no sentido de resistir com dignidade às provocações e agressões do outro grupo, os *Xumonós*, que pregavam peças e praticavam insultos durante as cerimônias (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; PEREIRA, 2009).

Os estilos comportamentais atribuídos às metades *Sukirikionó* e *Xumonó* configuram um “sistema de distinção de posições sociais de *status* e prestígio, baseado em um complexo

---

<sup>34</sup>O som das risadas sempre presente nas interações da comunidade, chamou minha atenção, o que passou a fazer mais sentido quando soube da importância do riso e do bom humor para os Terena. O otimismo e o sorriso são recursos utilizados para estabelecer diálogos e estão presentes até mesmo quando é necessário abordar assuntos tristes, profundos ou polêmicos, como também observou Pereira (2009) em sua obra.

<sup>35</sup>De um lado “aberta” voltada ao exterior para negociação e ampliação da influência e do domínio Chané, de outro “fechada”, voltada à coesão e à autonomia das aldeias, buscando alcançar o máximo rendimento agrícola para garantir a subsistência da população tradicionalmente numerosa (SUSNÍK, 1981).

<sup>36</sup>A ferramenta *ilomei* é uma enxada utilizada pela agricultura tradicional terena para o preparo da terra para plantio.

<sup>37</sup>O controle das emoções é relacionado à capacidade de liderança, pois demonstra competência para sopesar os interesses do grupo e adotar posições estratégicas em detrimento de suas ambições particulares. A legitimidade do líder também repousa no domínio da palavra e do recurso ao diálogo para articular-se politicamente dentro e fora da comunidade, garantindo vantagens através do estabelecimento de relações diplomáticas (PEREIRA, 2009).



de atitudes comportamentais e que regeria um provável sistema de metades matrimoniais e cerimoniais no passado” (PEREIRA, 2009, p. 27). Apesar dessa divisão não ser notória dentro da organização social atual, as noções de “etiqueta” e “civildade” e as posturas “guerreiras” são fundamentais para compreender a trajetória histórica do Povo Terena diante do contexto interétnico e colonial de formação do Estado brasileiro (PEREIRA, 2009; XIMENES, 2011, 2017).

A adoção dos comportamentos *diplomático* e *guerreiro* característico do *ethos* Terena constitui uma “experiência de autonomia indígena contra o Estado e sua expressão territorial dialética, no mundo colonial e na dinâmica contemporânea do conflito territorial e interétnico no Brasil do século XXI” (FERREIRA, 2022, p. 115). Nessa perspectiva, as experiências e concepções indígenas não são estruturas mentais ou culturais a-históricas, atreladas ao passado pré-colonial. Pelo contrário “são fruto de estratégias práticas e de formas de pensamento que podem ser, e efetivamente são, atualizadas nas formas de resistência e de luta contemporâneas” (FERREIRA, 2022, p. 116).

É importante considerar que a historiografia clássica, baseada nos registros históricos produzidos pelos colonizadores europeus, adotou a dicotomia “índios mansos” e “índios bravos” para descrever os indígenas, conferindo aos Terena o *status* de “dóceis” e mais suscetíveis à “civilização”, justamente devido à sua postura diplomática e aberta à incorporação de conhecimentos e códigos dos não-indígenas. Aliado a isso, a partir dos sucessivos processos de territorialização ao longo do período colonial e de formação dos Estados nacionais, consolidou-se a ideia de “perda” de sua cultura tradicional, fenômeno que as etnografias do século XX procuraram descrever enquanto processos de “assimilação” e “aculturação” do Povo Terena, considerados um “caso limite” no sentido de que mais se aproximou do ideal de integração à sociedade nacional (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Contudo, longe de indicar a perda de seus traços culturais e/ou a dissolução de sua identidade, o domínio de símbolos e códigos da sociedade não-indígena é orientado justamente pela lógica Terena de nuances diplomáticas e expansionista:

“A formação social terena se institui na negociação. Negociando os Terena concretizam o projeto de seu *ethos* civilizador, combinando e dosando procedimentos oriundos de universos sociais situados fora de seu campo de sociabilidade restrita, sejam eles oriundos dos *natiacha*, da escola, da igreja ou de outras instituições da sociedade nacional. A negociação opera a partir de um caráter seletivo, orientado de acordo o modo de ser terena, o que permite continuar sendo terena mesmo com a ampliação ou a mudança dos sujeitos com os quais se negocia” (PEREIRA, 2009, p. 161).



Dessa forma, recentes etnografias e estudos etnohistóricos apontam como essa oscilação entre as posturas pode ser vista como uma estratégia de resistência da comunidade Terena, que busca se adaptar às diferentes situações enfrentadas ao longo da história e reflete aspectos nucleares de sua identidade (VARGAS, 2003, 2011; XIMENES, 2011, 2017). É importante destacar que essas posturas não são excludentes entre si, e que a adoção de uma delas não significa necessariamente a rejeição da outra. De fato, é comum que as posturas diplomática e a guerreira sejam adotadas de forma complementar, dependendo das circunstâncias, como se observa do protagonismo Terena no contexto pluriétnico do *Êxivá*/Chaco/Pantanal e de inserção do colonialismo (XIMENES, 2011, 2017).

A par dessas características e elementos que orientam o *ethos* Terena, abordo sua trajetória histórica seguindo a orientação proposta por Ferreira (2007, 2022) de análise dos processos de territorialização diante da imposição do sistema colonial e de formação do Estado brasileiro e desenvolvimento capitalista no Mato Grosso do Sul. A partir dessa “antropologia do território”, o autor aponta os projetos de autonomia do Povo Terena ao longo da história e evidencia como re-significam e refuncionalizam as categorias do pensamento indígena, com novas formas de territorialização e apropriação de conceitos, elementos e códigos da sociedade não-indígena para promover ações autônomas de defesa de seus direitos (FERREIRA, 2007, 2022). Considero essa abordagem mais profícua para os propósitos deste trabalho, no sentido de destacar as estratégias de autonomia e resistência Terena, bem como as adaptações de sua organização social e política e de defesa de seus territórios, priorizando as informações relacionadas à Terra Indígena Cachoeirinha, onde está estabelecida a CAIANAS.

## **2.2. Os Tempos Antigos e a situação do e no *Êxivá***

Embora não haja pesquisas arqueológicas conclusivas sobre o período de estabelecimento dos Povos Guaná-Chanés no Chaco/Pantanal, registros datados do século XVI indicam a presença desses grupos há pelo menos cinco séculos, dado o domínio sobre o ambiente e as relações construídas com os demais povos da região, denominada pelos Terena como *Êxivá* (AZANHA, 2000). Essa fontes históricas descrevem as aldeias Guanás-Chanés como principal unidade política e cerimonial do espaço-tempo do *Êxivá*. As aldeias, denominadas *oneu*, eram independentes entre si, distribuídas estrategicamente para exercer domínio sobre amplo território. Estavam organizadas em grupos domésticos, conectados por relações de parentesco e amizade que residiam próximos e compartilhavam das atividades cotidianas, como a plantação de roças para sua subsistência, sob a orientação e comando de um



indivíduo ou, geralmente, um casal de anciãos, os “*troncos familiares*”, ou como designa o idioma Terena, o *Xuve*<sup>38</sup> (PEREIRA, 2009; ALMEIDA, 2013).

Por sua vez, as aldeias ou “*troncos aparentados*” eram distribuídos em casas, denominadas *Ovokutí*, construídas ao redor de uma praça central, *Noneovokutí*, de forma circular<sup>39</sup>, em locais com terras férteis e próximos à água (OBERG, 1949; ALMEIDA, 2013). Esses registros apontam que as aldeias Guaná-Chanés apresentavam alto índice demográfico e sua subsistência era garantida graças à sua agricultura bem desenvolvida:

"[...] neste caminho não achamos mais que roças cultivadas com milho, raízes e outros frutos mais, de maneira que durante todo o ano se tem alimento no campo lavrado. Quando se colhe um roçado, outro já está amadurecendo, e quando este está maduro, já se plantou num terceiro para que em todo o ano se tenha alimento novo nas roças e nas casas" (SCHMIDEL, 1837, p. 203 *apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 31).

Devido a maior disponibilidade e abundância de alimentos da região do Chaco/Pantanal, presume-se que os Povos Guanás-Chanés passaram a realizar atividades de caça, pesca e coleta, além da agricultura (OBERG, 1949). Essas atividades eram realizadas e adaptadas de acordo com os regimes de seca e de cheias característicos do Chaco/Pantanal.

As terras selecionadas para cultivo eram limpas de árvores, arbustos e grama utilizando um machado e, posteriormente queimados e as cinzas espalhadas pelo campo. Com uma vara de cavar, *ilomei*, feita da madeira de “palo santo”, o lavrador cavava o solo, agachado sobre os calcanhares, deslocando-se do lugar para repetir o processo até que o campo estivesse pronto para o plantio. Com a vinda dos espanhóis incorporaram o uso de enxadas de ferro e, até mesmo, o uso de arado puxado por bois. Depois que o campo foi preparado, os Guanás/Chanés aguardavam as primeiras chuvas para começar o plantio das sementes, que ocorrem nos meses de setembro e outubro<sup>40</sup> (OBERG, 1949).

<sup>38</sup>Segundo Almeida (2013), a noção de tronco é utilizada para se referir aos *Xuve Ko'Ovokutí*, os chefes de família (ou tronco da casa/família), e aos *Xuve Xâne Nâti*, utilizados para se referir aos caciques e às lideranças ou “tronco da comunidade” (Almeida, 2013, p. 49). Como demonstra Almeida (2013), essa maneira de organização em “troncos”, *Xuve*, se observa até os dias atuais e está relacionada ao idioma da terra *pele* e *com* o qual os Terenas constroem suas relações, além de revelar aspectos de temporalidade e espacialidade próprios (ALMEIDA, 2013).

<sup>39</sup>A disposição das casas dessa forma permitia que a comunidade se reunisse facilmente no centro da aldeia para a realização de atividades sociais, culturais e religiosas e, em caso de ataque, fugisse pelas portas dos fundos das casas para se refugiar nas matas. Trata-se de um exemplo sabedoria e conhecimento indígena em relação à organização e ocupação do espaço que foi negligenciada e invisibilizada pelos cronistas europeus (BALTAZAR, 2022).

<sup>40</sup>Durante os períodos de seca, o calor extremo e a escassez de água obrigavam os Guanás-Chanés a buscar por lugares próximos ao rio Paraguai, com maior acesso à água. Nesse período realizavam atividades de caça e pesca para sua subsistência. Contudo, antes de deixarem seus assentamentos, plantavam milho, cabaça, algodão, fumo e feijão. Passado o tempo necessário para a maturação dessas plantas, uma pessoa ia verificar se havia alimento disponível para retornarem aos seus assentamentos e voltarem a cuidar de suas pastagens (OBERG, 1949).



A limpeza e preparação do solo para plantio é uma tarefa realizada pelos homens. As mulheres e as crianças ajudam nas atividades de plantio, capina e colheita. Sementes de algodão, contudo, só podem ser plantadas por mulheres, responsáveis pelas atividades de tecelagem. Essas também eram responsáveis por preparar alimentos, cozinhar, tecer e produzir trabalhos com cerâmica. O trabalho dos homens consistia em caça, pesca, fabricação de ferramentas, preparação de peles, cestaria e comida de guerra. As atividades de colheita eram realizadas por todos (OBERG, 1949).

Como parte indissociada da agricultura terena, a espiritualidade exercida pelos *Koixomunetis*, líderes espirituais Terena, é essencial para interpretação de fenômenos naturais e comunicação com os espíritos e entidades, os *natiacha*, relacionados à natureza, às plantas, à agricultura, aos animais. A porunga também era utilizada com chocalho para espantar pássaros e a magia exercida pelos *Koixomunetis* é empregada para afastar pragas e insetos (OBERG, 1949).

As principais culturas cultivadas pelos Guanás-Chanés envolviam pelo menos três variedades de milho<sup>41</sup>, mandioca, caará, feijão, batata-doce, abóbora, cabaça e fumo. Ainda, acredita-se que por influência do contato com os espanhóis, passaram a cultivar banana e cana-de-açúcar e praticar a criação de gado *vacum* e cavalariço, atividades que se observam até os dias atuais (OBERG, 1949; ALTENFELDER SILVA, 1949; AZANHA, 2000).

As roças eram protegidas com “cercas de mato” para evitar a entrada de porcos selvagens e animais domésticos como gado e cavalo (OBERG, 1949). A produção de excedentes agrícolas os colocava em situação de vantagem para estabelecer intercâmbios com os demais povos chaquenhos/pantaneiros, que tinham como subsistência a caça, a pesca e a colheita (MÉTRAUX, 1946).

O modo de vida no espaço-tempo do *Êxivá* estava implicado em um sistema regional interétnico, um “Complexo Alto-Paraguaiense” composto por diversos povos de origens distintas que habitam e deslocavam pela região do Chaco/Pantanal (RICHARD; COMBÈS, 2018). Desde tempos pré-coloniais, mantinham estritas interações com os demais Povos de origem Aruák, como os Orejones e os Xaray (COMBÈS, 2018), bem como relações de contato

---

<sup>41</sup>Um milho amarelo de folhagem comprida, denominado *hianketi-soporó*, uma variedade branca chamada *heopuiti-soporó* e uma espiga de cor mista chamada *kuati-soporó* (OBERG, 1949, p. 11, tradução nossa).



e de simbiose<sup>42</sup> com o Povo Mbayá-Guaicuru<sup>43</sup>, antecedentes dos Kadiwéu (RICHARD; COMBÈS, 2018).

Ainda que assimétricas, essas relações de reciprocidade e interdependência entre os Guanás-Chanés e os Mbayás-Guaicurus não podem ser caracterizadas como de servidão ou escravidão como consta das fontes coloniais. Como forma de cessar os ataques Mbayá-Guaicuru às suas roças e plantações, os Guanás-Chanés procuraram estabelecer acordos, utilizando a superioridade militar de seus patrícios a seu favor: prestavam serviços, forneciam gêneros agrícolas e tecidos em troca de utensílios de metal conquistados dos colonizadores, proteção e paz (OBERG, 1949; RICHARD; COMBÈS, 2018). Ao menos uma vez por ano, durante o período de colheita, os capitães Mbayá-Guaicuru permaneciam por cerca de três dias nas aldeias Guanás-Chanés para estabelecer essas trocas (RICHARD; COMBÈS, 2018). Essas alianças também eram estabelecidas através da realização de casamentos entre líderes Mbayá-Guaicuru e mulheres Guaná-Chanés de posição de chefia. É importante frisar que essas relações não eram hegemônicas e variavam de acordo com cada grupo e o momento vivenciado no Sistema do Êxivá/Chaco/Pantanal e de avação do colonialismo na região (XIMENES, 2011).

Graças a esse contato, os Terenas adotaram o cavalo para realizar incursões com o objetivo de realizar saques e capturar cativos, de modo a agregá-los às unidades domésticas e contribuir para o trabalho nas roças. Além disso, os Guanás-Chanés adotavam como estratégia de expansão o estabelecimento de “colônias”, formadas através do agrupamento de populações heterogêneas que dependiam de suas aldeias densamente povoadas. Esses grupos não eram inteiramente “assimilados”, mas conviviam de forma “intermediária, instável e flutuante”, o que explica a presença Guaná-Chanés observada em toda a margem do Alto Paraguai (RICHARD; COMBÈS, 2018, p. 245):

“Aqui, então, a imagem de conjunto é desenhada: uma coluna massiva de populações ‘chaná’ articulada em pares de aldeias que se distribuem sobre a costa ocidental do Rio Paraguai. Esses núcleos contam com uma quantidade populacional relevante, desproporcional em relação à demografia pouco densa que caracteriza o resto da zona. Essa coluna de pares de ‘aldeias irmãs’ vive em estreita relação e sob o controle dos ‘capitães’ mbayá, que acampam com seu grupo na margem oposta do rio e que mediam a relação com a frente colonizadora. Trata-se de uma primeira articulação

<sup>42</sup>Os cronistas europeus descreveram a relação estabelecida entre os Guanás-Chanés e os Mbayás-Guaicurus como sendo de “vassalagem” ou “escravidão”, em comparação ao contexto europeu da Idade Média. Contudo, essas noções não correspondem aos relatos que referem uma “submissão voluntária” e de composição de trocas e alianças observadas entre esses grupos (XIMENES, 2017).

<sup>43</sup>Vale mencionar que “Mbayá” e “Guaicuru” são abordados pela literatura do século XVIII como sinônimos, contudo, trata-se de grupos distintos, ainda que linguisticamente próximos: Guaicuru se refere ao grupo localizado próximo à Assunção e inimigo dos Mbayá, que viviam ao norte de Assunção, no interior do Chaco (RICHARD; COMBÈS, 2018). A relação de cooperação entre os Guanás-Chanés se deu principalmente com grupos Mbayá, contudo, adoto a nomenclatura genérica “Mbayá-Guaicuru” utilizada pela historiografia, uma vez que averiguar a qual desses grupos essas fontes fazem referência extrapola os objetivos deste trabalho.



que reúne os capitães mbyá e seus ‘vassalos’ chaná, à qual podemos chamar de ‘relação tributária’. Mas a esfera chaná transpassa também para o lado chaquenho, ao ocidente, onde funda “colônias” nas quais se agrupam populações de diversas origens. Yamoco, Nigali Ciboe, Caynaconoé, Yuaneno são, assim, colônias arawak Chaco adentro. Constituem cristalizações periféricas de caráter heterogêneo, nas quais se agrupam populações de substrato mascoy (p. ex. Nigati Ciboe) ou zamuco (Yamoco, Yunaeno). A identidade dos mais setentrionais ‘Caynaconoé’ permanece incógnita (otuké? zamuco?). Trata-se, então, de uma segunda articulação, que relaciona os focos chaná e as populações do interior do Chaco, que completa a primeira, e a que chamamos, como Susník, de ‘dependência periférica’” (RICHARD; COMBÈS, 2018, p. 245).

Enquanto característica intrínseca de seu modo de vida, os Guanás-Chanés buscavam estabelecer relações amistosas com os demais povos da região e adquirir seus conhecimentos e estratégias (XIMENES, 2017). De acordo com Susník (1981), dentro desse Sistema Indígena Autônomo do Êxivá/Chaco/Pantanal, as relações interétnicas consistiam em: a) impor a influência Guaná-Chané sobre grupos menores ou mais vulneráveis, “colonizando-os” e paulatinamente integrando-os mediante o status de “cultivadores” ou assaltando, raptando e alienando suas mulheres; b) manter relações periféricas amistosas e de trocas com povos vizinhos ou que intermediavam as trocas com outros núcleos<sup>44</sup> e c) não oferecer resistência diante de povos belicosos e agressivos, optando por compor alianças e estabelecer “reciprocidade” sociopolítica, através de casamentos e outras arranjos interpessoais (SUSNÍK, 1981).

Assim, deve-se considerar as formações sociais Terena localizadas no Êxivá enquanto agrupamentos dotados de organização social e política próprias e inseridos em um sistema regional pluriétnico, onde mantinham uma série de relações de colaboração, de intercâmbio material e cultural, como também de disputas e conflitos. Às palavras de Ferreira (2022, p. 129), trata-se de um “Sistema Indígena Autônomo do Chaco/Pantanal”, controlado pelos Povos Mbayás-Guaicurus e que perdurou até o início do século XIX, marcado pela inserção do colonialismo europeu com o estabelecimento das colônias de Portugal e Espanha:

“Então, quando falamos dos povos indígenas do Chaco-Pantanal, estamos nos referindo a esta região com essa nova composição de etnônimos e grupos étnicos que constituíram no passado outras formas de sociedade e que tiveram territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas. Desse modo, entendemos que o conceito de área etnográfica e de povos do Chaco-Pantanal permite realizar um exercício de análise histórica que rompe com a colonialidade do saber historiográfico e cartográfico. Ao mesmo tempo, é uma unidade mais fluída, pois não está centrada necessariamente em nenhum grupo, e histórica. A unidade da área etnográfica se dá pela experiência histórica compartilhada, e não pela unidade cultural, linguística ou organização social” (FERREIRA, 2022, p. 129).

---

<sup>44</sup>Há registros dando conta que os Mbayá-Guaicurus, assim como os Guatós, povo canoieiro, serviam como intermediários das relações comerciais empreendidas com os centros coloniais, levando os produtos guaná/chané para serem trocados e vendidos (SUSNÍK, 1981; RICHARD; COMBÈS, 2018).



Nesse sentido, é importante ressaltar que os limites naturais, políticos e geográficos atuais das fronteiras entre o “Chaco” e o “Pantanal” não correspondem necessariamente aos mesmos limites mencionados em registros históricos datados dos séculos XVI a XVIII. As fronteiras entre essas regiões estavam imbricadas em um sistema indígena autônomo que as tornavam voláteis em razão das disputas político-militares entre os colonizadores e os indígenas durante esse período (EREMITES DE OLIVEIRA, 2007, 2011; FERREIRA, 2007, 2022; XIMENES, 2017; AMADO, 2020b).

O Chaco<sup>45</sup> é uma vasta planície da América do Sul, de cerca de 700 mil quilômetros de extensão, que abarca parte do território da Bolívia, da Argentina, do Paraguai e do Brasil. Os limites do Chaco, mais precisamente o “Chaco Boreal”, sobrepõem-se a áreas do atual Pantanal sul-mato-grossense, estendendo-se “até pouco abaixo da cidade de Miranda” (CARVALHO, 1992, p. 457).

O Chaco é caracterizado por sua diversidade cultural, com diferentes povos de origens distintas coexistindo e interagindo entre si, compondo “um verdadeiro mosaico cultural” (EREMITES DE OLIVEIRA; VIANA, 2000, p. 182). O prolongamento natural existente entre o Chaco e o Pantanal permitiu o fluxo intenso e constante entre populações indígenas de ambas as regiões, caracterizando uma “encruzilhada de povos”, no qual as culturas se misturam e se influenciam mutuamente ao longo do tempo (CARVALHO, 1992). Com isso, as fronteiras geográficas dessas áreas não correspondem necessariamente às fronteiras culturais e étnicas dos povos indígenas da região, como ressalva Métraux (1946, p. 197):

“Os limites atuais do Chaco como área cultural não coincidem com as do Chaco como entidade geográfica. A cordilheira subandina (Cordilheira Ocidental) situada ao norte e ao sul do rio Pilcomayo faz parte do habitat dos Chiriguano e Chané, duas tribos que culturalmente e linguisticamente eles têm pouco ou nada em comum com os povos do Chaco. Até poucos anos atrás (1935-37?), muitos Chané tinham suas aldeias no baixo rio Parapiti, mas agora foram colonizadas pelo Exército paraguaio perto de Lopez de Filippis, no coração do Chaco. Por razões puramente culturais, o rio Parapiti e os pântanos de Izozog marcam os limites noroeste do Chaco. À leste, entretanto, houve uma estreita correspondência entre os limites naturais e culturais até o final do século XVII, quando as invasões Mbayá nas regiões a leste do rio Paraguai anexaram à área de cultura do Chaco às terras Guarani situadas entre o Apa e os rios Miranda” (METRÁUX, 1946, p. 197, tradução da autora).

Igualmente, há que se ter em conta as diferentes representações cartográficas da região do Chaco e Pantanal e a delimitação de suas fronteiras. A imensa planície alagável que hoje distingue o Pantanal era denominada pelos espanhóis como a “Laguna dos Xarayes”, fazendo menção ao Povo Xaray, de origem Aruák, que habitavam o alto do Rio Paraguai há pelos menos

---

<sup>45</sup>Do Quêchua “*Chaku*”, significa *território de caça* (CARVALHO, 2012).



2.000 anos (EREMITES DE OLIVEIRA; VIANA, 2000). A partir de meados do século XVIII, os espanhóis perceberam que a “Laguna dos Xarayes” se tratava de uma extensão do rio Paraguai em período de cheias, passando a prevalecer o termo luso-brasileiro de “Pantanal” para designar a região (COSTA, 2007). A imprecisão dos limites das fronteiras luso-espanholas perdurou até o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando o Pantanal e o território do Mato Grosso do Sul finalmente passaram a ser de domínio brasileiro (FERREIRA, 2007).

Paralelo a isso, Ferreira (2022) aponta como o processo de colonização e estatização dos territórios implicou na subrepresentação cartográfica dos povos indígenas e na invisibilização de seus territórios<sup>46</sup>. Os mapas coloniais representavam com polígonos as áreas de domínio português ou espanhol enquanto que a presença indígena era sinalizada utilizando pontos ou anotações esparsas, sem o reconhecimento de seus territórios.

#### **Mapa 1 - Povos do Gran Chaco e sua localização quando do primeiro contato europeu**

---

<sup>46</sup>Por outro lado, Ferreira (2022) refere que os mapas etnohistóricos representam os territórios indígenas enquanto espaços vazios ocupados exclusivamente por eles, abstraindo as fronteiras e os limites coloniais e estatais. Segundo o autor, há, assim, duas representações cartográficas distintas: “a cartografia dos Estados e a cartografia dos povos indígenas, a primeira com limites visivelmente expressos, sob a forma dos polígonos, e a segunda representada como um aglomerado de pontos ou nomes dispersos num espaço fora da história mundial (FERREIRA, 2022, p. 132).



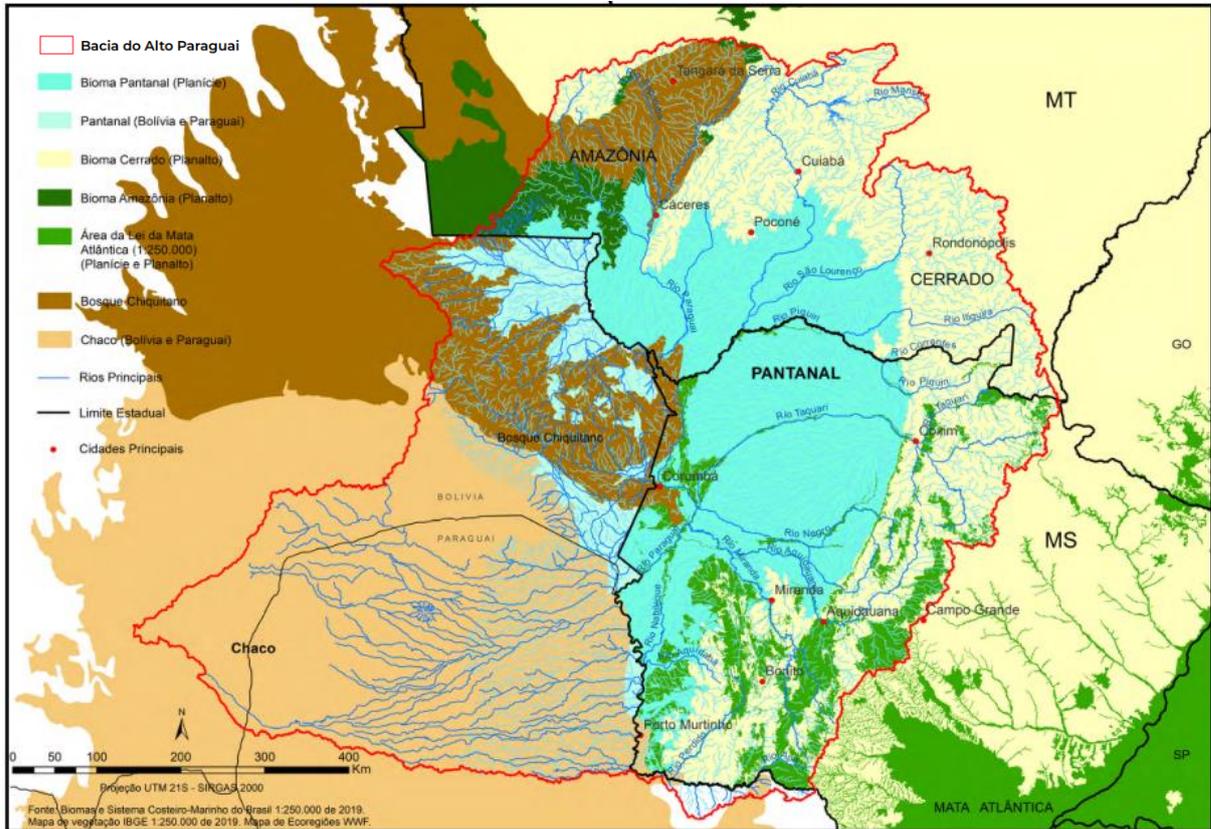
Fonte: MÉTRAUX, 1946, p. 198

Além disso, as fontes históricas que citam o Pantanal e o Chaco Paraguaio não necessariamente se referem à delimitação atual, uma vez que a classificação dos biomas só foi estabelecida pelas ciências naturais a partir do século XIX. O Pantanal é uma das maiores áreas úmidas do mundo e é conhecido por sua biodiversidade abundante e única, com uma variedade de habitats que se interconectam, formando um complexo sistema de ecossistemas, também conhecido como ecótono, o que torna difícil sua delimitação. Enquanto tal, apresenta uma combinação de diferentes tipos de vegetação características dos biomas Cerrado, Chaco,



Amazônia, Mata Atlântica e Bosque Seco Chiquitano (ALHO; GONÇALVES, 2005; XIMENES, 2011).

Mapa 2 - Bacia do Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP)



Fonte: MAPBIOMAS, 2022<sup>47</sup>

Com isso, recentes etnografias e estudos etnohistóricos apontam as imprecisões existentes sobre as informações acerca da presença indígena na conjuntura colonial e de formação dos Estados dos Povos localizados no Sistema Indígena Autônomo do Chaco/Pantanal, entre eles os Terenas no *Êxivá* (EREMITES DE OLIVEIRA, 2007, 2011; FERREIRA, 2007, 2022; XIMENES, 2017; AMADO, 2020b). Esses autores refutam a dicotomia Brasil/Paraguai ou Chaco/Pantanal utilizada para abordar a conjuntura histórica colonial do Povo Terena, bem com a própria noção colonial/moderna de *território* e a sua localização. Como demonstram as perícias de Eremites de Oliveira e Pereira (2012) e os estudos de Ferreira (2007, 2022) e AMADO (2020b), essas regiões compreendiam um amplo e contínuo território, sem delimitação de fronteiras físicas e marcado por relações interétnicas que, a partir do colonialismo, passa a ser fragmentado e, seus povos, desterritorializados.

<sup>47</sup>Disponível em: <https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/FactSheet-Pantanal.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2023.



Para os autores, é temerário descrever o período de vivência Terena no Êxivá como isolado e localizado no Chaco Paraguai, assim como afirmar que a presença Terena no Pantanal sul-mato-grossense somente ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII. Apesar dos deslocamentos de grandes contingentes dos povos Guanás/Chanés - incluindo os Terena para a margem leste do Rio Paraguai -, não se pode inferir a completa ausência de outros grupos Guanás-Chanés já estabelecidos na região (FERREIRA, 2007, 2022; XIMENES, 2011, 2017; AMADO, 2020b).

Nesse sentido, o professor Terena, Elvislei Polidório, afirma que o seu avô, Alberto Polidório “Kunixiuketi”, relatava a existência de famílias Terenas estabelecidas na Cachoeirinha, denominados *Mbókotianos*, em período anterior à migração de grandes contingentes da população Terena do Chaco para a região, conforme destaca Amado (2020b). Corroborar com essa informação os registros históricos datados de 1633, do espanhol Diego Ferrer.

Em seus apontamentos, o jesuíta classifica as comunidades presentes na região do médio curso do rio Miranda (onde hoje se situa a Terra Indígena Lalima) em dois grupos: os Guarani-Itatim e os Galacho<sup>48</sup>, atribuindo à região o nome de *Província del Itatim*<sup>49</sup>. O grupo Itatim apresentava características culturais semelhantes e abrangia vários povos de origem Guarani (Guarambaré, Ñuara, Temiminó e Cutagua), enquanto o grupo Gualacho<sup>50</sup> englobava povos distintos, entre eles, os Guanás-Chanés de origem *Aruák* (BESPALEZ, 2015).

Além disso, a documentação escrita disponível não abarca todos os subgrupos Guaná-Chané, o que torna difícil identificar etnônimos mais específicos, como o Terena. É provável que os colonizadores espanhóis tenham tido contato apenas com alguns desses grupos e não com todos eles, o que impossibilita um conhecimento preciso de seus deslocamentos e sua localização (FERREIRA, 2007, 2022; XIMENES, 2017). Desse modo, é preciso considerar a

---

<sup>48</sup>A maioria dos Itatim e Gualacho abandonou a região de Miranda no século XVII, devido aos transtornos causados com o colonialismo, como as doenças infectocontagiosas trazidas pelos europeus, as encomiendas dos colonos castelhanos do Paraguai, a redução nas missões jesuítas do Itatim, o assalto dos bandeirantes luso-paulistas e o assédio territorial dos índios chaquenhos (BESPALEZ, 2015).

<sup>49</sup>Os limites da região de *Itatim* são delimitados a leste pela Serra de Amambai, a oeste pelo rio Paraguai, ao sul pelo rio Apa e ao norte o rio Taquari (sudoeste do Mato Grosso), conforme (SOUSA, 2003). Os jesuítas e viajantes que documentaram a região do Itatim geralmente se referiam a todos os agrupamentos indígenas dessa área como “Itatines”, e muitas vezes como “Guarani-Itatines”, o que reflete, como já referido, tanto um desinteresse pela diversidade étnica quanto uma dificuldade dos missionários e colonos em compreender os inúmeros povos e a complexa rede de contatos entre os grupos indígenas que habitavam a região, como grupos Guaná, os Tuno, os Mbayá, os Guarano, entre outros (SOUSA, 2003).

<sup>50</sup>Na medida em que o antigo Itatim foi abandonado pelos Guarani e Gualacho, grupos Mbayá-Guaicuru, como os Kadiwéu, Beaquéu e Cotoguéu, e grupos Guaná-Chané, como Echoaladi, Kinikinau, Layana e Terena, migraram do Chaco e assentaram-se nas regiões de Corumbá e Miranda (BESPALEZ, 2018).



Universidade de Brasília  
Faculdade UnB Planaltina

**Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**

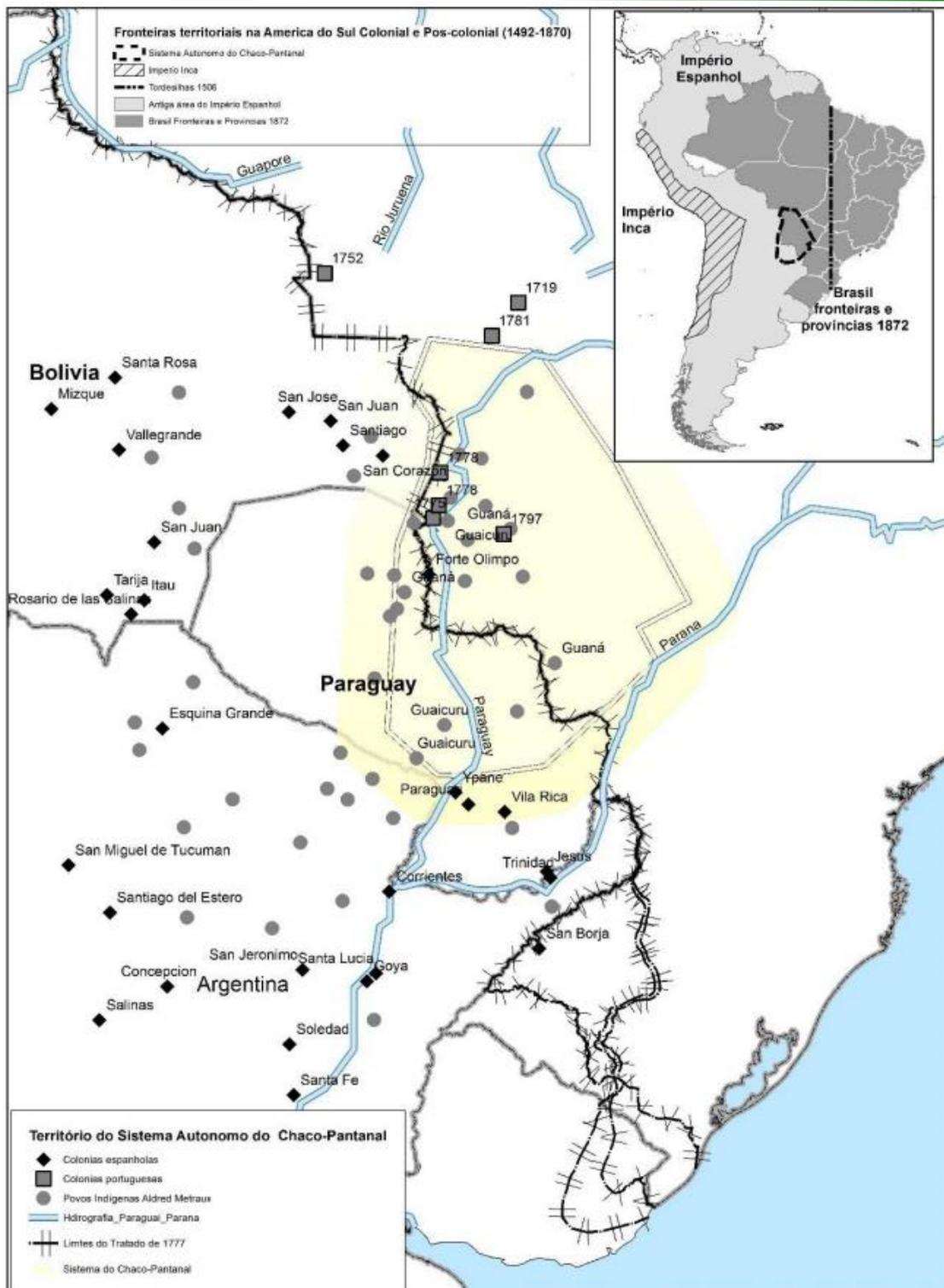
---

existência de grupos Guanás-Chanés em momentos e regiões distintas daquelas mencionadas nas fontes históricas e enquanto parte do amplo e contínuo território no qual o Sistema Indígena Autônomo do Chaco/Pantanal estava estabelecido, o que Ferreira denomina de “País Guaicuru”<sup>51</sup>, conforme destacado em amarelo no mapa abaixo (Mapa 02; FERREIRA, 2022, p. 136):

**Mapa 3 - Mapa etnohistórico: Sistema Social do Chaco/Pantanal, séculos XVII-XIX**

---

<sup>51</sup>O autor emprega o termo em alusão à expressão “País Devoluto” utilizada pelos cronistas portugueses para se referir à região em que os Guaicuru exerciam seu domínio em relação aos demais povos do Chaco/Pantanal. O autor aponta que a contradição dos colonizadores ao reconhecer o domínio indígena sobre a região ao passo que as terras eram formalmente consideradas enquanto devolutas, dentro dos limites pactuados pelos colonizadores europeus (FERREIRA, 2022).



Fonte: FERREIRA, 2022, p. 136

Observam-se mudanças na dinâmica espacial e territorial indígena dos povos do Chaco/Pantanal em torno da expansão e consolidação das fronteiras coloniais e formação dos estados nacionais. A imposição de tratados e o estabelecimento de limites geopolíticos importaram a fragmentação do território do Chaco/Pantanal e sucessivos processos de



territorialização, transformação e mudanças da organização social e política dos indígenas, desestruturando o Sistema Indígena Autônomo do Chaco/Pantanal (FERREIRA, 2022, p. 136):

“Os espanhóis e portugueses no século XVIII tentaram expandir e fixar unidades de colonização na região, principalmente, fortes e presídios. Entre 1750 e 1780, os povos indígenas mantinham, especialmente, relações de disjunção/separação: as fugas revoltas das cidades e missões coloniais buscavam construir relações de distanciamento, eram formas de resistência expressas em termos espaciais. Ao mesmo tempo, a destruição de inúmeras cidades e os ataques contra os povoados coloniais dentro desse território indicam justamente isso. Essas relações espaciais de disjunção eram formas de resistência ao colonialismo e permitiam que os povos indígenas tivessem um Sistema Autônomo” (FERREIRA, 2022, p. 136).

A pressão exercida pelos colonizadores espanhóis obrigava os grupos Guanás a deslocar-se pelo Chaco Paraguaio, com o intuito de esquivar-se do contato e de proteger e ampliar seus territórios (VARGAS, 2011). Segundo Oberg (1949, p. 08, tradução nossa), “nos estágios finais de sua permanência no Chaco, as aldeias foram pouco permanentes, pois os Terena estavam sempre em movimento”. A partir da década de 1760, o avanço das incursões espanholas motivou a travessia de grupos Guanás para as margens orientais do rio Paraguai, fixando-se às margens dos rios Miranda e Aquidauana, no território do atual Mato Grosso do Sul (EREMITES DE OLIVEIRA, 2011; VARGAS, 2011).

A partir desses processos de desterritorialização e imposição de novas configurações espaciais e sociais dos grupos Guanás, Eremites de Oliveira e Pereira (2012) distinguem três segmentos de formações sociais durante os períodos colonial e imperial. A distinção desses três segmentos é importante porque evidencia que o impacto gerado pelas frentes de expansão colonial sobre a população Guaná, da qual descendem os atuais Terena, se deu de diferentes maneiras e com intensidade variável (PEREIRA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012;).

O primeiro segmento é descrito como as aldeias que se estabeleceram próximas aos empreendimentos militares e missionários coloniais. Esses núcleos concentravam grande contingente populacional e apresentavam maior infraestrutura. Tal formação social era a que mais se aproximava do conceito colonial de “aldeia” e que melhor se adequava aos interesses coloniais de ocupação e ampliação das fronteiras coloniais (PEREIRA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012;).

O segundo segmento é composto por grupos Guanás que conviviam com grupos Guaicurus e com eles estabeleciam uma relação de cooperação e interdependência, na qual estes garantiam a proteção do território contra a ofensiva colonial ao passo que os Guanás se



dedicavam às atividades agrícolas, necessárias para a subsistência de ambos os grupos (PEREIRA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012).

E o terceiro segmento formado por aldeias menores e mais autônomas política e territorialmente. O contato com os colonizadores era mais esparsa e limitado, muitas vezes intermediados por seus patrícios que viviam nas aldeias maiores. Por essa razão, são apenas brevemente citadas nos registros históricos. Ainda, de acordo com os autores, esses segmentos estavam relacionados entre si, havendo o estabelecimento de trocas e fluxo de pessoas, inclusive, esse contato explicaria o acesso à ferramentas e instrumentos metálicos incorporados por esses núcleos menores e mais alheios ao contato com os colonizadores (PEREIRA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012).

O primeiro segmento Guaná, que apresentava aldeias maiores e mais populosas, é o que reúne maior número de registros históricos feitos pelos colonizadores, enquanto que as demais formas de assentamentos Guanás eram citadas de maneira esparsa ou, até mesmo invisibilizadas por não atenderem aos conceitos coloniais de “aldeia” ou não serem estratégicas para o projeto colonial. Com o tempo, essa invisibilidade se consolida na produção historiográfica dos grupos Guanás, o que obstaculiza a demarcação dos territórios terena até os dias atuais<sup>52</sup> (PEREIRA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012).

Além disso, o dinamismo das comunidades terenas em negociar e o comportamento diplomático e “aberto” à incorporação de códigos da sociedade não-indígena foi visto desde a perspectiva dos colonizadores e descrita pela historiografia clássica como o “processo de assimilação dos Terena”, de perda de sua cultura “pura” vivenciada no *Êxivá* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; VARGAS, 2011). No entanto, é necessário considerar que o estabelecimento de seus assentamentos em áreas próximas às edificações coloniais consistia em uma estratégia de proteção de seus territórios e modos de vida por meio da composição de acordos e alianças com o Estado (VARGAS, 2003; XIMENES, 2011). As relações entre as aldeias Terenas e os não-indígenas eram estritamente comerciais, fornecendo gêneros alimentícios e produtos artesanais aos militares luso-brasileiros recém-estabelecidos na região (AZANHA, 2005). Como descreve Esselin (2009, 325):

“Nas primeiras décadas do século 19, os nativos, sobretudo os terenas e guanás, tradicionais agricultores, eram livres e economicamente autônomos. Em contato com os religiosos que promoviam a catequese, e com os soldados dos fortes instalados na fronteira, transformaram toda a sua tradicional base material incorporando novas

---

<sup>52</sup>Dessa forma, a presença das pequenas aldeias autônomas ou dos núcleos fixados em simbiose com os Guaicurus (ancestrais dos grupos Kadiwéu) foi negligenciada pela historiografia. Reconhecer essas outras formas de territorialidade é essencial para compreender como se deu os processos de formação social de aldeias como as que compõem a TI Buriti/MS (PEREIRA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012).



práticas de cultivo e trabalho, como também instrumentos mais produtivos, a ponto de se tornarem os responsáveis pela produção de hortifrutigrangeiros de alguns núcleos populacionais do Pantanal sul de Mato Grosso, como Miranda e Corumbá” (ESSELIN, 2009, p. 325).

A partir dos registros históricos do século XIX, há a referência de uma aldeia terena denominada Cachoeirinha<sup>53</sup>. Esses documentos indicam a existência de assentamentos Terena estabelecidos às margens dos rios Miranda e Aquidauana<sup>54</sup>, organizados de maneira semelhante com o modo de vida no Chaco (OBERG, 1949; LADEIRA; AZANHA, 2000). Em 1845, Visconde de Taunay dá conta da presença de famílias Terenas e aponta o cultivo de arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e algodão. O autor descreve os Terenas como grupo que “aceita com dificuldade as nossas ideias e conserva arraigados os usos e tradições de sua raça, graças talvez a um espírito mais firme de liberdade” (CASTELNAU, 1931, p. 17, *apud*, OBERG, 1949, p. 17, tradução da autora).

Os moradores viviam em casa cobertas de palha e edificadas por estacas de taquaraçu e mantinham extensos quintais em que cultivavam suas roças em consórcio com árvores frutíferas. O cronista Castelnau observou a impossibilidade de avistar as moradias Terena devido a abundância de árvores e pomares que serviam como limites para delimitar os espaços das famílias (CANCIAN, 2009, p. 248). Até o conflito contra o Paraguai em 1864, a Agricultura Terena envolvia grandes extensões de terra, utilizadas de maneira itinerante e respeitando os ciclos naturais de regeneração e produção da terra (LADEIRA; AZANHA, 2000).

Ao mesmo tempo, observa-se a apropriação territorial da região sul do Pantanal pela Coroa Portuguesa e o processo de migração de colonos atraídos pela disponibilidade de “terras devolutas” propícias para a agricultura e a criação de gado. Nas palavras de Cancian (2009, 245):

“Os espaços ainda vazios do sul de Mato Grosso começaram a ser ocupados por criadores de gado no final do século 18, pois a atividade pecuária já demonstrava poder contribuir com o desenvolvimento econômico da capitania. A imensidão dos terrenos de pastagens era convidativa aos criadores e vista pelas autoridades como potencial à expansão pastoril. Por isso, o século 19 foi marcado pela fundação de grandes propriedades rurais dedicadas à lida com o gado. No início do século 19, existiam poucos povoados nas terras que hoje formam o Mato Grosso do Sul. Havia

---

<sup>53</sup>Não é possível afirmar que o local da aldeia Cachoeirinha mencionada nos textos do século XIX corresponde aos limites atuais da TI Cachoeirinha. Contudo, cabe destacar que, tradicionalmente, os Terenas atribuem nomes às aldeias e aos locais de importância social de acordo com aspectos da toponímia, como é o caso da Cachoeirinha, *Mbókoti* no idioma Terena. O autor Paulo Baltazar (2022) embasa sua tese sobre os estudos da toponímia para compor uma cartografia social da Reserva Indígena Taunay/Ipegue/MS. O autor descreve elementos da territorialidade Terena e os processos de territorialização e a construção de relações de afeto e cuidado com o meio ambiente físico e suas características, constituindo para os Terenas *Kúxoti Poké'Exa Úti*, traduzido pelo autor “território tradicional Terena”, ou como refere Amado (2020b) “nosso território tradicional”.

<sup>54</sup>De acordo com a denominação indígena, os rios Miranda e Aquidauana são denominados, respectivamente, de *Mbotetey* e *Mondego* (XIMENES, 2011).



moradores nas cercanias do presídio de Miranda, do Forte de Coimbra, no destacamento do Piquiri, no sertão dos Garcia (Freguesia de Santana de Paranaíba) e nos povoados de Albuquerque, Ladário e Nossa Senhora de Albuquerque (atual Corumbá)” (CANCIAN, 2009, p. 245).

A produção pecuária exigia extensas áreas de pastagens e devido à inundações características do Pantanal sul mato-grossense nos períodos de cheia, os colonos passaram a apropriar-se de mais áreas das planícies pantaneiras. Sobre esse processo de acumulação de terras pelos colonos e de formação de latifúndios no Mato Grosso do Sul voltados à produção pecuária, Esselin (2009, p. 314) afirma que:

“Além disso, a pecuária extensiva praticada no Pantanal tem características próprias, sendo realizada em extensas áreas, exigência do pequeno suporte dos campos, que comportava em cada 3,3 ha apenas uma cabeça. Os bovinos eram criados à solta até as primeiras décadas do século 20, pois não havia cerca para deter o seu avanço e, à medida que instintivamente procuravam melhores pastagens, fugindo das áreas macegosas, iam descobrindo novas pastagens, cujas terras os homens que acompanhavam os seus deslocamentos iam incorporando ao seu patrimônio e requerendo junto às autoridades provinciais e, a seguir, estaduais. Com isso, foram surgindo megalatifúndios no Pantanal mato-grossense” (ESSELIN, 2009, p. 314).

Além disso, a região era marcada por uma série de disputas territoriais, políticas e econômicas envolvendo o Paraguai, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, o que culminou com a Guerra do Paraguai (1864-1870). A Guerra do Paraguai foi um conflito que teve um impacto profundo em toda a região do atual Mato Grosso do Sul, onde vivem diversas comunidades indígenas. No caso dos Terenas, Azanha (2000, s.p.) refere que “todas as aldeias então existentes na região dos rios Miranda e Aquidauana se dispersaram, com seus habitantes buscando refúgio em matos inacessíveis na região (como o lugar chamado *Pulôwô’uti*, para onde foram os moradores de Cachoeirinha) ou nas serras de Maracajú”.

A participação na guerra atuando ao lado exército brasileiro buscava proteger suas terras atravessadas pelas disputas territoriais entre Paraguai e Brasil. Apesar de contribuírem para a conquista do território brasileiro e para a definição dos limites geopolíticos do país, os Terena não obtiveram qualquer reconhecimento por parte do Estado. Pelo contrário, como forma de “recompensa” os anciões Terena afirmam que receberam “três botinas”, isto é, *duas no pé e uma na bunda* (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007).

Esse período é lembrado pela história indígena como o “Tempo do Esparramo”, marcado pelo processo de desterritorialização das comunidades terena, o que importou rupturas no modo de vida tradicional. Conforme sustenta Ferreira (2022), a formação dos estados nacionais e delimitação das fronteiras importou na desestruturação do Sistema Indígena Autônomo do Chaco/Pantanal, fragmentado após o final do conflito contra o Paraguai.



### 2.3. A desterritorialização Terena e a submissão à situação de Reserva

O período pós-Guerra é marcado pelo “povoamento” da região sul do Mato Grosso e a adoção de uma postura estatal de esbulho e expropriação das terras indígenas. Havia a necessidade de fixar as novas fronteiras com a ocupação dos colonos e, nesse sentido, não só a exploração da mão-de-obra indígena era necessária, mas também o domínio sobre suas terras (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007). A política estatal passa a empregar uma série de subterfúgios para contornar a legitimidade do direito originário dos indígenas às suas terras e legalmente desapossá-los de seus territórios tradicionais, considerados inadequadamente como “terras devolutas” (AZANHA, 2005). Conforme Amado (2020b, p. 74),

“Acabada a guerra, as comunidades imediatamente retornaram para os seus territórios, mas eles já estavam ocupados por fazendeiros, principalmente comerciantes e militares desmobilizados no momento pós-guerra, que decidiram ficar na região. O momento era propício, pois, naquele momento, o governo imperial queria, a todo custo, incentivar a ida de pessoas para colonizar o interior do Brasil. Era o ‘processo civilizatório’, como forma de reforçar as fronteiras nacionais, promovendo a integração do ‘Mato Grosso’”(AMADO, 2020b, p. 74).

A expansão do modelo de desenvolvimento capitalista agroexportador resultou na concentração de grandes extensões de terra por parte de uma burguesia rural formada por colonos provenientes de regiões do país onde a relação com os indígenas era marcada pelo racismo e a violência (AZANHA, 2000; FERREIRA, 2007). O processo de desterritorialização resultou na difusão da população Terena pelas fazendas da região, sobrepostas às suas terras tradicionais. Essa conjuntura histórica conhecida como o “esparramo” ou “Itahineoné ne Xanehiko” na língua Terena, significou rupturas significativas com o modo de vida Terena e a submissão ao trabalho escravo e à servidão<sup>55</sup> (AMADO, 2020b).

Além disso, a política indigenista considerava a condição dos indígenas como “transitória”, difundindo a ideia de seu desaparecimento como resultado dos processos de colonização e miscigenação. Ao mesmo tempo, a emergência do nacionalismo e a formação do Estado brasileiro não concebiam a possibilidade de uma nação pluriétnica, o que levou à imposição de políticas estatais para a integração dos indígenas à sociedade brasileira (CELESTINO DE ALMEIDA, 2012). Nesse mesmo período, o Estado passou a se referir aos

---

<sup>55</sup>Apesar da relação entre fazendeiros e trabalhadores Terena ser apontada no contexto regional como “Tempos de Camaragem”, os Terenas lembram desse período como “Tempos do Cativo”, pois ainda que considerados “livres”, eram obrigados a adquirir produtos básicos como roupas e alimentos das próprias fazendas e, com isso, contraíam dívidas intermináveis com relação a seus patrões. Os trabalhadores eram subordinados a esquemas de exploração e trabalho forçado, inclusive com a aplicação de castigos físicos (XIMENES, 2017; AMADO, 2020b).



grupos Guaná genericamente como “Terenas” (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007; AMADO, 2020b).

Era necessário concentrar a população indígena, sobretudo as etnias mais refratárias ao *projeto civilizatório*, em pequenas porções de terra, constituindo aldeamentos. O objetivo era exercer controle sobre essas populações e liberar seus territórios para que o estado prosseguisse com sua política de povoamento e desenvolvimento, ao passo que os indígenas “civilizados” poderiam suprir a demanda por mão-de-obra da região (VARGAS, 2003, 2011). Conforme sintetiza Ferreira (2007, p. 132), o período pós-Guerra é caracterizado por dois momentos distintos:

“O primeiro vai de 1870 a 1890; o segundo de 1891 a 1904. No primeiro, temos ainda a tentativa de implementação de uma política de catequese e civilização, por parte do Estado, através da Diretoria de Índios, e choques entre índios e fazendeiros, pelo controle de terras e recursos ambientais na região do Pantanal e em todo o Mato Grosso. O segundo momento é quando a política global de Estado na região do Pantanal vai praticamente suprimir a política de catequese, vigorando o choque frontal entre índios, fazendeiros e colonos, do que resulta a expropriação quase total das terras indígenas e um verdadeiro etnocídio” (FERREIRA, 2007, p. 132).

A capacidade de articulação política dos Terena com outros povos e a sociedade civil, aliado ao seu modo de vida sedentário e agricultor foram considerados como “ideais” por parte dos órgãos indigenistas estatais para o projeto de transformação do “índio” em “civilizado” e, portanto, integrado à sociedade nacional. Além de servirem como exemplo de “índios aculturados”, os Terenas foram considerados como aliados estratégicos para dar andamento ao processo civilizatório das demais populações indígenas (VARGAS, 2011). Nesse sentido, Oberg (1949, p. 05, tradução da autora) descreve que

“Os Terena, como os sobreviventes do povo Guana, nunca desistiu completamente nem esqueceram sua antiga herança da agricultura. Mesmo com as grandes dificuldades que foram forçados a sofrer por volta do início deste século, eles se dedicaram à agricultura e ao trabalho assalariado e estão se ajustando muito melhor às condições brasileiras do que seus vizinhos Caduveo. De fato, o índio brasileiro Serviço está considerando liquidar uma série de Terena famílias entre os Caduveo para ensinar-lhes melhores métodos agrícolas. Hoje, um índio Terena está atuando como assistente do técnico brasileiro responsável pelo Posto Caduveo” (OBERG, 1949, p. 05, tradução da autora).

A formação de alianças com o governo por parte dos Terenas consistia uma forma de estabelecer uma boa relação com o Estado para reivindicar seus territórios. Essa colaboração também era uma estratégia política de negociação com as autoridades e ampliação de sua influência sobre os processos decisórios que impactam diretamente suas vidas (VARGAS, 2003).

Nesse sentido, buscaram garantir a demarcação de suas terras recorrendo à Comissão de Linhas Telegráficas para negociar com fazendeiros. Em 1904, foi delimitada a área de 3.200



hectares para a Reserva Indígena Cachoeirinha (FERREIRA, 2007). Apesar de a área ser de ocupação tradicional e, por isso, enquadrar-se no conceito de "Terra Indígena" definido pela Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854, a porção concedida aos Terenas foi considerada "terra devoluta". O restante de seus territórios foi transferido ilegalmente a particulares pelo Estado sob a mesma condição, descaracterizando a posse indígena de suas terras tradicionais (Quadro 1) (AZANHA, 2005). Posteriormente, em 1948 o estado do Mato Grosso concedeu parte desse território para o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), reduzindo a área da Reserva para 2.660ha (VIEIRA, 2004).

Quadro 1 - Processo de Formação das Reservas Indígenas Terena – Século XX

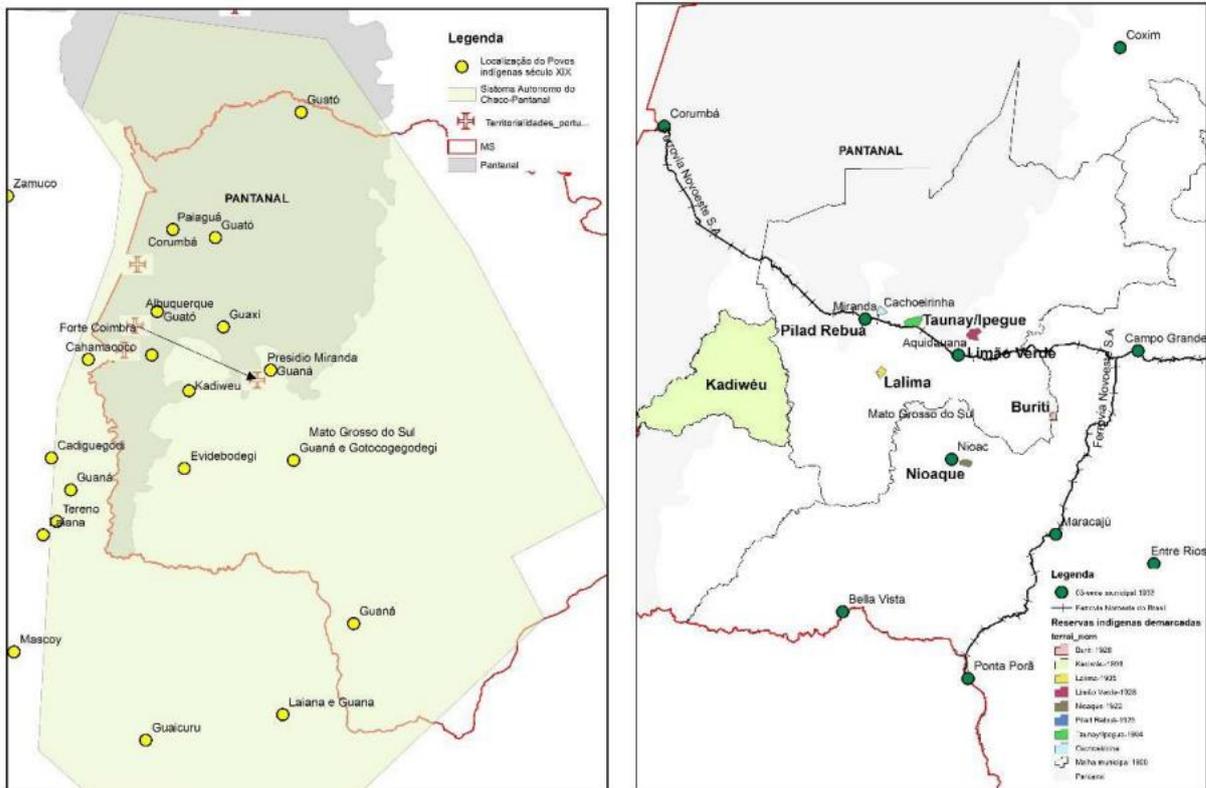
Reserva Indígenas.	Área em Hectares	Data do Decreto
Cachoeirinha	2.260	1904
Bananal-Ipegue	6.337	1904
Lalima	3600	1905
Francisco Horta	3.600	1917
Capitão Vitorino (Brejão)	2.800	1922
Moreira-Passarinho	171	1925
Buriti	2.000	1928
Limão Verde	2.500	(?)

Fonte: (FERREIRA, 2007, p. 133)

A concentração da população Terena em pequenas Reservas Indígenas contribuiu para a apropriação de suas terras por fazendeiros, “liberando todas as demais para o agronegócio” (AMADO, 2020b, p. 88). O confinamento em áreas exíguas e fragmentadas marca “a subordinação dos Terena a um novo tipo de regime tutelar, vinculado diretamente ao Estado e separado das relações com os outros povos e territórios do antigo sistema do Chaco/Pantanal” (FERREIRA, 2007, p. 132). Conforme ilustra o mapa a seguir (Mapa 4), entre os anos de 1872 e 1900 há um processo de desterritorialização e “centralização espacial” da população indígena com a criação das Reservas, período conhecido na história Terena como “Grande Cerco de Paz” (AMADO, 2020b; FERREIRA, 2022).



Mapa 4 - Desterritorialização da população indígena do Chaco/Pantanal: situação em 1872 e em 1900



Fonte: (FERREIRA, 2022, p. 141)

A política estatal de aldeamento pretendia liberar e “pacificar” toda a extensão do rio Paraguai como área estratégica para a integração comercial da região ao mercado mundial e de ligação entre o oeste e o litoral brasileiro (FERREIRA, 2022). Para tanto, a colonização e o desenvolvimento da região eram necessários, com a transferência dos territórios indígenas para proprietários rurais para exploração econômica e produção agropecuária voltada à exportação, e a realização de obras de infraestrutura, sendo a mão-de-obra indígena necessária para dar seguimento a essas ações.

Esse modelo e produção ambientalmente predatório importou na progressiva degradação ambiental e desmatamento das matas nativas em razão das obras de infraestrutura para o desenvolvimento da região e o avanço da fronteira agrícola sob a TI Cachoerinha. Após a delimitação das áreas das reservas, a mão-de-obra Terena é explorada nas atividades de agropastoris das fazendas da região e pelo Estado nas atividades de extração de madeira, em particular da casca de angico para fins medicinais e industriais e como lenha para a Companhia Ferroviária Noroeste Brasil – NOB.

Esse processo é intensificado com a estruturação da política indigenista voltado a criação de aldeamentos para submissão da população indígena ao controle governamental.



Nesse sentido, em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores (SPILT), posteriormente Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1918, com o objetivo de transformar os indígenas em trabalhadores e integrá-los à sociedade nacional e, com isso, suas terras poderiam ser expropriadas. No caso dos Terenas: (XIMENES, 2017, p. 129):

“O SPI pretendia inserir nas áreas reservadas o mesmo modelo de produção extrativista e agropastoril dos regionais, e, além disso, garantir o emprego da mão de obra terena nos empreendimentos da região, sobretudo rurais. Isso demonstra ainda a intenção do Estado de demover os Terena de sua indianidade” (XIMENES, 2017, p. 129).

Para alcançar tais objetivos o SPI procedeu a instalação de Postos Indígenas (PIs) e Inspetorias Regionais (IRs) junto às Reservas Indígenas. Além de promover a aculturação da população indígena, os postos indígenas eram uma forma de centralizar o controle das aldeias com a indicação de um único “cacique-capitão” para administrá-las e, com isso, “o ‘topo’ do sistema política indígena passaria a integrar o nível mais baixo da hierarquia governamental-estatal” (FERREIRA, 2022, p. 144). Todavia, a submissão ao regime tutelar nunca se efetivou completamente e as comunidades resistiam à influência política do Estado dentro das aldeias, com a composição de arranjos políticos distintos da configuração imposta pelo SPI (FERREIRA, 2007). Segundo Ferreira (2007, p. 136), a atuação do SPI estava consunstanciada em três eixos:

“Um eixo econômico, através do financiamento de ferramentas e insumos para as reservas indígenas, de maneira que esta pudessem aumentar sua produção na lavoura, e também o controle e gestão da força de trabalho indígena; um eixo ideológico-cultural, pautado na construção de “escolas” e no trabalho pedagógico de “ensinar” os índios a cultura nacional e a “civilização”; um eixo político, de administração das terras indígenas pelo Encarregado do Posto, que ao mesmo tempo assumiria as tarefas econômicas e ideológico-culturais, e de regulação da vida indígena” (FERREIRA, 2007, p. 136).

Além do impacto das políticas assimilacionistas perpetradas pelo o SPI na organização social, política e espacial Terena, consta do Relatório Figueiredo e, posteriormente, das audiências da Comissão da Verdade Indígena realizadas em 2014, que o órgão foi responsável por uma série de violações contra os indígenas do Mato Grosso do Sul e suas terras (AMADO, 2020b). Os funcionários do SPI também eram coniventes com a prática comum de fazendeiros da região de “*chegar e colocar o gado*” sobre seus territórios tradicionais (AMADO, 2020b, p. 101).



Como resultado do processo de “integração” à sociedade nacional, a FUNAI órgão passou a discutir a possibilidade de “emancipação”<sup>56</sup> dos povos que apresentassem “alto grau de aculturação”, como no caso dos Terenas em contexto urbano. Para impulsionar esse processo, a FUNAI passa a implantar projetos de desenvolvimento comunitário nas reservas.

A FUNAI percebeu na vocação agrícola Terena uma oportunidade de impor o modelo de agricultura baseado nos princípios da Revolução Verde. Esse processo de modernização agrícola foi executado em 1970 a partir de “projetos de desenvolvimento comunitário” que incentivavam os Terena a produzir excedentes para comercialização, além de introduzir a utilização de maquinário agrícola para a abertura e manutenção das lavouras (LADEIRA; AZANHA, 2004). Os mais velhos das TIs Cachoeirinha e Pílad Rebuá lembram com intensidade desse período, descrevendo como a chegada dos tratores para a abertura de áreas para o plantio de monocultivos significou a derrubada de grandes extensões das matas:

*“Foi na década de oitenta. Na realidade chegaram quebrando tudo, com a tal da ‘quebra’. Chegava aquelas máquinas com o correntão e praguejou todo o canto (...) Era cem metros de hectare aqui e eles entravam arrasando, deitando tudo que tinha. Aí veio o plantio, né? Aí nas áreas de plantio eles plantavam milho e a braquiária” (Seu Dejanor, conhecido como “Seu Sete”, da Aldeia Passarinho, TI Pílad Rebuá, Outubro de 2022).*

A imposição do modelo de agricultura moderna implicou no adormecimento de práticas tradicionais da Agricultura Terena, tais como, a seleção de sementes e o plantio segundo o calendário agrícola Terena, além da realização de rituais e práticas espirituais associadas. Nesse sentido, o *Koixomuneti*, Alípio Vieira, explica que: *“Nós plantamos no toco, sabe? Feijão, abóbora, mandioca. Aí começou esse negócio aí, veio o trator e já foi gradeando tudo, e ficou nisso, e nós fomos esquecendo de plantar do nosso jeito antigo”* (Alípio Vieira, Outubro de 2022). Miranda (2006, s/p.) descreve como esse processo de imposição da agricultura moderna nos territórios interferiu na manutenção das práticas agrícolas tradicionais Terena:

*“(...) os conhecimentos históricos com relação às práticas agrícolas, como as formas tradicionais de selecionar as sementes nas lavouras para o plantio, os sistemas de armazenamentos, e a época correta do plantio de cada cultura, tomando sempre em consideração as fases da lua e os tipos de ventos, mas com o avanço das tecnologias estes conhecimentos foram sendo “atropelados”, sendo quase que trocados por um enorme receituário de “desenvolvimento agrícola” e um pacote já montado para trabalhar na lavoura, que ao entender das comunidades indígenas foi pensado para beneficiar as grandes empresas de comércio de produtos agrícolas” (MIRANDA, 2006, s/p.)*

---

<sup>56</sup>De acordo com Mauro (2019, p. 83), “havia bastante desinformação, e a maioria dos indígenas não tinha muita clareza do que pretendia essa proposta de emancipação e de quais seriam as suas consequências práticas, o que provocava apreensão e receio entre as lideranças”.



Com o passar dos anos, esse modelo de agricultura mostrou-se insustentável em razão da alta dependência de insumos externos (como combustível e sementes), da subordinação das comunidades à vontade política das autoridades locais (clientelismo) e dos impactos ambientais causados pela agricultura moderna (LADEIRA; AZANHA, 2004). Nesse sentido, a anciã Dona Maria, da aldeia Mãe Terra, relembra que “*não era mais nem a época de plantar, aí que a semente chegava. Aí, quando eu plantava já não dava mais*” (Dona Maria, Aldeia Mãe Terra, Outubro de 2022).

Persiste nas aldeias Terenas certa dependência do uso de maquinário agrícola para o trabalho nas lavouras, fator que, inclusive, prejudica a produtividade dos alimentos cultivados. Conforme pontua Miranda (2006, s/p.) “enquanto os plantios eram feitos de maneira tradicional e manual, a diversidade de alimentos era maior nas comunidades Terena, embora a extensão das lavouras fosse menor e tudo era produzido consorciados num mesmo espaço de terra” (MIRANDA, 2006, s/p.).

O modelo de agricultura mecanizada não garante aos agricultores Terenas uma renda mínima, tampouco assegura o sustento de suas famílias com o que é produzido nas suas roças, o que obriga a busca por trabalhos assalariados em fazendas vizinhas, nas cidades ou em regime temporário nas usinas de cana-de-açúcar da região (AZANHA, 2000; ANTONIO, 2016). A busca por empregos nos centros urbanos também está associada à busca por melhores condições de vida diante da concentração da crescente população Terena em áreas exíguas e fortemente pressionadas pelo agronegócio. Essa dificuldade é apontada por Leosmar Antonio (ANTONIO et al., 2019, p. 865, tradução nossa):

“Temos uma preocupação em relação ao crescimento da população indígena e ao tamanho reduzido das terras indígenas. Historiadores, arqueólogos, antropólogos relataram esta área indígena como uma área de 36.000 hectares, enquanto hoje os Terenas possuem menos de 3.000 hectares. Isso significa que mais de 33.000 hectares ainda são propriedade de latifundiários. Estamos preocupados com isso. Os latifundiários estão usando a terra para o agronegócio. Eles não estão preocupados com o futuro da terra. Quando pudermos recuperá-la, a terra estará em um estado pobre e improdutivo” (ANTONIO et al., 2019, p. 865, tradução nossa)<sup>57</sup>.

Esses fatores representam obstáculos à prática agrícola Terena, que vem sendo realizada por cada vez menos pessoas, apesar da relevância da agricultura e dos conhecimentos

---

<sup>57</sup>No original, “we have a concern in relation to the growing indigenous population and the reduced size of the indigenous land. Historians, archaeologists, anthropologists reported this indigenous area as an area of 36.000 hectares while today the Terenas own less than 3.000 hectares. This means that more than 33.000 hectares are still property of landowners. We are worried about this. The landowners are using the land for agribusiness. They are not concerned about the future of the land. When we might recover it, the land will be in a poor and unproductive state” (ANTONIO et al., 2019, p. 865).



tradicionais associados para esse Povo (ANTONIO, 2016). A preocupação diante do cenário político-legislativo contrário a seus interesses e a proteção de suas terras mobilizou as lideranças para discutir a questão fundiária e realizar o trabalho de orientar a comunidade política e juridicamente, com a formação de uma “Comissão Fundiária” constituída para tal fim (AMADO, 2020b).

As Assembleias Terena têm sido fundamentais para discutir os principais desafios quanto aos direitos dos povos indígenas não só na região onde vivem, mas em todo o país. Essas assembleias reúnem lideranças indígenas de diferentes aldeias e comunidades, que debatem temas como a preservação das terras e dos recursos naturais, a luta contra a violência e o preconceito, a garantia do acesso à saúde e à educação de qualidade e a demarcação de seus territórios tradicionais. Os documentos das assembleias são verdadeiros registros da situação vivenciada pelas comunidades indígenas e expressam a resistência desses povos ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro. Neles, são denunciadas as violações aos direitos indígenas, como a invasão de terras, a exploração ilegal de recursos naturais e a ausência de políticas públicas adequadas. Além disso, as assembleias Terena têm contribuído para a articulação de alianças entre diferentes povos indígenas e organizações da sociedade civil, fortalecendo a luta por direitos e a defesa dos territórios indígenas. Essas alianças têm sido fundamentais para enfrentar os retrocessos na política indigenista do país, que têm se intensificado nos últimos anos (AMADO, 2020b).

A apropriação dos conhecimentos científicos ocidentais além de complementares aos conhecimentos científicos Terena, são uma forma de contrapor dogmas e desinformações acerca de sua identidade e sua história. O domínio de códigos e símbolos é motivo de orgulho no sentido de apreender e incorporar esses conhecimentos e processos de autonomia Terena. Como demonstra Amado (2020b), a busca pela escolarização e qualificação acadêmica pela população Terena permitiu romper com o paradigma de autoridade e domínio constituído em torno da figura do *puxarará*, termo utilizado para designar o não-indígena relacionado ao som do trovão e em alusão à violência em que essas relações eram estabelecidas.

As transformações das relações sociais e seus significados culturais, as relações com o Estado e o conflito territorial, a busca pela autonomia e a participação no movimento indígena nacional, observa-se a partir da década de 1980 com o processo de retomadas indígenas no Mato Grosso do Sul (ARRUZZO et al., 2022). Em 1999 a FUNAI, por meio da Portaria 553, de 09 de julho de 1999, estabeleceu o Grupo Técnico – GT para os estudos preliminares de identificação e revisão de três terras terena: Cachoeirinha, Taunay-Ipegue e Buriti. A partir disso, diversas áreas terena entraram em processo de demarcação, ainda inconclusos



(PEREIRA; XIMENES, 2016). Com a demora para a conclusão da demarcação de suas terras, observa-se o movimento das retomadas. Abordar com maior detalhe como se deu o processo de retomada na TI Cachoeirinha uma vez que esse movimento está associado ao contexto de formação e de atuação da CAIANAS, cuja sede foi estabelecida na área de retomada da Aldeia Mãe Terra, conforme será exposto adiante.

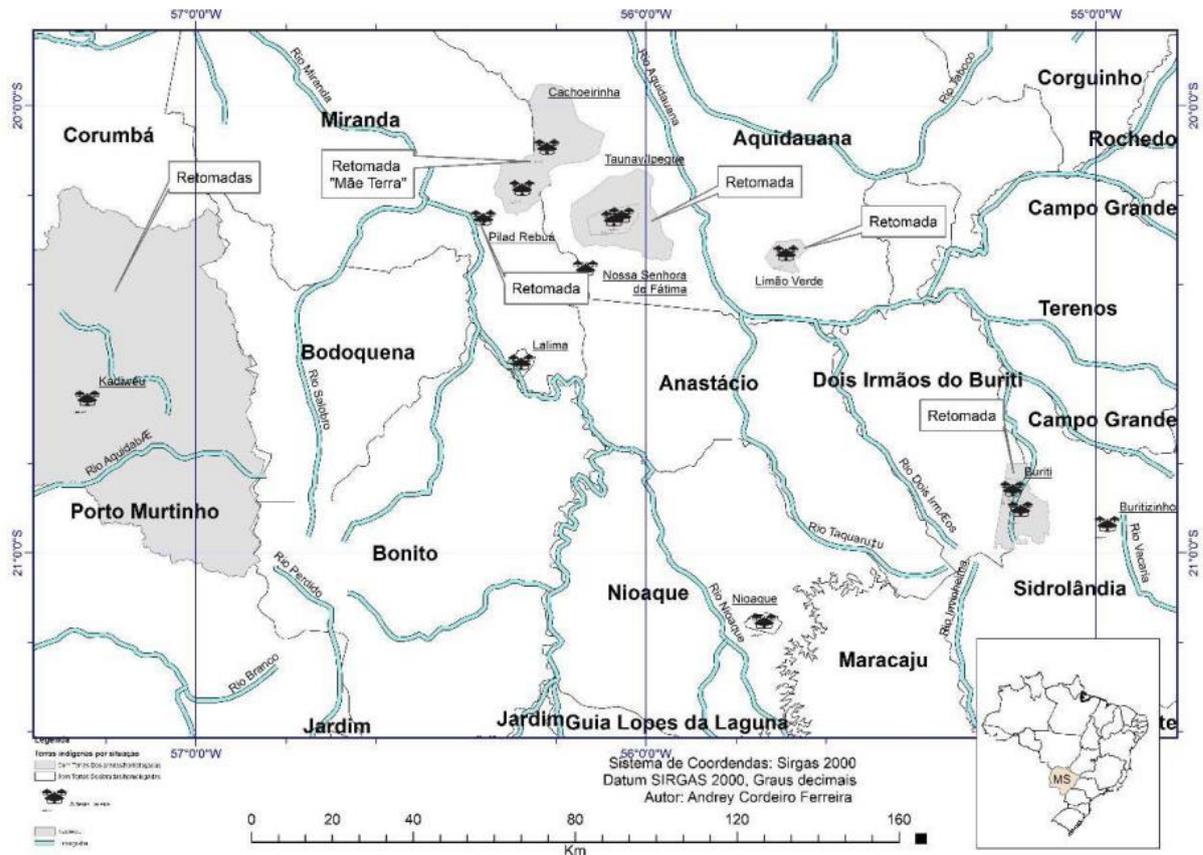
Acompanhando o movimento de retomada empreendido na TI Cachoeirinha, várias ações similares são mobilizadas pelos Terenas no Mato Grosso do Sul. Esse período de organização e confronto político em relação ao Estado na luta pela retomada de seus territórios tradicionais é sinalizado por Amado (2020) como o tempo do despertar para os seus direitos, também denominado como o “Despertar Guerreiro” (XIMENES, 2017). Como descreve Amado (2020b, p. 129):

São ações próprias que visam garantir direitos e produzir direitos. Não aquele direito positivado, no qual o Estado reivindica sua produção exclusiva, mas o direito entendido como relação social que nasce do chão batido da aldeia, embaixo do pé de manga, que irradia nas retomadas, que ganha porte físico nos corpos indígenas oferecidos voluntariamente como sacrifício no momento de romper a cerca da fazenda que nos separa do *poké'ixa úti*” (AMADO, 2020b, p. 129).

Não é uma resistência apenas defensiva, mas qualificada pelo protagonismo indígena que se apropriou e ressignificou elementos que antes eram estranhos à sua cultura e, nos dias atuais, são acionados pelas lideranças em suas reivindicações (AMADO, 2020b, p. 226). De acordo com Ferreira (2022), as retomadas podem ser compreendidas em três dimensões: (a) narrativa, no sentido de crítica ao colonialismo e de afirmação de seu direito originário sobre os territórios que ocupam; (b) prática, enquanto estratégia de resistência camponesa de ação coletiva para retomar suas terras que foram expropriadas e (c) organizativa, eis que o movimento de retomadas envolve uma reconfiguração das relações sociais, espaciais e políticas da comunidade.



Mapa 5 - Retomadas dos territórios tradicionais Terena no Mato Grosso do Sul



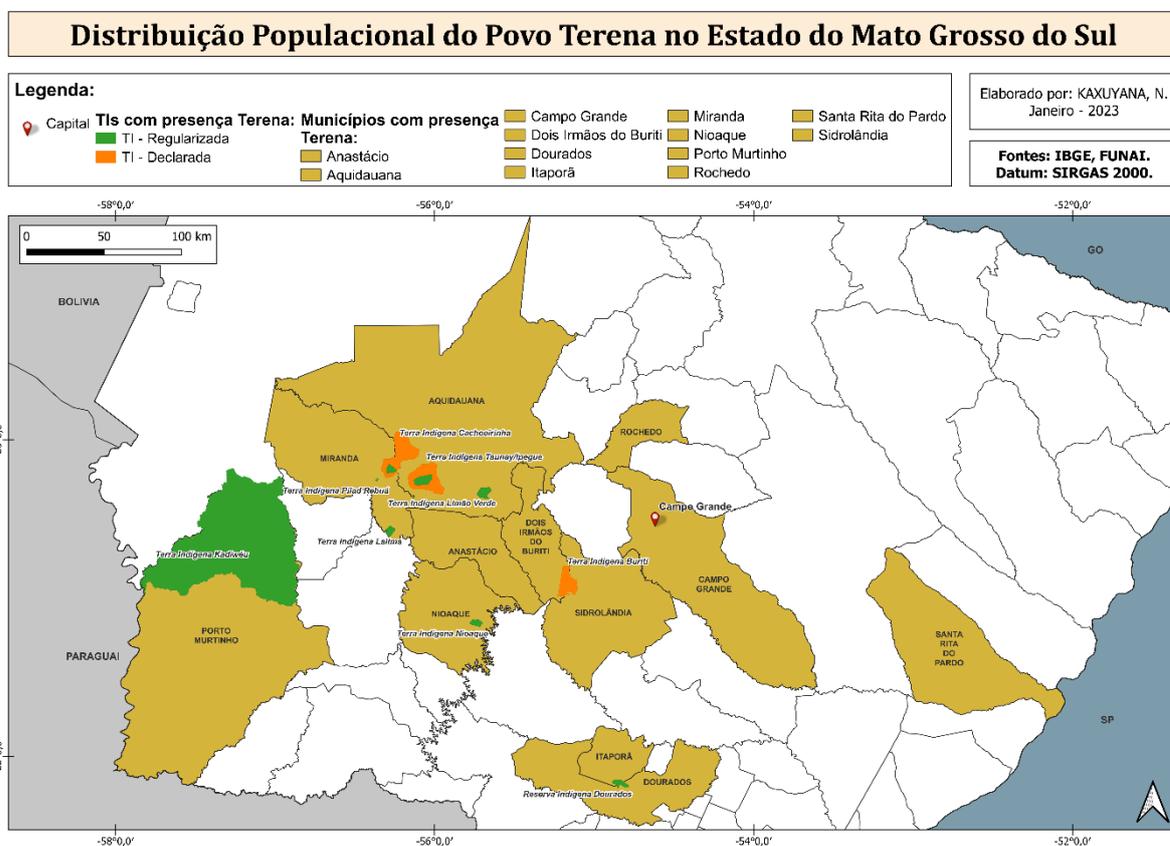
Fonte: (FERREIRA, 2022, p. 148)

Atualmente, a população Terena situada no Mato Grosso do Sul totaliza cerca de 30.000 habitantes (SES/MS, 2019), espalhados pelos seguintes territórios: (1) **TI Taunay-Ipegue** (formada pelas aldeias Bananal, Lagoinha, Morrinho, Água Branca, Imbirussu, Ipegue e Colônia Nova) e (2) **TI Limão Verde** (formada pelas aldeias Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho), situadas no município de Aquidauana; (3) **TI Aldeinha** (formada pela aldeia Aldeinha), situada no município de Anastácio; (4) **TI Cachoeirinha** (formada pelas aldeias Argola, Babaçu, Cachoeirinha, Morrinho, Lagoinha e Mãe Terra), a (5) **TI Lalima** (formada pela aldeia Lalima), a (6) **TI Pilad Rebuá** (formada pelas aldeias Moreira e Passarinho) e a (7) **Reserva Indígena (RI) Nossa Senhora de Fátima**, localizadas no município de Miranda; (8) **TI Nioaque** (formada pelas aldeias Brejão, Taboquinha, Cabeceira e Água Branca), situada no município de Nioaque; (9) **TI Buriti** (formada pelas aldeias Buriti, Água Azul, Córrego do Meio, Recanto, Olho d'Água, Oliveira, Barreirinho, Tereré, Nova Tereré, Dez de Maio, Lagoinha, Nova Buriti e Vila André), situadas nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia (VARGAS, 2011; AMADO, 2020a); e as (10) **Aldeias Urbanas Marçal de Souza, Água Limpa, Darcy Ribeiro, Tarsila do Amaral, Núcleo Industrial, Santa Monica**



(Tumune Kalivono) em Campo Grande (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019) e a (11) **Aldeia Bálamo** no município de Rochedo (FIGUEIREDO, 2016). Cabe destacar, ainda, os territórios Terena cujas áreas estão sendo reivindicadas como a (12) **TI Salobinha**, no município de Miranda/MS e a (13) **TI Terena-Santa Rita do Prado**, no município de Santa Rita do Prado/MS<sup>58</sup>, além da presença minoritária de grupos Terena habitando a **TI Kadiwéu** (formada pelas aldeias Alves de Barros, Campina, Córrego do Ouro, Tomazia, São João e Barro Preto), no município de Porto Murtinho e na **RI Dourados** (formada pelas aldeias Bororó e Jaguapirú), nos municípios de Dourados e Itaporã (Mapa 6):

Mapa 6 - Distribuição da população Terena por municípios no MS



Elaborado por Nayra Kaxuyana, 2023

<sup>58</sup>Disponível em: [https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/grupos-de-trabalho-1/demarcacao/legislacao/pareceres/parecer-seap-450-2017-pgr-00169903\\_2017.pdf](https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/grupos-de-trabalho-1/demarcacao/legislacao/pareceres/parecer-seap-450-2017-pgr-00169903_2017.pdf). Acesso em 25 de jun. de 2023.



## 2.4. O DESPERTAR TERENA NA TI CACHOEIRINHA: as Retomadas dos territórios tradicionais e novas formas de Territorialização e Territorialidade

A Terra Indígena Cachoeirinha abrange áreas de ocupação histórica do Povo Terena. A TI está situada no município de Miranda/MS, estendendo-se até parte do município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul. A região não sofre com as inundações características da planície pantaneira e, portanto, é denominada como “Planície Pré-Pantaneira”. A região é formada por planícies alagáveis que são inundadas durante a estação de chuvas e se tornam áreas de vegetação natural durante a estação seca. O acesso à água e as pastagens ricas em nutrientes e minerais para a criação de gado, a topografia plana permite a livre circulação dos rebanhos por áreas extensas (ESSELIN, 2009).

Devido às sucessivas invasões promovidas pelos bandeirantes paulistas aos núcleos espanhóis, os jesuítas abandonaram seus aldeamentos deixando para trás os rebanhos bovinos que se espalharam pelo Pantanal. Posteriormente, no século ao final do século XVIII, a ocupação luso-brasileira se deu com a migração de colonos interessados em tomar posse das terras consideradas devolutas “e cuja pastagem natural, em grande quantidade, abrigava milhares de cabeças de bovinos e equinos selvagens e domesticados na posse dos grupos indígenas” (ESSELIN, 2009, p. 312). Após a Guerra do Paraguai (1864-1870) houve o esbulho e a expropriação dos territórios tradicionais Terena e a transferência ilegal de suas terras pelo Estado a fazendeiros e colonos. Com relação à TI Cachoeirinha, Azanha (2000, s.p.) aponta que:

O advento da República só fez agravar a situação territorial dos Terena. É precisamente nesse momento (a partir de 1892) que teria início o processo de expropriação cartorial das terras Terena, os “limites” da ocupação Terena em Cachoeirinha seriam fixados nos seguintes marcos geográficos: ao sul o moro Moreira (mopoinãduquê) e o “varjão” do Agachi (mocócohó); a oeste a lagoa do Sanguessuga (matatakwê) e o “Morrinho”; o norte o retiro do Olho D’água (ukéunê); a leste, o pantanal do Natatecaxi (xoronókwê ou “vazante”) e o córrego Agachi. É esta a área que os velhos habitantes da aldeia têm, hoje, na ponta da língua, quando definem os limites de Cachoeirinha. Contudo, a partir de 1892, o governo do Estado do Mato Grosso passaria a expedir títulos provisórios de aquisição e/ou legitimação de posse para terceiros dentro destes limites, transformando de direito, mas não de fato parcelas de terra daquela ocupação indígena em “terras devolutas sujeitas a legitimação (AZANHA, 2000, s. p.)

Apesar das inúmeras denúncias e tentativas de reaver o seu território, apenas parte deste foi delimitada em 1904: uma área exígua de 3.200ha, ilegalmente considerada como “terra devoluta” e reservada por meio do Ato nº 217/1904, do então Presidente do Estado do Mato



Grosso, designada como “Reserva Indígena Cachoeirinha”. Posteriormente, em 1948, essa área foi reduzida para 2.660ha (AZANHA, 2005).

O crescimento da população e a falta de espaço físico impede o estabelecimento de novas famílias, além de impor alterações e obstáculos à reprodução social, cultural, espiritual e econômica da comunidade. Segundo Azanha (2000, s.p.), a limitação espacial na RI Cachoeirinha caracteriza uma situação limite na qual “tudo os impele para fora”, obrigando a migração dos Terena, sobretudo da população jovem, em busca por “melhores condições de vida” para o meio urbano ou até mesmo para outras Reservas (AZANHA, 2000, s.p.).

A imposição da situação de Reserva pretendia concentrar a população Terena<sup>59</sup> e centralizar sua administração política através da instalação de Posto Indígena e a eleição de um “Cacique-Geral”. Contudo, esse processo não se consolidou. Ao contrário, ao longo do século XX constituem-se as aldeias Argola (1935), Morrinho (1945), Babaçu (1949) e Lagoinha (1970) que, em seguida, passam a reivindicar a descentralização política e administrativa das aldeias, com a eleição de Cacique próprio (FERREIRA, 2022).

Na verdade, o confinamento nas reservas nunca foi aceito pelos Terenas. Ao longo do século XX é possível observar inúmeras reivindicações pela demarcação de suas terras e de expressão da sua territorialidade para além das áreas da reserva (seguiram pescando, caçando e coletando alimentos nas áreas vizinhas a reserva e frequentando áreas consideradas importantes conforme discriminado no laudo antropológico que delimitou os limites do mapa etnohistórico da TI Cachoeirinha). De acordo com Ferreira (2022, p. 145-146), esse processo dialético de centralização-descentralização territorial, social e político culminou com o movimento das retomadas observado a partir de 1980, conforme:

Apesar da imposição, e justamente em razão dela, se aprofundou o processo de descentralização, que expressou-se pelo facciosismo religioso e depois, pela descentralização territorial. Ao final dos anos 1970, existiam três antagonismos latentes dentro das reserva Terena: 1) entre diferentes territorialidades (por exemplo, entre a territorialidade Kinikinau e as demais), expressando a diversidade étnica e religiosa, que expressava-se em relações espaciais de disjunção (formação de novas aldeias separadas por limites naturais, como o caso da aldeia Argola); 2) o conflito entre essas territorialidades e a territorialidade estatal da reserva (que contém e reprime as relações sociais); 3) com os limites da propriedade capitalista-monopolista (especialmente fazendas) (FERREIRA, 2022, p. 145-146).

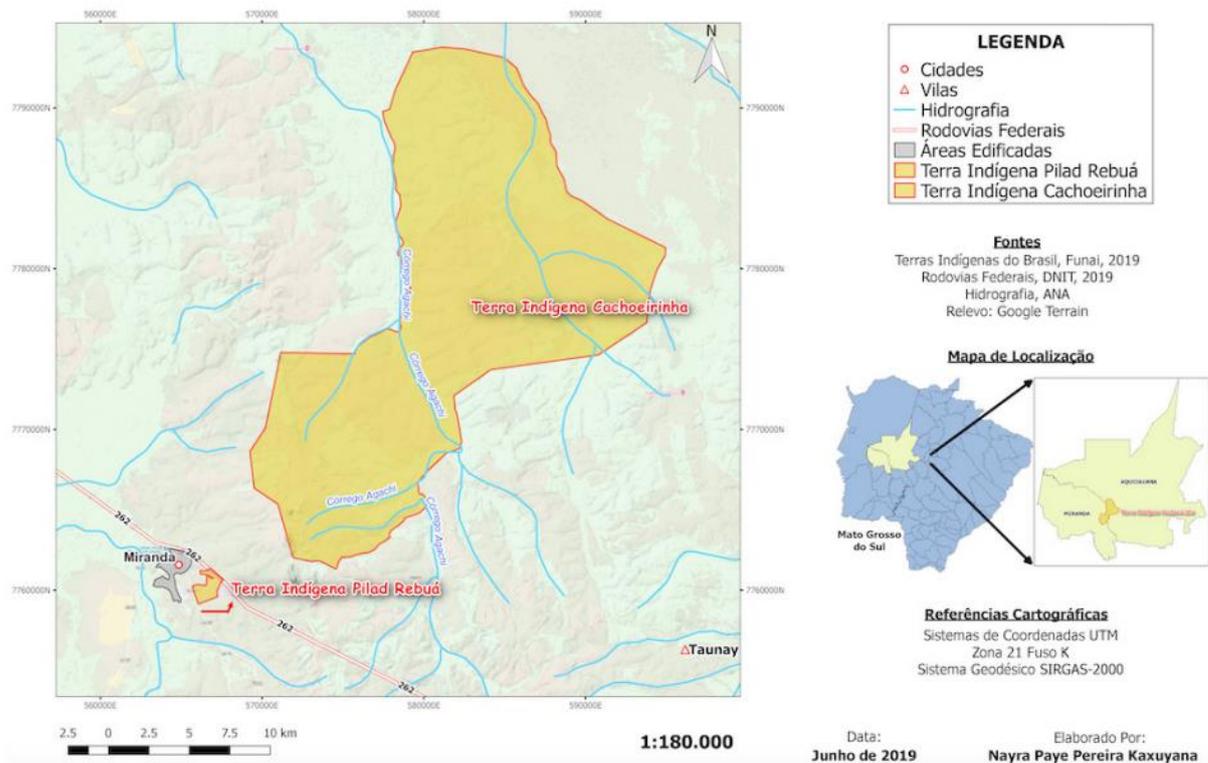
---

<sup>59</sup>Como já referido, após o conflito contra o Paraguai os grupos Guanás passaram a ser denominados genericamente como “Terena”. Todavia, internamente esses grupos mantiveram suas identidades e territorialidades próprias, como é o caso dos grupos Kinikinau que se estabeleceram em sua maioria na aldeia Argola e



Em 1982 foi iniciado um processo para estudar e rever os limites da Terra Indígena Cachoeirinha, com o objetivo de ampliar sua área reservada de 2.660 hectares. A Portaria nº 553 de 09 de julho de 1999 da FUNAI estabeleceu a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para realizar estudos de identificação e revisão dos limites da TI Cachoeirinha. Como resultado desses esforços, foi identificada uma área de 36.288 hectares e 100 quilômetros de extensão para a Terra Indígena, conforme o estudo realizado pelo antropólogo Gilberto Azanha (2000). O território abriga parte dos biomas Pantanal e Cerrado (Mapa 7), que cobrem, respectivamente, 64,29% e 35,71% de sua extensão (ISA, 2022)<sup>60</sup>.

Mapa 7 - Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda/MS



Fonte: (AMADO, 2020b, p. 216).

Com a paralisação do procedimento administrativo pelo Ministério da Justiça em 2003, lideranças da TI Cachoeirinha passaram a articular estratégias para efetivar a demarcação do território em conjunto com as demais comunidades Terena das TIs Lalima e Pilad Rebuá, no município de Miranda/MS. As discussões contaram com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para pressionar a atuação dos órgãos estatais responsáveis pela demarcação

<sup>60</sup>Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3629#direitos>>. Acesso em 29 de jun. de 2023.



(FERREIRA, 2007). O processo de organização contou, também, com a participação de famílias Terena se deslocaram da TI Kadiwéu e assumiram sua identidade Kinikinau, conforme relata um dos líderes da Aldeia Mãe Terra, Zacarias Rodrigues:

*“Quando percebemos que o governo não ia reconhecer a nossa terra, decidimos ir à luta com as nossas próprias mãos, fomos ao encontro do povo Kinikinau na aldeia São João para pedir apoio a nossa retomada, e eles não mediram esforços para estar com a gente, eles vieram naquela época.[...] Hoje nós acolhemos aqui um bom grupo de famílias Kinikinau, mas eles, assim como nós Terena, têm o seu território Kinikinau”* (RODRIGUES, 2019, s.p.)<sup>61</sup>.

Paralelo a isso, a interferência externa na organização política e social da comunidade, além das disputas internas entre as figuras do Chefe de Posto da FUNAI e o Cacique Geral em relação aos Caciques das Aldeias, implicaram na cisão política entre lideranças das aldeias Argola, Babaçu e Lagoinha. Essas divergências, aliadas à limitação do espaço físico da TI e à demora no procedimento demarcatório contribuíram para o processo de territorialização por meio da reocupação da Fazenda Santa Vitória, área dentro dos limites declarados como de ocupação tradicional Terena (FERREIRA, 2007). Assim, no dia 28 de novembro de 2005 foi constituído o “Acampamento Mãe Terra”, no idioma Terena, *Poké’ é Enôe*<sup>62</sup>, sob a liderança de Lindomar Ferreira (Aldeia Argola), Ramão de Souza (Aldeia Lagoinha) e Zacarias Rodrigues (Aldeia Babaçu).

“Nós, do povo Terena da Terra Indígena “Cachoeirinha”, localizada no município de Miranda-MS, cansados de esperar pelo término do processo de demarcação de nossa terra que há mais de 06 anos encontra -se em andamento pela FUNAI, sem nenhum encaminhamento concreto para sua conclusão, desrespeitando todos os prazos estipulados pelo Decreto 1.775/96, bem como a Constituição Federal, vimos pela presente, manifestar o seguinte: Que o povo Terena, no dia 28 de novembro de 2005 retomou uma parte de sua terra tradicional chamada “Acampamento Mãe Terra” onde incide a fazenda “Santa Vitória”, na expectativa de que o Governo Federal termine de uma vez por todas a demarcação definitiva de nossa terra” (POVO TERENA, TI CACHOEIRINHA, 2005)<sup>63</sup>.

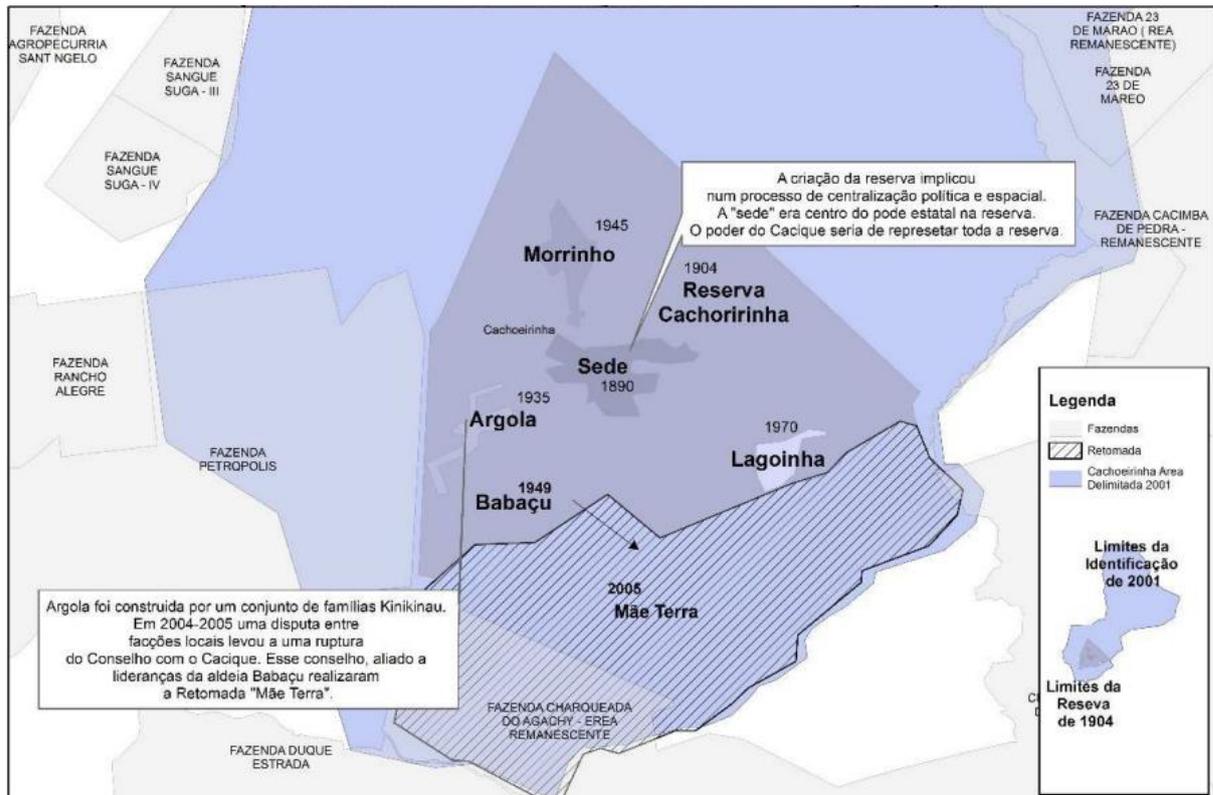
<sup>61</sup>Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/10/apos-acao-retorno-territorio-tradicional-povo-kinikinau-renasce-fortifica-resistencia/>. Acesso em 28 de jun. de 2023.

<sup>62</sup>Sobre a denominação da aldeia e a tradução, destaco o seguinte excerto da dissertação de Almeida (2013, p. 168): “em mais uma roda de tereré de fim de tarde, sob a sombra da mangueira do quintal, acompanhei uma interessante discussão entre Aronaldo e Seu Aristides. O debate era sobre qual seria a tradução correta para o português do nome da aldeia da área retomada, que no idioma Terena é ‘Êno Poke’e’. Regionalmente, a aldeia é conhecida por ‘Mãe Terra’, no entanto eles não estavam de acordo com essa tradução. Chegaram, enfim, à conclusão de que a melhor aproximação seria ‘a terra que é nossa mãe’, explicando-me que dessa maneira ficaria evidente o sentido correto de que a terra que é a mãe de todos os Terena. ‘Somos todos filhos da terra!’, disseram”.

<sup>63</sup>Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/17377>. Acesso em 28 de jun. de 2023.



Mapa 8 - Mapa etnohistórico de centralização e descentralização espacial, Terra Indígena Cachoeirinha



Fonte: (FERREIRA, 2022, p. 144)

Passado cerca de um ano e meio da retomada, foi publicada a Portaria Declaratória nº 791, do Ministério da Justiça, no dia 17 de abril de 2007, reconhecendo a área de 36.288 hectares como de ocupação tradicional e de posse permanente do Povo Terena. Assim, do ponto de vista do processo de administrativo, a TI Cachoeirinha encontra-se “declarada”, aguardando a demarcação física da área pelos servidores da FUNAI, com a fixação de placas e levantamento das benfeitorias.

A precariedade da ocupação das retomadas expõe as famílias Terena à violência e ameaças em razão do conflito fundiário. Em 2006 houve o incêndio criminoso de parte das roças e, no ano seguinte as ameaças de atear fogo nas roças e casas da ocupação continuaram (CIMI/MS, 2007)<sup>64</sup>. Há inúmeros registros de ameaças e violências realizadas por parte dos proprietários rurais, tais como, a ocorrência de incêndios criminosos das roças, ameaças, tentativas de homicídio, como no caso do ônibus escolar que transportava 30 estudantes terena quando foi atacado com pedras e coquetel *molotov*, em 2011 (VIEGAS; RAFAEL, 2011)<sup>65</sup>.

<sup>64</sup>Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/06/26222/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

<sup>65</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/06/em-ms-onibus-com-alunos-indigenas-e-incendiado-com-coquetel-molotov.html>. Acesso em 30 de jun. de 2023.



Seis pessoas ficaram feridas e sofreram queimaduras, incluindo o motorista. A estudante Lurdesvoni Pires, de 28 anos foi internada em estado grave e faleceu. Em 2018, houve o registro de atropelamento intencional cometido por fazendeiro local a crianças que andavam de bicicleta pela rodovia em frente à aldeia Mãe Terra (NASSIF, 2018)<sup>66</sup>, entre outros.

Posteriormente, outras áreas do território tradicional foram retomadas, como no caso da ocupação da Fazenda Charqueada do Agachy (2009)<sup>67</sup>, Fazenda Petrópolis (2010)<sup>68</sup> e Paratudal (2013)<sup>69</sup>. Os proprietários rurais possuem influência política local e regional<sup>70</sup>, como no caso das duas últimas propriedades, cujo título pertence à família do ex-governador do MS, Pedro Pedrossian. Diversas lideranças que atuam no movimento de retomadas das áreas declaradas como de posse tradicional terena são ameaçadas de morte e foram incluídas no Programa de Defesa de Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal, no entanto, não recebem o monitoramento e a proteção policial necessária para garantir sua integridade.

Desde 2007 o processo de demarcação não avança (MPF/MS, 2019). Os fazendeiros invasores das áreas identificadas como de posse tradicional terena não permitem a entrada de servidores da FUNAI para a sinalização dos limites físicos da TI Cachoeirinha (APIB, 2020). Atualmente, a TI Cachoeirinha apresenta um “alto índice de judicialização”, com o ajuizamento de ações ordinárias que “buscam anular a demarcação e declarar como de domínio não-indígena” (AMADO, 2020b, p. 215).

A exploração da terra para a produção agropecuária, com a utilização de técnicas e maquinários modernos, resultou em uma transformação da vegetação nativa, além de causar desmatamentos, deslocamento de populações e conflitos agrários. O avanço do agronegócio também contribuiu para a degradação do solo e contaminação de rios e aquíferos, gerando impactos ambientais significativos. Nesse contexto, as populações tradicionais, como os povos indígenas, têm sido afetadas de forma contundente, tendo que lidar com a perda de seus

---

<sup>66</sup>Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/cimi-protocola-no-mpf-pedido-de-investigacao-das-criancas-kinikinau-atropeladas/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

<sup>67</sup>A área ocupada é denominada pela comunidade como *Kai'ikoe* (MPF/MS, 2020).

<sup>68</sup>A retomada foi desfeita quando da expulsão das famílias terena após ação truculenta da Tropa de Choque da Polícia Militar após 07 meses de ocupação. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=cj3gzoV0sq4>. Acesso em 29 de jun. de 2023.

<sup>69</sup>A ocupação foi desfeita em razão de um acordo firmado de que as ocupações não ocorreriam até 05 de agosto de 2013 (SANTOS, 2013).

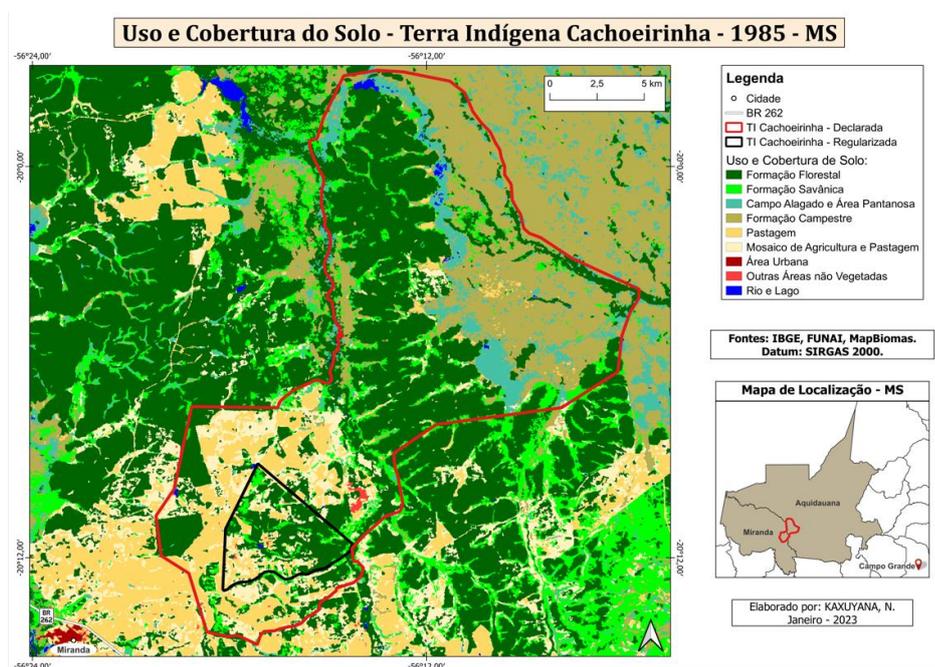
<sup>70</sup>Nesse sentido, ver reportagem do Jornal The Intercept Brasil dando conta da regularização fundiária de imóvel a pedido da Caiman Agropecuária em áreas declaradas da TI Cachoeirinha (PAES, 2021). Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/06/28/funai-abre-a-porteira-e-empresa-ligada-a-klabin-registra-estancia-luxuosa-em-terra-indigena-no-ms/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.qw

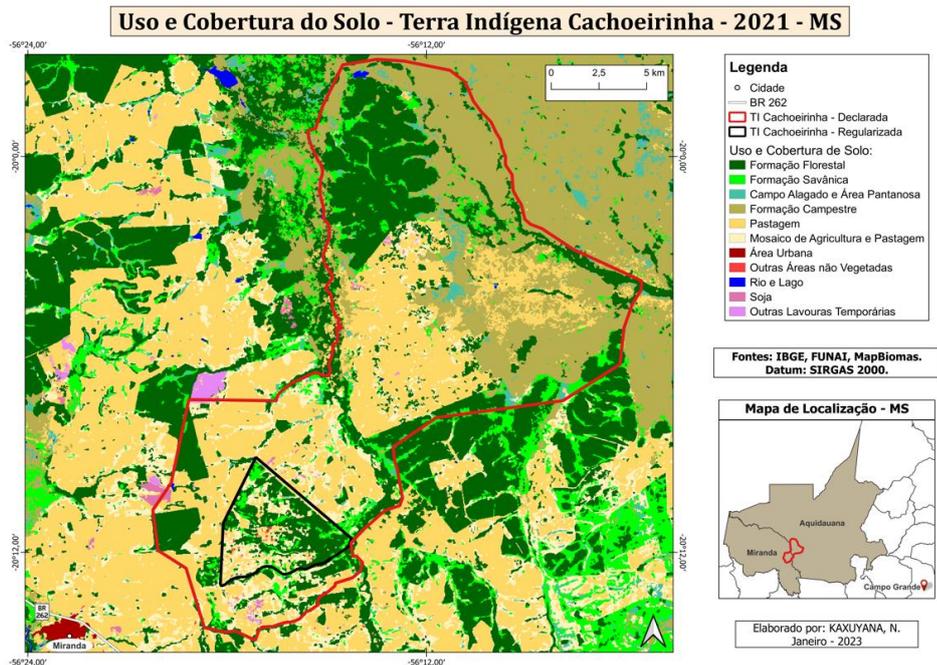


territórios e modos de vida, bem como com a imposição de uma cultura alheia aos seus valores e tradições, como menciono no capítulo anterior.

A introdução da pecuária intensiva na região de Miranda/MS teve um impacto significativo na forma como o Povo Terena cultivava suas terras. Além disso, os monocultivos de cana-de-açúcar e, mais recentemente, de soja, vêm alterando a paisagem em todo o estado., como é possível aferir das imagens de satélite abaixo, com destaque para a área declarada da TI Cachoeirinha:

Figura 2 e 3 - Imagens de Satélite da TI Cachoeirinha; Comparativo das mudanças da cobertura do solo e seus usos entre o ano de 1985 e 2021.





É diante desse contexto de conflito territorial e de degradação ambiental que o Projeto GATI permite que a comunidade da TI Cachoeirinha impulse as ações de recuperação ambiental do território e de revitalização da Agricultura Ancestral Terena em curso, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade e de seus conhecimentos.



### 3. A formação do Coletivo Indígena CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena

#### 3.1. Antecedentes do Projeto GATI e a constituição do Núcleo Pantanal/Cerrado

Com a emergência do debate sobre desenvolvimento sustentável e as questões ambientais, a partir da década de 1990 o movimento indígena alia às suas pautas a necessidade de conservação e gestão ambiental de suas terras. A participação na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, constitui um marco da luta pelos direitos dos povos indígenas e a proteção do meio ambiente. Além de denunciarem violações de seus direitos, as ameaças à sua sobrevivência e à degradação dos ecossistemas em que viviam, o movimento indígena reivindicou o reconhecimento do papel desempenhado pelos Povos Indígenas como fundamental na conservação da biodiversidade e na gestão dos recursos naturais. Assim, a partir dos anos 2000, o movimento passou a demandar e articular projeto de abrangência nacional voltado especificamente à valorização e à defesa dos territórios indígenas e sua biodiversidade.

Em 2002, o movimento indígena participou ativamente do processo de criação da Política Nacional da Biodiversidade (PNB) e do Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas, junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e setores da sociedade civil. É nesse mesmo período que o Projeto “Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros”, o Projeto GEF, é elaborado por representantes indígenas em conjunto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a organização não-governamental *The Nature Conservancy* (TNC) (KINZO; BERRAONDO, 2014; BAVARESCO et al., 2016). O projeto previa a adoção de estratégias de gestão ambiental por Povos Indígenas voltadas à conservação da biodiversidade e uso sustentável de suas terras, buscando atingir as seguintes metas:

- (i) desenvolvimento de mecanismos e ferramentas que permitam que as TIs brasileiras sejam reconhecidas e fortalecidas como áreas efetivas de conservação da biodiversidade florestal, recursos naturais e serviços ambientais; (ii) implementação de uma rede de TIs direcionadas a servir de modelo de práticas de gestão ambiental voltadas à conservação de ecossistemas florestais administrados pelos povos e organizações indígenas; e (iii) desenvolvimento de modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, sendo implementados como pilotos em TIs selecionadas (KINZO; BERRAONDO, 2014, p. 02).



Durante a 7ª Convenção das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no ano de 2004, foi assegurado o direito de participação dos Povos Indígenas na gestão dos recursos naturais e na tomada de decisões que afetem suas vidas, além da promoção de mecanismos de repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes do uso dos recursos genéticos. O governo brasileiro assumiu o compromisso de reconhecer o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza e fornecer apoio financeiro para práticas sustentáveis nas Terras Indígenas. A partir disso, o Ministério do Meio Ambiente elaborou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que inclui as Terras Indígenas, destacando seu papel fundamental na conservação e preservação da biodiversidade dos biomas brasileiros.

A partir desse reconhecimento, surge a necessidade de elaborar políticas específicas voltadas à proteção e à segurança do meio de vida dos Povos Indígenas e de seus territórios tradicionais. O movimento indígena passa a requerer a construção de uma política de abrangência nacional, que garanta a participação e o protagonismo dos Povos e estabeleça diretrizes e ações para a gestão ambiental e territorial das terras Indígenas.

Em 2005, um Grupo de Trabalho (GT) foi criado com maioria indígena e a participação da FUNAI e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para submeter uma proposta de projeto para o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF), cujo objetivo inclui apoiar países na implementação de políticas e ações de proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

A partir de 2008 foram realizadas cinco consultas regionais às comunidades indígenas para compor a proposta definitiva do projeto. Essas consultas também permitiram a compreensão das ideias e da estrutura do projeto e a articulação das populações indígenas regionais. Durante essa etapa, as comunidades indígenas participaram do processo de escolha das 32 Terras Indígenas localizadas nos biomas brasileiros Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, consideradas como “Áreas de Referência” para a execução do projeto (BENITES et al., 2016).

A proposta definitiva do projeto teve como objetivo o “fortalecimento das práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, promovendo também o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs” (BENITES et al., 2016, p. 10). Para tanto, foram definidas linhas de ação que consistem em (a) desenvolver mecanismos de reconhecimento e fortalecimento do papel desempenhado pelas Terras Indígenas na conservação do meio ambiente e da biodiversidade (**Fortalecimento e Estruturação**); (b) contribuir para a consolidação de redes de experiência protagonizadas e conduzidas pelos indígenas para a conservação e preservação



de seus territórios (**Redes de Experiência e Etnogestão**); e (c) executar atividades de recuperação ambiental, implementação de Sistemas Agroflorestais e práticas agroecológicas, baseadas em princípios de etnogestão em diferentes biomas brasileiros, de maneira sustentável e que possam servir de modelo para outras comunidades (**Modelos de Gestão Ambiental**) (BENITES et al., 2016).

Para que essas ações sejam efetivamente executadas, o projeto prevê que as comunidades sejam consultadas e informadas através de reuniões de esclarecimento e oficinas de planejamento, com o apoio dos Núcleos Regionais e a validação de seu Conselho. O processo de levantamento, diagnóstico e planejamento das ações de gestão ambiental e territorial foi construído e adaptado de acordo com as especificidades étnicas de cada comunidade, através da utilização de métodos participativos, como a elaboração de etnomapeamento e etnozoneamento. O projeto foi encaminhado ao GEF em maio de 2009 e aprovado em agosto do mesmo ano (BENITES et al., 2016).

A PNGATI é uma conquista do movimento indígena brasileiro por políticas públicas de apoio à defesa de seus territórios e de respeito aos seus modos de vida. A formulação da PNGATI se deu com a participação e o protagonismo de lideranças indígenas e através de consultas regionais realizadas junto às comunidades (OLIVEIRA, 2012). O modelo de consulta prévia enquanto instrumento de diálogo interétnico representa um avanço na relação entre Estado, Povos Indígenas e Sociedade Civil e, nesse sentido, a PNGATI constitui um marco legal e político de uma agenda positiva no campo indígena e indigenista.

Através da publicação da Portaria Interministerial nº 276 no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2008, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto de forma paritária por representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça/FUNAI, Articulação Nacional dos Povos Indígenas (APIB) e outras organizações indígenas e da sociedade civil<sup>71</sup> para discutir e elaborar a proposta de uma Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (BAVARESCO; MENEZES, 2014). Além disso, foi elaborado um roteiro para que as comunidades indígenas fossem consultadas e participassem do processo de elaboração da política, resultando na elaboração do “Documento de Apoio para as Consultas Regionais” (BENITES et al, 2016).

---

<sup>71</sup>Conforme apontam Bavaresco e Menezes (2014), também participaram da composição do GTI o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Ministério da Defesa (MD), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Articulação dos Povos Indígenas da região Sul (ARPIN-Sul), a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, a Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPINPAN), a Articulação do Mato Grosso e a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste) (BAVARESCO; MENEZES, 2014).



Entre os anos de 2009 e 2010 foram realizadas cinco consultas aos povos indígenas, reunindo “1.250 representantes indígenas, pertencentes a 186 povos de todas as regiões do país, que foram mobilizados e indicados pelas organizações indígenas regionais – APOINME, ARPIPAN, ARPINSUL, COIAB – e pela articulação nacional, através da APIB” (BAVARESCO; MENEZES, 2014, p. 15). O processo de consultas contou também com a realização do Seminário Nacional (2010) e dos Seminários Regionais (2011), além de reuniões de consulta e esclarecimento nas terras indígenas (2012) indicadas como áreas de referência para execução do Projeto GATI desde 2008 (SIQUEIRA JR., 2016).

Com relação aos Povos Indígenas situados no Mato Grosso do Sul, as consultas regionais foram realizadas em janeiro de 2010, em Campo Grande, e reuniram 150 lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul se reuniram para discutir o texto preliminar da PNGATI apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). As lideranças foram ouvidas e colaboraram com sugestões sobre as ações de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas<sup>72</sup>.

As contribuições trazidas pelas comunidades foram debatidas e sistematizadas ao longo de quatro reuniões realizadas pelo GTI e os representantes da APIB, compondo o texto final da proposta de redação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (BAVARESCO; MENEZES, 2014). Assim, PNGATI foi instituída em 05 de junho de 2012, por meio do Decreto nº 7.747, com o objetivo de “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural” (BRASIL, 2012).

As ações previstas pelo decreto estão estruturadas em sete eixos temáticos, são eles: (1) proteção territorial e dos recursos naturais; (2) governança e participação indígena; (3) áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; (4) prevenção e recuperação de danos ambientais; (5) uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; (6) propriedade intelectual e patrimônio genético e (7) capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental (BRASIL, 2012). A PNGATI não só propõe pensar as estratégias de gestão territorial e ambiental das terras demarcadas, mas também assegurar os territórios para que a política alcance o desenvolvimento de todos os eixos que a estruturam, afinal “*não é possível fazer gestão territorial sem território!*” (SIQUEIRA JR., 2017, p. 21-22).

---

<sup>72</sup>Ver também: <https://www.youtube.com/watch?v=6pPayvQ6tew>. Acesso em 04 de abril de 2023.



Enquanto projeto piloto que serviu de subsídio para a elaboração da PNGATI, o Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) foi realizado em 32 terras indígenas localizadas em diferentes regiões do país, selecionadas como áreas de referência fundamentais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros.

Por meio dos cursos de formação, o Projeto GATI se constituiu como importante apoio para o início da implementação da PNGATI, trazendo sua própria formulação participativa como abordagem metodológica e instrumento para a discussão acerca da gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas. Cabe lembrar, também, que iniciativas autônomas de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas antecedem a elaboração da PNGATI e foram, em certa medida, o fundamento e o impulso tanto para a Política como para o próprio Projeto GATI (BAVARESCO et al., 2016, p. 28)

O Projeto GATI foi fruto de uma parceria entre o movimento indígena e organizações governamentais e não-governamentais<sup>73</sup> e buscou fortalecer as práticas tradicionais de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais pelos Povos Indígenas, além de promover seu protagonismo na gestão ambiental e territorial de seus territórios (MILLER et al., 2016). A primeira etapa do Projeto envolveu a instalação do Comitê Diretor do Projeto e a composição da Unidade de Gestão do Projeto (UGP), além de tratativas internas e o estabelecimento de articulações interinstitucionais. O Comitê Diretor do Projeto reuniu as Áreas de Referências de acordo com os biomas onde estão situadas e organizou a execução do projeto através do estabelecimento de “Núcleos Regionais” (Quadro 2). Os Núcleos Regionais são formados pelas Coordenações Regionais e as Coordenações Técnicas Locais da FUNAI, as Consultorias Regionais e o Conselho Regional formado por representantes das TIs.

**Quadro 2 - Núcleos Regionais e suas respectivas Áreas de Referências (Terras Indígenas)**

<b>Núcleo Regional</b>	<b>Área de Referência</b>
Amazônia/Cerrado	TIs Xerente e Xambioá (TO) e Bakairi (MT)
Amazônia Oriental	TIs Jumina, Galibi e Uaçá (AP), Trincheira Bacajá (PA) e Wajãpi (AP)
Amazônia Central/Ocidental	TIs Mamoadate (AC), Igarapé Lourdes (RO) e Andirá-Marau (AM/PA)
Nordeste 1	TIs Entre-Serras de Pankararu (PE), Kiriri (BA), Potiguara (PB), Caiçara/Ilha de São Pedro (SE/AL) e Córrego de João Pereira (CE);
Nordeste 2	TIs Xacriabá (MG), Caieiras Velhas II (ES) e Caramuru-Paraguaçu (BA);
Pantanal/Cerrado	TIs Pirakuá, Lalima, Cachoeirinha, Jaguapiré, Sassoró e Taunay (MS);
Mata Atlântica Sul	TIs Ibirama (SC), Mangueirinha e Ava-Guarani de Oco'y (PR);
Mata Atlântica Sudeste	Guarani do Bracuí (RJ), Guarani do Ribeirão Silveira, Tenondé Porá (Krukutu) e Araribá (SP)

Elaborado pela autora a partir de BENITES et al., 2016

<sup>73</sup>Participaram da execução do projeto a FUNAI, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-Global Environment Facility).



Para compor os Núcleos Regionais, o Comitê Diretor promoveu a contratação de Consultores Regionais para orientar as ações do projeto de acordo com as demandas apresentadas pelas comunidades e promover processos formativos e de planejamento participativo (BAVARESCO et al., 2016). Para tanto, houve a realização de Seminários Regionais e reuniões de esclarecimento sobre o Projeto com a participação das comunidades indígenas e parceiros, tanto em Brasília, quanto nos Núcleos Regionais e nas TIs, além da realização de oficinas, intercâmbios e minicursos.

A antropóloga Graziella Sant’Ana foi contratada como Consultora Regional do Núcleo Regional Pantanal/Cerrado. Para tratar das ações de Agrofloresta e Formação, foram contratadas, respectivamente, as consultoras Jéssica Pedreira e Ingrid Weber e, posteriormente, os consultores Leosmar Antonio e Renata Aguilar (BENITES et al., 2016). Os Consultores Regionais tinham como objetivo principal explicar o Projeto GATI e levantar as demandas e as expectativas das comunidades com relação às ações a serem desenvolvidas nos territórios.

### **3.2. O Sonho Coletivo em Tempos de Despertar: a formação da Família GATI**

O Projeto GATI teve início na TI Cachoeirinha no ano de 2012, com a realização de reuniões de formação e planejamento participativo com a comunidade. Nessa etapa, Leosmar relata que a comunidade demonstrou interesse na realização do projeto, contudo, “ninguém conseguiu compreender direito o que era o GATI” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022). Durante esse ano, os conceitos e objetivos do Projeto GATI foram amplamente debatidos pela comunidade, com a realização de diversas reuniões com os Caciques, lideranças e a população das aldeias para apresentar as linhas de atuação do projeto e sua execução. Durante esse processo, foram indicados como representantes da TI Cachoeirinha Leosmar e, como suplente, o ancião Inácio Faustino para compor o Conselho Regional do Núcleo Pantanal/Cerrado (BENITES et al., 2016). Sobre essa etapa, Leosmar refere que:

*“Essa foi minha relação com o Projeto GATI. Eu tinha acabado de me formar e fui indicado como Conselheiro Titular e comecei a fazer a mobilização interna, né? [...] Para tentar decodificar o Projeto GATI para uma linguagem mais simples, tentar sensibilizar as pessoas, tentar pensar estratégias de sustentabilidade do Projeto no território, das ações do Projeto no território” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).*



Discutindo as linhas de atuação do projeto, a comunidade da TI Cachoeirinha mostrou interesse pelas propostas de implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs)<sup>74</sup> que, além de convergirem para as ações de recuperação ambiental e produção de alimentos que já estavam em curso no território, guardam correspondência com o *ethos* agricultor dos Terenas. De acordo com Leosmar, nos últimos anos a comunidade já demonstrava preocupação com os efeitos das mudanças climáticas e, nesse contexto, as ações sob o enfoque da Agroecologia despontaram como uma “*resposta a essas crises*” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022):

*“Como a agricultura é uma característica muito forte dos Terena, o pessoal entendeu que a implantação de Agrofloresta seria o carro-chefe do Projeto GATI na Cachoeirinha. Por conta da Agrofloresta também representar essa resposta, né? Da questão climática. Já naquele ano, já tinha muito essa reclamação dos agricultores, né? Que o sol está muito quente, a seca estava muito prolongada, as plantas não estavam mais aguentando e o solo estava muito degradado, já não conseguia responder mais às necessidades de produção de alimentos dos agricultores e o território diminuto, né? Uma população crescente e o território diminuto. A Agrofloresta, assim como as roças Terena poderiam, em um pequeno espaço, produzir uma diversidade grande de alimento”* (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).

Essas preocupações eram principalmente manifestadas pelos anciões que vivenciaram o período de imposição da Revolução Verde. A princípio, houve certo receio da comunidade com relação ao projeto que envolvia a participação da FUNAI e outros órgãos estatais, seja por causa de experiências anteriores que fracassaram, seja pelo histórico de implementação de políticas que não respeitavam os seus interesses. Os anciões questionavam a atitude de representantes do Estado que, segundo eles, atribuíam aos agricultores Terena a responsabilidade pela adoção das técnicas de plantio da agricultura moderna. Às palavras de Leosmar:

*“No início do projeto GATI, nas primeiras reuniões essa questão da agricultura, de cultivo da terra, né? Essa temática ela era muito forte para esses anciões que vivenciaram, né, o período da década de 60 que veio esse pacote tecnológico da Revolução Verde, né? [...] Tinha muito uma frase assim: ‘ah, vocês tão dizendo que a gente vai ter que mudar o nosso jeito de plantar, porque o jeito que a gente está plantando aqui, que no caso são as áreas de monocultivo?’. Os agentes de Estado envolvidos no Projeto GATI diziam que os monocultivos eram errados, né? E aí os anciões falavam: ‘pô, mas vocês estão falando que é errado, mas foi vocês que nos ensinaram a fazer monocultura, né? Vocês que trouxeram essas sementes e agora vocês tão dizendo para gente a fazer a agricultura que a gente fazia antigamente?’ [...] E por outro lado também existia uma desconfiança, principalmente, porque as pessoas traziam muito o tema do Projeto. O Projeto GATI*

---

<sup>74</sup>Em síntese, Sistemas Agroflorestais (SAFs) são sistemas de produção agrícola que combinam árvores, culturas agrícolas e/ou animais numa mesma área, de forma que eles interajam positivamente e criem um ecossistema produtivo e sustentável. Os SAFs buscam aliar a produção de alimentos com a conservação do meio ambiente e a proteção da biodiversidade. Eles são projetados para serem mais resilientes e adaptáveis às mudanças climáticas e têm como objetivo melhorar a qualidade de vida dos agricultores e suas comunidades, bem como promover a segurança alimentar e nutricional (CANUTO et al., 2017).



*chega também num momento que a comunidade está muito frustrada com a ideia de 'projeto'” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).*

Leosmar refere a importância desse período de compreensão e planejamento das ações do Projeto GATI e o alinhamento das ações do projeto de acordo com os interesses da comunidade. Nesse processo, a presença dos anciões é considerada por Leosmar como “chave” para refletir sobre as mudanças ocorridas na TI e a situação atual da comunidade. Os anciões compartilhavam suas memórias em relação ao período anterior à imposição da agricultura convencional e as transformações ocorridas na paisagem e no modo de viver tradicional a partir disso:

*Acho que acabou que a gente teve um contexto favorável, então, acabou se tornando uma oportunidade pra gente repensar o contexto atual, refletir sobre o passado, pensar no futuro[...] Essa angústia de que, pô, nós sempre fomos produtores de alimento, né? E aquilo que eu sempre reitiro, né? O Povo Terena, em qualquer literatura acadêmica que faz menção aos Terenas, sempre traz os Terenas como exímios agricultores, como produtores de alimentos. E então existia uma angústia muito forte. Como que nós, que construímos uma tecnologia sofisticada, uma técnica sofisticada de agricultura, de produção de alimento, e hoje a gente está numa situação na qual a gente não consegue produzir nosso próprio alimento, a gente tá dependente de um programa de segurança alimentar do Estado? Os anciões vivenciaram tudo isso. Então acho que conseguiram perceber que, antes deste momento, eles conseguiam produzir seus próprios alimentos, tinham suas sementes, os núcleos familiares estavam todos envolvidos né? Todos os segmentos, todos os núcleos familiares estavam envolvidos nisso, na produção de alimentos nas roças, né? E aí eles percebem que houve essa desestruturação da agricultura tradicional. Então, acho que eles viram também esse momento como oportuno para refletir sobre esse processo, né? Eu lembro que tinha anciões que diziam que ‘o Estado enganou a gente’” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).*

Essas reflexões resultaram na valorização dos conhecimentos tradicionais Terena e incentivaram a comunidade a revitalizar sua agricultura tradicional como alternativa ao modelo de produção agrícola da Revolução Verde. Essa transição seria viabilizada pelas ações de implementação de SAFs adaptadas à realidade e aos saberes Terena (SANT’ANA; MELO, 2016).

Encerrada a etapa de discussão e planejamento, era necessário dar início à execução das atividades do projeto. Essa etapa representou um desafio para os consultores indígenas, pois, além de consistir uma experiência nova de protagonismo e governança indígena no âmbito das políticas públicas, não havia recursos suficientes para dar andamento às ações do projeto, conforme relembra Leosmar:

*“[...] o sentimento que a gente teve foi ‘agora é com nós, e agora o que a gente vai fazer?’ [...] A gente não tinha apoio financeiro, não tinha estrutura, não tinha como. A gente ficou um pouco desorientado, mas então a gente percebeu que as instituições, as universidades, os institutos de pesquisa e de ensino poderiam ser parceiros naquilo*



*que foi plantado ali. Então, a gente começou a recorrer, na verdade, a colaboradores, a parceiros, a professores da universidade, pessoas que tivessem alguma experiência ou uma atuação na área da Agroecologia. Então foi um momento, assim, que a gente teve muito processo formativo. A gente teve de ir à universidade buscar alguém que trabalhasse com compostagem, por exemplo. Então a gente foi buscando pessoas que pudessem de alguma forma trazer alguma formação para dentro daquele grupo. Essas articulações ficaram a cargo dos Conselheiros, sem apoio assim estrutural, econômico pra fazer esse tipo de trabalho” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).*

Apesar das dificuldades, esse foi um momento de aprendizado e apropriação do Projeto GATI pela comunidade da TI Cachoeirinha. Leosmar refere que graças à união das famílias participantes do projeto foi possível contornar dificuldades estruturais e financeiras e avançar com as ações de gestão ambiental e territorial: *“cada núcleo familiar, cada pessoa envolvida nesse início buscou uma forma de contribuir, com alimento, cozinhando, com café, com lanche, tudo, a gente chegou a fazer mutirões. Fomos trazendo colaboradores para não deixar adormecer o processo iniciado”* (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).

Os consultores do projeto, Leosmar e Inácio Faustino, buscaram articular parcerias com instituições de ensino e pesquisa para formação dos agricultores indígenas em Agroecologia. A primeira oficina de SAFs foi organizada pela comunidade com o apoio da Consultora Regional Graziella Reis Sant’Ana e da engenheira florestal Jéssica Lívio Pedreira, contratada pelo Projeto GATI para formação em Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, com a participação do educador agroflorestal, Namastê Messerschmidt.

**Figura 4 - Primeira Oficina de SAFs realizada em fevereiro de 2013, no âmbito do Projeto GATI, na TI Cachoeirinha/MS**



Fonte: (SANT’ANA; MELO, 2016, p. 17)



Realizada em fevereiro de 2013, a oficina debateu a origem da tecnologia dos SAFs e sua relação com os conhecimentos e práticas indígenas. Foi uma experiência de troca de conhecimentos que envolveu diferentes segmentos da comunidade e contou com a participação dos anciões como detentores do saberes Terena, que discutiam e adaptavam às práticas agroecológicas aos conhecimentos tradicionais. As famílias foram percebendo que os princípios da Agroecologia coadunavam com os conhecimentos Terena e representavam uma alternativa à agricultura moderna e um caminho para a recuperação e conservação ambiental (SANT'ANA; MELO, 2016). Conforme relembra Arildo Cebálio, morador da Aldeia Lagoinha e atual Coordenador da CAIANAS, a oficina sobre Agroecologia representou um “*divisor de águas*” na forma como concebia o plantio das roças e o manejo de seu quintal:

*“Naquela época era o Namastê que veio dar a oficina pra nós e foi muito, assim, impactante pra mim, né? A primeira oficina, que foi lá na escola do município, eu comecei assim. Eu sou uma pessoa que quando eu não me interessar pelas coisas eu estou ali, mas eu já começo a me desligar rapidamente. Mas quando a coisa me chama atenção, eu fico cego para o que está acontecendo no meu redor, entendeu? E eu fiquei desse jeito sabe? Eu vi o Namastê falando, mostrando aqueles slides, falando do trabalho dele lá na terra dele, falando como que era, como que ficou depois, sabe? Isso começou a passar um filme na minha cabeça. Eu tinha recém me mudado pra cá e com a expectativa totalmente diferente, né? Eu achava que eu precisava de fazer aqui, de construir aqui nesse lugar, era abrir um lugar para dar bastante rama de mandioca. Abrir o outro lado pra plantar milho, abrir o outro lá e plantar feijão, essas coisas aí que o pessoal está acostumado a fazer nesse sistema de monocultura, né? E depois ir para uma usina aí para colher maçã, né? Esses trabalhos, né? Essas firmas que buscam mão de obra aqui nas nossas aldeias, né? Eu pensava assim, né? Aí eu vou trabalhar, vou buscar recurso lá e a gente vai sobrevivendo, mas depois que eu comecei a entender, a ver essas experiências da Agroecologia, ainda no tempo do GATI, e eu comecei a refletir bastante, né? Eu vou mudar isso aí, eu vou tentar levar isso para minha casa, né? Eu quero isso. Eu quero. Foi muito... foi muito forte, sabe? Pra mim, assim, a partir dali, eu me envolvi mesmo, assim, todas as atividades que chegava eu fazia o possível, né?”* (Arildo Cebálio, Outubro de 2022).

Motivados pelas potencialidades das práticas agroecológicas para a recuperação e conservação ambiental do território e para a revitalização da Agricultura Terena, as famílias envolvidas nas ações do Projeto GATI autodenominaram-se “Família GATI”, compondo “um grupo de famílias que se empenhou em praticar os ensinamentos das oficinas e se tornou um coletivo de agricultores de SAFs” (BENITES et al., 2016, p. 43). Ao longo da execução do projeto, a Família GATI consolidou-se enquanto uma unidade política, cultural e social (SANT'ANA; MELO, 2016, p. 18):

Política porque, dentre outros fatores, a Família GATI ganhou o respeito de lideranças Terena das TIs, dialogando e sendo convidada para compartilhar seus conhecimentos, passando também a dialogar com a Coordenação Regional da FUNAI. Cultural, porque muitas ações foram realizadas visando encontrar, valorizar e disseminar conhecimentos tradicionais. Social, porque passaram a compartilhar angústias, alegrias, confraternizações, construindo e compartilhando valores e objetivos,



reassignificando e fortalecendo uma identidade de grupo (SANT'ANA; MELO, 2016, p. 18).

A Família GATI passou a centralizar a execução do Projeto GATI, direcionando suas ações para o aprimoramento dos conhecimentos em Agrofloresta e Agricultura Terena. As famílias perceberam que o arcabouço teórico e prático da Agroecologia poderia ser uma alternativa, também, para questão da escassez de recursos e da insegurança alimentar da comunidade e para o enfrentamento das mudanças climáticas observadas pelos agricultores Terena (ANTONIO, 2016).

Nesse sentido, a Agroecologia possibilitou o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e Terena, compondo uma “Agroecologia Indígena” (MILLER et. al., 2016). A valorização dos conhecimentos tradicionais e a aplicação de metodologias participativas e dialógicas permite conciliar “atividades agropecuárias com as peculiaridades ecológicas e socioculturais de cada região. Nas terras indígenas, as práticas agroecológicas vêm sendo associadas à recuperação de áreas degradadas, à implementação de sistemas agroflorestais e ao extrativismo sustentável” (NORDER et. al., 2019, p. 294).

No caso específico da TI Cachoeirinha, “a abordagem agroecológica dos Terenas tornou-se um movimento político de resistência e ação social” (ANTONIO et al., 2019, p. 868). Para além da sustentabilidade e da valorização da identidade Terena, a Etnoagroecologia Terena é também uma estratégia de retomada e reivindicação de seus territórios tradicionais, conforme:

*“a gente sempre percebeu assim que Agroecologia está muito restrita aos campos tecnicista, academicista, né? então a gente tem uma percepção para além disso, né? É de vários campos da agroecologia. Quando a gente pensa numa agrofloresta dentro do campo acadêmico é um agrofloresta o consórcio de espécies arbóreas com espécies agrícolas eh isso é muito simplista pra gente, né? E a gente percebe a agrofloresta como algo pra além disso, né? Primeiro, que a gente preza pela biodiversidade, então se a gente tem um arranjo que tem apenas duas espécies pra gente não é sustentável, então a gente tem um olhar diferente sobre esses campos da Agroecologia. Por isso que a gente coloca Etno Agrofloresta Terena, porque a gente tem um pensamento diferente do conceito que a universidade construiu. Tudo que a gente têm, um olhar diferente do ponto de vista acadêmico, a gente vem colocando o ‘etno’ e o Terena nesse sistema, porque excede. A discussão da agroecologia acadêmica ela tá muito restrita a questão social, a questão ambiental, a questão econômica e se a gente for olhar pela nossa cosmovisão a gente percebe que tem a questão espiritual, tem outras questões, né, que estão envolvidas aí, tem a questão do território, né? (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).*

Em 2014, a Família GATI promoveu o Curso de extensão “Agricultor Agroflorestal” em 2014. A proposta do curso foi idealizada pelas famílias Terena, que contou com a anuência das lideranças das aldeias da TI Cachoeirinha e em parceria com o Projeto GATI e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS-AQ), através do



Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O curso foi ofertado para 30 (trinta) pessoas da TI Cachoeirinha, com carga horária de 200h (SANT'ANA; MELO, 2016).

O curso contou com a participação de diferentes segmentos da comunidade e teve como objetivo disseminar as potencialidades e os benefícios das práticas agroecológicas, destacando aspectos econômicos, de recuperação ambiental e conservação da biodiversidade, produção de alimentos saudáveis (BENITES et al., 2016). A Família GATI assumiu um papel de protagonismo em todas as etapas do curso, desde a sua concepção até seu encerramento. A apropriação desses mecanismos fortaleceu o empoderamento da comunidade e reforçou a valorização dos conhecimentos tradicionais Terena, principalmente, em razão dos laços estabelecidos entre os anciões e os jovens que participaram do evento (SANT'ANA; MELO, 2016).

Isso impulsionou ainda mais o protagonismo dos anciões durante a execução do Projeto GATI. Exemplo disso são as atividades de coleta de sementes e levantamento de plantas nativas e etnovarietades Terena realizadas sobre a orientação dos anciões e xamãs João Leôncio e Alípio Vieira em 2013. A coleta foi uma oportunidade dos anciões transmitirem os conhecimentos tradicionais sobre sementes e plântulas existentes na TI Cachoeirinha, indicando seus usos e benefícios, demonstrando técnicas de plantio e manejo tradicional e sua identificação no idioma Terena. A atividade viabilizou a produção de mudas para distribuição nas roças e quintais das famílias da comunidade, contribuindo para a preservação da biodiversidade local e a produção de alimentos<sup>75</sup>.

A iniciativa salientou a importância do resgate e da valorização dos saberes tradicionais e a importância de dos anciões na construção de estratégias autônomas de produção de al gestão ambiental, territorial e para as comunidades indígenas (CAIANAS, 2020).

---

<sup>75</sup>Leosmar refere que as atividades de identificação das etnovarietades presentes no território já registrou pelo menos 19 variedades de mandioca, 07 variedades de batata doce e 07 tipos de feijão miúdo. Recentemente, em 2022, a CAIANAS promoveu a coleta de sementes e plantas medicinais tradicionais da medicina Terena e nativas dos biomas Cerrado e Pantanal, identificando pelo menos 45 etnovarietades utilizadas pela medicina Terena (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).



Figura 5 - Oficinas realizadas pela Família GATI no âmbito do Projeto GATI, TI Cachoeirinha/MS<sup>76</sup>



- (a) Oficina de Plantio de Sistemas Agroflorestais (SAFs), TI Cachoeirinha;  
(b) Oficina de Plantio Agroecológico, Aldeia Mãe Terra, TI Cachoeirinha;  
(c) Coleta de Sementes e Identificação de Etnovariiedades Terena, TI Cachoeirinha;  
(d) Curso de Extensão Agricultor Agroflorestal, TI Cachoeirinha.

Como desdobramento dessas experiências, a Família GATI idealizou a criação de curso de Bacharelado em Agroecologia Indígena e formação técnica em Gestão Ambiental, em parceria com a UEMS e o IFMS. A estrutura e o projeto pedagógico estão sendo adaptados aos conhecimentos indígenas, com a previsão de realizar as aulas dentro dos territórios. A proposta é voltada exclusivamente para estudantes indígenas e as aulas serão realizadas com a participação de professores indígenas e os anciões como detentores do conhecimento tradicional (SANT'ANA; MELO, 2016).

Além disso, a experiência de participar do projeto foi considerada pelas lideranças e a comunidade uma oportunidade para fortalecer o movimento de retomada da Aldeia Mãe Terra. O direcionamento das atividades de implementação de SAFs e de revitalização das nascentes era estratégico para a recuperação ambiental da área e para visibilidade da ocupação. Inclusive,

<sup>76</sup>Fonte: <https://www.instagram.com/organizacaoaianas/>



muitas famílias que participaram desde a idealização do Projeto GATI na TI Cachoeirinha estão estabelecidas nas áreas de retomada. Leosmar relata que Seu Inácio, enquanto uma das lideranças da Aldeia Mãe Terra e conselheiro do Projeto GATI, foi um importante articulador das ações do projeto em conformidade com as demandas da comunidade em contexto de retomada:

*“O Inácio era uma liderança interna da Mãe Terra e a Mãe Terra foi retomada em 2005. [...] As pessoas chegaram na Mãe Terra e ela estava totalmente degradada, era só braqueária. Então, ali, já teve um sentimento de que a gente precisa recompor a mata, a gente precisa cuidar das nascentes, a gente precisa ensinar as nossas crianças na escola a plantar e a produzir seu próprio alimento. E o GATI veio em 2012 trazendo essa discussão, então as coisas se juntam”* (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).

Nesse sentido, a professora Maria Belizário relembra que no início da ocupação da Aldeia Mãe Terra em 2005, a área estava degradada em razão do desmatamento e do uso do solo para criação de gado: “nosso povo sempre teve uma relação bem estreita com a natureza. Quando chegamos aqui, sentíamos falta das árvores, das matas, dos rios, dos pássaros, dos bichos” (BELIZÁRIO, 2022, p. 02)<sup>77</sup>. O solo exposto, compactado e empobrecido tornou inviável a recuperação natural da vegetação nativa, sobretudo em razão da proliferação de espécies exóticas e dominantes como a braqueária. Maria afirma que parte do processo de restauração da área da retomada se deu através da introdução de aulas práticas sobre Agricultura Terena realizadas na escola municipal da aldeia, o que foi fortalecido com o envolvimento das famílias dos alunos. Sobre esse processo, Valéria descreve que:

*“A gente vive um momento feliz, assim, de ter essa aceitação, porque hoje a criança pode ir a campo. Dá para mostra que na realidade eles não estão na escola só para escrever, mas também isso tudo é um resgate da cultura, né? Porque, querendo ou não, o pacote da Revolução Verde chegou e isso tudo tem afetado né? Então, praticamente o resgate de tudo, de toda a cultura vem sendo também trabalhado nas escolas. Não é só uma disciplina para ser trabalhada de levar a criança a campo e falar assim, ‘ah, eu vou ensinar eles só a fazer mudinha’ e daí, assim, comprar merenda escolar e tal. É uma história por trás disso tudo que hoje a gente fica muito satisfeito né? [...] É uma grande conquista, digamos assim, de ter aceitação das crianças também e eles já sabem, né? Já sabem o momento de fazer muda, de saber o lugarzinho deles entrar no canteiro, qual ferramenta que eles iam trabalhar naquele momento. [...] Como eles são pequenos ainda, eles não vêem isso como uma escravidão, eles vêem como uma aprendizagem mesmo. Eu preciso produzir o meu alimento, né? E isso não é só para eles, não é só aplicado de forma prática, é explicado em sala de aula”* (Valéria Barbosa, Outubro de 2022).



Essa “aceitação” das crianças como assevera Valéria simboliza esperança de que a CAIANAS e os processos de fortalecimento do modo de ser Terena prosseguirão em busca da autonomia Terena. Nesse sentido, a liderança da Aldeia Mãe Terra e Koixomuneti João Leôncio afirma que “a CAIANAS é uma ideia que nunca vai morrer porque as crianças entenderam o nosso propósito” (CAIANAS, 2022)<sup>78</sup>. A participação das crianças e dos jovens Terena é fundamental para a realização das iniciativas promovidas pela CAIANAS nos territórios:

As crianças não são futuros, crianças são presente que nós auxiliam na construção de um ambiente mais saudável e justo, são elas que herdamos dos nossos anciões os costumes, modo de viver e como se relacionar bem com a terra. Acreditamos que elas precisam estar presente em nossos processos de formação, também estamos construindo alternativas que possam ensinar elas a lidarem com as adversidades oferecida pelo mundo longe do território. (CAIANAS, 2022)<sup>79</sup>

Com o apoio do projeto, foi possível a construção do “Espaço de Formação Kayanás”, na Aldeia Mãe Terra. A estrutura foi construída para abrigar as atividades de implantação de SAFs e recuperação de nascentes e com o objetivo principal de ensinar a população acerca da “Etnoagroecologia Terena”, promovendo “encontros de manifestação cultural e cursos de formação de meio ambiente e cultura” (BENITES et al., 2016, p. 46). O espaço de formação está estabelecido próximo a nascentes e trechos de matas de importância simbólica para a comunidade da Mãe Terra, eis que o local abrigou cerca de 30 famílias durante o processo de retomada, em 2005. De acordo com Leosmar Antonio, “o Espaço reflete o projeto de futuro dos Terena” (BENITES et al., 2016, p. 46).

Em 2015, ainda no âmbito do Projeto GATI, em 2015 foi realizado o microprojeto “Espaço CAIANAS: Ocupação inicial, construção de barracão rústico e início da recuperação de nascentes”, na TI Cachoeirinha (ANTONIO, 2016). Nesse espaço em colocam em práticas conhecimentos e práticas da Agricultura Ancestral Terena aliados aos conhecimentos e princípios agroecológicos, com a utilização de adubo verde (leguminosas), sistemas de consórcios envolvendo o cultivo das etnovarietades de milho e mandioca, variedades de feijão, batata, cana-de-açúcar e outros sistemas de produção diversificados, com a participação da comunidade, em regime de solidariedade e cooperação entre anciões, xamãs, homens, mulheres jovens e crianças. A estrutura foi construída para abrigar as atividades de implantação de SAFs e recuperação de nascentes e com o objetivo principal de ensinar a população acerca da

---

<sup>78</sup>Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfU7xTdKDbp/>. Acesso em 28 de jun. de 2023.

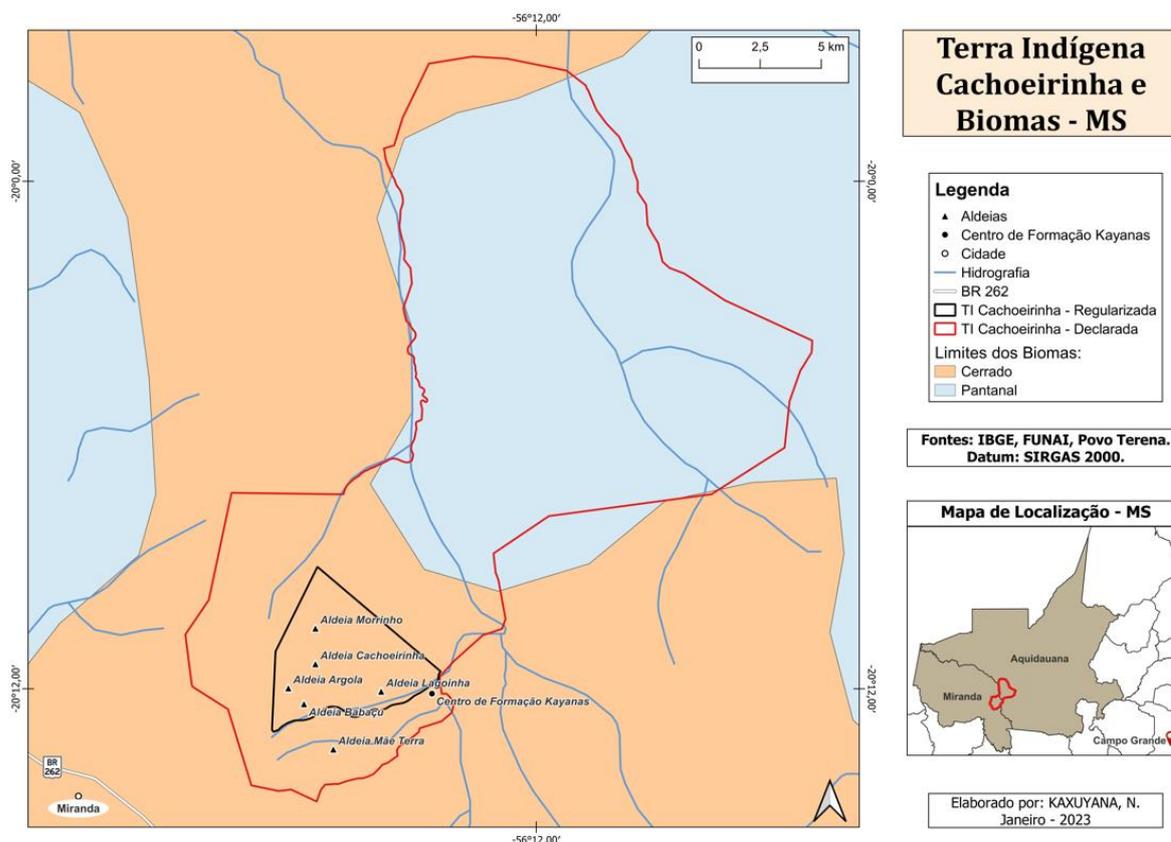
<sup>79</sup>Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjngbYWuYdY/>. Acesso em 28 de jun. de 2023.



“Agroecologia Terena”, promovendo “encontros de manifestação cultural e cursos de formação de meio ambiente e cultura” (BENITES et al., 2016, p. 46).

“Foi construído numa área próxima a várias nascentes e trechos de mata, cuja importância simbólica é presente, pois trata-se do lugar onde 30 famílias Terena permaneceram acampadas em 2005, durante a retomada desta parte do território tradicional, que ficou de fora da demarcação. De acordo com seus idealizadores, o Espaço reflete o projeto de futuro dos Terena” (BENITES et al., 2016, p. 46).

Mapa 9 - Localização da Aldeia Mãe Terra e Espaço de Formação Kayanás



Elaborado por Nayra Kaxuyana, 2023

Sistematizei no quadro abaixo (Quadro 3) as atividades realizadas na TI Cachoeirinha durante a execução do Projeto GATI. Ao longo do capítulo abordo algumas dessas experiências com maior destaque em razão da sua importância na trajetória de criação e atuação da CAIANAS.

Quadro 3 - Ações executadas pela Família GATI com o apoio institucional do Projeto GATI (2013-2015)

Atividade/Evento/Curso	Descrição
Oficina de Agrofloresta	Realizada nos dias 04 a 06 de fevereiro de 2013, consistiu em uma capacitação voltada à formação em Agroecologia e Agrofloresta, realizada em fevereiro de 2013. As oficinas



2013		forma ministradas por Jéssica Lívio Pedreira e Namastê Messerschmidt.
	<b>Oficina de Sementes, Plantio Agroflorestal e Feira de Sementes Crioulas</b>	Atividade realizada nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2013 na TI Pirakuá na 2ª reunião do Conselho Regional do Projeto GATI.
	<b>Oficina de Compostagem e SAFs</b>	Curso de curso de extensão com enfoque em práticas agroecológicas, realizado na TI Cachoeirinha, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana (IFMS-AQ).
	<b>Intercâmbio na TI Araribá/SP e Cooperafloresta na Barra do Turvo/SP</b>	A visita foi realizada nos dia 27 de abril a 06 de maio de 2013 por indígenas da TI Cachoeirinha e do Povo Guarani-Kaiowá visitaram a Terra Indígena Araribá/SP para conhecer e trocar experiências com agricultores familiares sobre restauração de matas ciliares e agrofloresta, realizado na Cooperafloresta, Barra do Turvo/SP.
	<b>Intercâmbio nos Centros de Formação na Amazônia (Roraima e Acre)</b>	Em junho de 2013 foi realizado intercâmbio no centro de formação indígena na Amazônia sobre gestão territorial indígena, com a participação da família GATI e indígenas Guarani-Kaiowá.
	<b>Intercâmbio na Aldeia Te'yikue, na TI Caarapó/MS e no Assentamento Lagoa Grande, em Itahun/MS</b>	Professores, lideranças e pais de alunos da TI Cachoeirinha se reuniram para tratar sobre experiências de educação ambiental junto à aldeia Te'yikue, da TI Caarapó/MS e visitar experiências de implementação de SAFs no Assentamento Lagoa Grande, em Itahun/MS.
2014	<b>Curso Agroflorestal em Brasília/DF</b>	Oficina realizada nos dias 11 a 13 de junho em Brasília/DF, com a visita a experiências locais de SAFs, com a participação do ancião e xamã, João Leôncio, da aldeia Mãe Terra.
	<b>Microprojeto Oficina de SAFs nas TIs Cachoeirinha, Taunay/Ipegue e Lalima</b>	Capacitação sobre implementação de SAFs, Quintais Agroflorestais e Viveiros realizada por Leosmar Terena nas Áreas de Referência contempladas pelo Projeto GATI, nos anos de 2013 e 2014.
	<b>Curso Agricultor Agroflorestal</b>	O curso é uma iniciativa da Família GATI em parceria com o IFMS-AQ e o Projeto GATI, através do PRONATEC. O curso foi oferecido para 30 pessoas da TI Cachoeirinha, de diferentes segmentos sociais e aldeias, e abordou aspectos da produção agroecológica e preservação ambiental. O curso teve carga horária de 200h de duração e foi realizado durante os meses de abril a setembro de 2014.
	<b>III Encontro Nacional de Agroecologia</b>	Evento sediado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA) e ocorrido nos dias 16 a 19 de maio de 2014. Os indígenas Saulo Rodrigues, João Leôncio, Maria Belizário e Gerson Rodrigues, da TI Cachoeirinha. Ao final do encontro, os participantes indígenas editaram um documento de moção apresentada à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) <sup>80</sup> .
	<b>Fórum de Discussão sobre Inclusão Digital nas aldeias (FIDA) e Oficina Audiovisual na TI Cachoeirinha</b>	Evento de formação audiovisual e debate sobre empoderamento de jovens indígenas e as tecnologias de comunicação e informação, com a participação de jovens Terena, ocorrido nos dias 19 a 29 de junho de 2014, na aldeia Pirajuí/MS.
	<b>Horta do grupo das mulheres, Segurança Alimentar e Educação Ambiental</b>	Realizada por Vaneide Turibio Julio, na aldeia Cachoeirinha, em 2014.
	<b>Espaço CAIANAS: Ocupação inicial, construção de barracão</b>	Ação realizada na aldeia Mãe Terra sob a responsabilidade do ancião Zazone Cristóvão Rodrigues, da aldeia Mãe Terra.

<sup>80</sup>Disponível em: <https://caianas.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Carta-Povos-Indigenas-III-ENA-2014-1.pdf>. Acesso em 23 de jun. de 2023.



	<b>rústico e início da recuperação das nascentes</b>	Definição da área de ocupação do Espaço de Formação Kayanás, com a construção de barracão rústico e atividades de recuperação de nascentes e SAFs, durante os anos de 2014 e 2015.
	<b>EducomHorta: Segurança Alimentar e Educação Ambiental</b>	O projeto foi desenvolvido por Marinildes Santana de Souza e Alípio Vieira da aldeia Cachoeirinha, em parceria com a Escola Municipal Indígena Extensão Aexandre Albuquerque. Desde uma abordagem interdisciplinar, o projeto teve como objetivo o cultivo de roças e plantio de SAFs, tratando de temas como reeducação alimentar e educação etnoambiental.
<b>2015</b>	<b>Construção de Calendário Agrícola Cultural Terena</b>	Oficina realizada nos dias 25 e 26 de abril na aldeia Mãe Terra, com o objetivo de reunir informação acerca do calendário agrícola/cultural da agricultura terena. Foram sistematizadas informações sobre os períodos de plantio, colheita, preparo da terra e as fases da lua, além de registro sobre os períodos de pesca, coleta de mel e festas tradicionais associadas.
	<b>Formação Audiovisual para Jovens Terena</b>	Oficina ofertada a 20 jovens terena da TI Cachoeirinha sobre técnicas e formação em produção e edição audiovisual, com a doação de equipamentos para filmagem e edição de vídeo. A oficina foi realizada em 2015, em parceria com a Associação Cultural dos Realizadores Indígenas (Ascuri)
	<b>Oficina de Biofertilizantes e Insumos Alternativos</b>	Formação realizada nos dias 26 e 27 de junho na aldeia Babaçu, com o objetivo de produzir insumos alternativos eficientes e ambientalmente seguros para os agricultores e o meio ambiente.
	<b>Oficina de manejo e reordenamento de SAFs</b>	A formação foi realizada nos dias 30 e 31 de julho de 2015 e consistiu no reordenamento dos SAFs implantadas no início de 2014 e no planejamento de novas áreas de Agrofloresta Terena.
	<b>Fortalecimento da Agricultura Tradicional Terena: produção agroecológica, diversificada e sustentável</b>	O projeto apoio cerca de 25 pessoas da aldeia Mãe Terra na transição agroecológica, com o plantio em consórcio de árvores e plantas diversificadas como alternativa ao modelo de agricultura convencional. O projeto foi realizado em 2015, sob responsabilidade de Ercileia de Souza Alves, da aldeia Mãe Terra.
	<b>Oficina de beneficiamento/aproveitamento de mandioca</b>	Oficina realizada pela técnica e pesquisadora Inês Ortega, da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (Agraer) com as mulheres da TI Cachoeirinha e representantes da TI Lalima sobre o preparo de receitas derivadas da mandioca, em dezembro de 2015.

Elaborado pela autora com base nas publicações de BENITES et al. (2016) e MILLER et al. (2016).

O grupo percebeu a necessidade de formalizar a Família GATI enquanto uma organização jurídica para concorrer a editais e firmar parcerias e convênios voltados ao desenvolvimento de projetos socioambientais pautados na Agroecologia Terena. Dessa forma, os membros da Família GATI formalizaram em 2015 a criação da Organização “Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade”, a CAIANAS.

A CAIANAS nasceu como um dos frutos desse grande sonho coletivo. Nasceu, também, da forte união que surgiu entre as famílias empenhadas em ver as questões etnoambientais nas pautas internas e nas políticas públicas. Nasceu do sonho



Universidade de Brasília  
Faculdade UnB Planaltina

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

grandioso de termos autonomia e sustentabilidade plena em nossos territórios (CAIANAS, 2021)<sup>81</sup>.

O termo CAIANAS faz referência ao segmento social da cultura Terena *Kayanás*, relativo aos sábios que detém o conhecimento tradicional (BENITES et al., 2016) e destaca a importância e a valorização dos anciões enquanto detentores dos conhecimentos tradicionais Terena. Conforme destaca a professora Maria Belizário, da Aldeia Mãe Terra, [...] *os nossos anciões não deixaram acabar. Pensaram, pensaram, né? Então por isso a CAIANAS veio com eles, né? Porque Kayanás são os pensadores, lá dos nossos ancestrais. Foi muito bom, o trabalho não parou, está aqui até hoje dando continuidade*” (Maria Belizário, Aldeia Mãe Terra, Outubro de 2022).

O Coletivo desempenha um papel central na afirmação da identidade e da autorrepresentação Terena no cenário interétnico regional, além de orientar as ações de valorização da cultura, de restauração da biodiversidade e conservação ambiental e defesa de suas terras tradicionais. A imagem abaixo expressa os significados e os objetivos da Organização para os Terenas da TI Cachoeirinha/MS:

Figura 6 - Logotipo da Organização CAIANAS



Fonte: CAIANÁS, 2020<sup>82</sup>

“Em síntese, o nosso logotipo, representa nossa concepção de bem viver, demonstrada a partir da intrínseca interdependência entre o mundo natural e sobrenatural. As letras “C” e “S” do nome CAIANAS formam um pote de cerâmica, designando a mulher Terena, gênero tão importante quanto os homens (representados pela flecha) na garantia da sustentabilidade e autonomia do Povo Terena. Ainda, essas letras (“C” e

<sup>81</sup>Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNTU7HcnYq0/>. Acesso em 12 de jun.de 2023.

<sup>82</sup>Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB-L2FJTxn/>. Acesso em 02 de agosto de 2022.



”S”) também se configuram em uma purunga (utilizada pelos pajés Terena), simbolizando a nossa espiritualidade e ancestralidade, de onde também emana nossa força e proteção. Os triângulos (na parte inferior do logotipo) representa a nossa “Mãe Terra” que nos gerou e nos alimenta, sendo a centralidade que sustenta e mantém todo esse dinamismo. A flecha, localizada na parte mais central, indica a nossa resistência aos projetos de extermínio e, nossa luta na defesa dos nossos direitos e dos nossos territórios tradicionais. A flecha apontada para o futuro reafirma nosso compromisso com o bem-estar das futuras gerações. Por fim, a folha no ápice da letra “C”, a qual brota da terra, sinaliza nossas linhas de ações voltada para Agroecologia, preservação da biodiversidade, restauração florestal e sustentabilidade. A gestão da organização CAIANAS ocorre a partir de um Conselho Diretor composto por oito membros, sendo 2 anciões, 2 mulheres, 2 jovens e 2 homens. Nesse contexto, a organização vem buscando atuar conforme está explícito em seu slogan ‘semeando e cultivando com sabedoria, contribuindo com a biodiversidade e para o bem viver da Terra’” (CAIANAS, 2020, s/p.)<sup>83</sup>.

A Organização é formada por Conselho Diretor, composto pelo Coordenador Geral, Vice-Coordenador, Secretário e Tesoureiro e um Conselho Fiscal, composto por Presidente, Vice-Presidente e Terceiro Membro. No entanto, como explica Arildo Cebálio, da Aldeia Lagoinha, essas divisões são mais no sentido de atender à burocracia e às regras determinadas pela legislação não-indígena. No cotidiano da Organização não há a divisão de tarefas de acordo com o “cargo”, tampouco se observa uma hierarquia entre seus membros e o desempenho da função atribuída pelo estatuto. Arildo explica que as atividades realizadas são estruturadas com base na disponibilidade e possibilidade de cada um, sendo que todos procuram se fazer presentes como forma de demonstrar apoio e projetar a atuação do Coletivo, tanto dentro quanto fora da TI Cachoeirinha:

*“Eu fico orgulhoso de fazer parte da CAIANAS, né? Hoje eu estou na Coordenação, amanhã vai estar outro, né? Mas a gente sempre vai estar junto, independentemente de quem esteja na frente. Isso é só pra termos de, como que se diz? É questão de estar assinando, de burocracia. Burocracia, porque, na verdade, a gente não centra poder em ninguém. Temos uma pessoa só para estar ali, mas a gente é todos iguais, né? A gente decide as coisas juntos. [...] A CAIANAS é um grupo de pessoas que juntas elas conversam. [...] Nós somos, isso é a CAIANAS. É eu, é a Valéria, o Leosmar, é a Dona Juliana, é a minha família, a família do João Leôncio, o Alípio, são os nossos jovens, as nossas crianças que estão sempre participando das atividades. Essa é a CAIANAS, eles são a CAIANAS” (Arildo Cebálio, Outubro de 2022).*

De forma solidária, os membros da CAIANAS buscam fortalecer a luta pela revitalização da agricultura e dos conhecimentos tradicionais Terena, aliada ao arcabouço teórico-prático da Agroecologia para a recuperação ambiental, a segurança e soberania alimentar das comunidades da TI Cachoeirinha/MS (CAIANAS, 2013)<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup>Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB-L2FJTxn/>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

<sup>84</sup>Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRRi29jnT5f/>. Acesso em 20 de jun. de 2023.



Diante do cenário adverso de flexibilização da legislação ambiental, desarticulação de órgãos fiscalizadores e incentivo ao desmatamento e à violação de direitos das população indígena observados no mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022), a CAIANAS desempenhou um papel político importante de resistência e busca por autonomia. Em 2020, o “Dia do Fogo” no Pantanal registrou recorde de queimadas causadas por incêndios criminosos organizados por fazendeiros<sup>85</sup> do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estima-se que 4 milhões de hectares do bioma foram atingidos pelo fogo, sendo 1,165 milhão na porção que corresponde ao Mato Grosso do Sul<sup>86</sup>.

A comoção diante da ampla divulgação de imagens da destruição da fauna e da flora em razão dos incêndios criminosos registrados Pantanal nos anos de 2019, 2020 e 2021 não se estendeu aos povos e comunidades tradicionais da região. Pelo contrário, essas populações foram acusadas como as responsáveis pelos incêndios pelo mandatário da Presidência da República, Jair Bolsonaro, durante sua participação na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Houve uma inversão completa da situação: Jair Bolsonaro incentivou e contribuiu para os incêndios criminosos, atribuiu às vítimas a responsabilidade pelo desmatamento e sugeriu que a solução estava na própria causa, disseminando a falácia do “Boi Bombeiro”<sup>87</sup>.

Em resposta, a CAIANAS mobilizou as redes sociais para registrar o impacto das queimadas sobre o Pantanal e seus territórios e contrapor as falácias do governo de Jair Bolsonaro sobre os incêndios. A Organização visitou as TIs Kadiwéu, em Porto Murtinho/MS e prestou apoio aos Povos Kadiwéu e Guató atingidos pelos incêndios em 2020. Ainda em 2020, a CAIANAS articulou a constituição de uma Brigada Voluntária de Prevenção de Incêndios composta por moradores da Aldeia Mãe Terra. A Organização contou com o apoio institucional do PrevFogo/IBAMA e do Observatório Pantanal (em conjunto com a WWF e ECOA) para promover treinamentos de combate ao fogo junto ao PrevFogo/IBAMA. Além disso, em 2020

---

<sup>85</sup>Ver <https://projetocolabora.com.br/ods15/pantanal-tambem-teve-seu-dia-do-fogo-responsaveis-serao-indiciados/>. Acesso em 27 de mar. de 2023.

<sup>86</sup>Disponível em: <https://agroefogo.org.br/blog/2021/03/16/territorio-kadiweu-e-as-queimadas/>. Acesso em 30 de julho de 2022.

<sup>87</sup>A falácia do “boi bombeiro” sugere que o gado contribui para o controle de incêndios, diminuindo o volume de vegetação e matéria orgânica que, em acúmulo, se tornam inflamáveis e servem como combustível às queimadas no Cerrado e no Pantanal. Porém, a presença dos rebanhos remove a vegetação nativa e reduz a umidade do solo, o que pode contribuir, também, para a invasão de plantas exóticas mais inflamáveis e que se propagam mais rapidamente, aumentando o risco de incêndios.



instituições parceiras como o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) doaram equipamentos e uniformes próprios para o combate aos focos de incêndio<sup>88</sup>.

No ano de 2021, apesar de menor a proporção das chamas, o Pantanal seguiu queimando, com maior quantidade de focos e áreas atingidas na porção sul, totalizando uma área queimada de 874.500 ha no Mato Grosso do Sul e 409.225 ha no Mato Grosso. Em agosto de 2021, o fogo atingiu a aldeia Mãe Terra, na TI Cachoeirinha<sup>89</sup>, destruindo áreas que estavam sendo recuperadas ambientalmente há anos pela CAIANAS e pela comunidade por meio de ações como o plantio de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a recuperação de nascentes.

Figura 7 - “E o fogo chegou na nossa aldeia”



Fonte: CAIANAS, 2021

O alívio esperado com a chegada do regime de chuvas acabou se convertendo em mais prejuízos. Diversos agricultores terenas relatam que perderam suas roças em razão da ocorrência da chuva ácida devido à poluição do ar provocada pelas queimadas. A agroecóloga e assessora da CAIANAS, Valéria, moradora da Aldeia Passarinho, da TI Pílad Rebuá,

<sup>88</sup>Disponível em <https://www.wwf.org.br/?77589/Retrospectiva-2020-Pantanal-teve-records-historicos-de-queimadas>. Acesso em 21 de mar. de 2023

<sup>89</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/08/23/fogo-consome-2618-mil-hectares-do-pantanal-em-2021-area-perdida-equivale-a-2-cidades-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em 27 de mar. de 2023.



observou o amarelamento e o enfraquecimento de várias plantas “*como se estivessem queimadas*”, fenômeno que atribui à acidez e à poluição da água das chuvas após a ocorrência dos incêndios<sup>90</sup>. As redes sociais são mobilizadas pelo Coletivo como forma de dar visibilidade às suas ações e projetar as pautas sociais, políticas, ambientais e territoriais que defendem.

O Coletivo amplia a participação política Terena nas instâncias locais e regionais através da atuação, por exemplo, junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, à Câmara Setorial Consultiva de Plantas Nativas de Mato Grosso do Sul e à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Outro exemplo é a participação nos eventos nacionais da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A Agricultura Terena não envolve tão somente técnicas de plantio, mas é parte essencial de suas tradições e está diretamente relacionada à sua ancestralidade e à espiritualidade. A dimensão espiritual associada aos conhecimentos Terena tem sido revitalizada<sup>91</sup> pela CAIANAS, cujo princípio é unir a espiritualidade Terena às ações de gestão ambiental, atendendo às demandas de seus líderes espirituais, os Koixomuneti<sup>92</sup>.

---

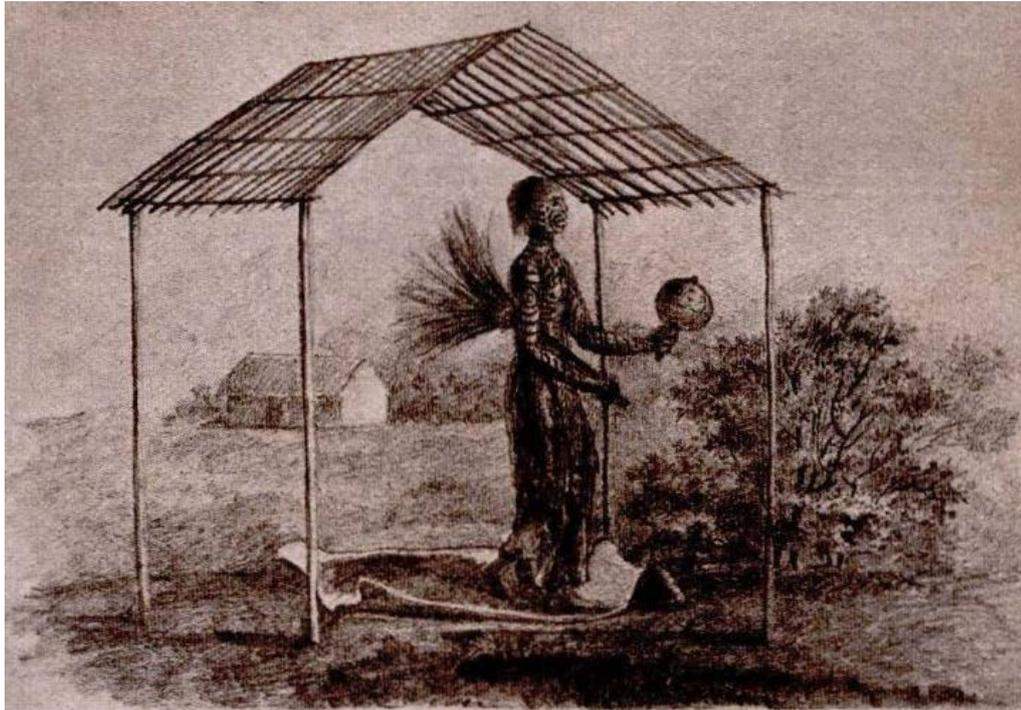
<sup>90</sup>Sobre o fenômeno da chuva ácida verificada após as queimadas no Mato Grosso do Sul, ver: <https://correiodoestado.com.br/cidades/queimadas-no-estado-podem-deixar-chuvas-mais-acidas/377329> e <http://msnegocios.com.br/noticias/45-clima/4064-chuvas-previstas-para-esta-semana-em-mato-grosso-do-sul-devem-ser-acidas>. Acesso em 27 de mar. de 2023.

<sup>91</sup>O termo em destaque é utilizado pela Organização CAIANAS no sentido de trazer à vida algo que está adormecido, em contraposição à noção de “recuperar”, palavra que denota perda. Para os membros da Organização, tanto a Agricultura e os saberes tradicionais Terena, quanto a espiritualidade, nunca deixaram de estar presentes no seu modo de ser.

<sup>92</sup>Ainda que neste trabalho não seja possível abordar com profundidade os aspectos e a relação entre espiritualidade e agricultura Terena, procurei esboçar algumas considerações algumas informações relacionadas ao tema que refletem a atuação da CAIANAS nesse sentido. De acordo com Baltazar (2022, p. 176), “*Ko*, que pertence algo intrinsecamente; *ixomóneti*, poderes sobrenaturais; *ixomone*, que possui poder por meio da natureza representado por um animal simbólico da floresta. Koixomuneti é uma pessoa possuidora de poderes sobrenaturais ancorados em um animal simbólico”.



Figura 8 - Cerimônia Religiosa dos índios Guanás (30 de março de 1866)



Fonte: VISCONDE DE TAUNAY, 1931, p. 16b

Os Koixomunetis orientam e coordenam as práticas rituais de cura, proteção e vínculo com a (T)terra, papel fundamental em razão da origem e da relação Terena com a agricultura. Essa comunicação com os espíritos é importante para acalmar a “Mãe”, ou seja os espíritos protetores da natureza. Segundo a Organização “é impossível construir um caminho desalinhado dos nossos antepassados e não há como cuidar da natureza se não cuidarmos do nosso espírito” (CAIANAS, 2021)<sup>93</sup>, nesse sentido:

Outra iniciativa CAIANAS diz respeito ao fortalecimento das nossas práticas xamânicas. Nós não pensamos ser possível para alguém adotar um sistema sustentável quando essa atitude não implica a dimensão espiritual. Nosso entendimento de sustentabilidade inclui a dimensão cosmológica e espiritual, a interdependência do natural e das dimensões supra-naturais com a dimensão social. Isso ampara a sustentabilidade de tudo o que fazemos, de todas nossas iniciativas e nossas ações (ANTONIO et al., 2019, p. 865, tradução nossa).

Há uma interdependência entre a espiritualidade e ancestralidade atrelada à discussão da sustentabilidade proposta pelo Coletivo (ANTONIO et al., 2019), conforme:

“Leosmar se refere a essa interação como ‘seu dever para com a Mãe Terra’. [...] a dimensão espiritual parece ser o fator de influência central, que falta em outras realidades que se perdem no estilo de vida rígido e rápido das sociedades modernas. A dimensão espiritual é cultivada nas crianças por meio de sua interação com o meio ambiente e se torna mais forte com a idade. Assim, a discussão sobre sustentabilidade

<sup>93</sup>Disponível em <https://www.instagram.com/p/CVXvGSToYXW/>. Acesso em 01 de agosto de 2022.



durante esta visita surgiu não como um discurso retórico usual, mas sim como uma busca pelo equilíbrio entre as dimensões internas, intangíveis e externas, materiais da existência humana” (ANTONIO et al., 2019, p. 871, tradução nossa).

Cabe destacar, ainda, que o avanço das ações de evangelização em Terras Indígenas, sobretudo com a inserção das igrejas neopentecostais nas aldeias, tem corroborado para o adormecimento de práticas espirituais e de cura tradicionais. Observa-se um crescimento dos casos de perseguição religiosa e preconceito em relação aos rituais e práticas de cura Terena promovidas pelos Koixomunetis, o que prejudica as práticas tradicionais de uso, plantio, cultivo e distribuição de plantas medicinais.

**Figura 9 - Ipixáxovokuti, Casa de Canto e Cura inaugurada pela CAIANAS, Aldeia Mãe Terra**



Fonte: CAIANAS, 2021

A partir de esforços dos membros da CAIANAS, foi possível a inauguração da Casa de Canto e Cura, *Ipixáxovokuti*, construída junto ao Centro de Formação Kayanás, na área de retomada da Aldeia Mãe Terra. Cabe destacar que esse o local é importante não só como espaço de expressão da espiritualidade Terena, mas também no sentido de minimizar os obstáculos que impedem a a expressão plena da espiritualidade.

A redução da extensão territorial, além da degradação ambiental de suas terras, dificulta cada vez mais o acesso às matas, aos animais e à uma infinidade de seres, entidades e espíritos



com os quais os *Koixomunetis* se comunicam e dependem para o exercício de seus poderes xamanísticos de cura, proteção e adivinhação. Conforme registra Pereira (2009, p. 143-144):

Na compreensão da xamã os bichos ou animais de caça não deixaram de existir, apenas não estão “chegando perto” dos locais onde os Terena vivem atualmente. Isto se deve, em grande medida, porque com a derrubada das matas o ambiente se tornou pouco propício ao seu estabelecimento, e eles decidiram recolher seus animais e se estabelecerem em locais mais distantes, onde existe o “mato mais grosso”, pois ele “não sai no limpo”. Quando nos referimos ao ambiente propício, talvez tivéssemos de considerar que este ambiente envolve não apenas recursos naturais como água e vegetação, mas também uma série de seres xamânicos, responsáveis pelos seres que vivem na água e na floresta, e mesmo pela existência e reprodução das espécies vegetais que povoam a mata. Em seu sentido amplo, ambiente aqui envolveria espécies animais e vegetais e uma complexa e diversa comunidade de natiacha, indissociável desses recursos. O que o pensamento ocidental define como natureza aparece aqui como parte integrante do mundo das divindades (PEREIRA, 2009, p. 143-144).

A limitação do território em termos espaciais também prejudica a distribuição da casa do *Koixomuneti*, visto que sua localização deve guardar distância do centro da aldeia. De acordo com Baltazar (2022), as práticas espirituais devem ocorrer no *Poké'exa* (território sagrado), onde o *Koixomuneti* possa concentrar-se em silêncio e preparar medicamentos com o uso de plantas e alimentos silvestres e em contato com os animais, entidades e espíritos com os quais se relaciona. Esse espaço sagrado e afastado em relação ao restante da comunidade também é necessário também para a transmissão dos conhecimentos tradicionais para a formação de novos *Koixomuneti* (BALTAZAR, 2022).

Segundo o *Koixomuneti*, Alípio Vieira, “na CAIANAS a gente quer fazer tudo que a gente fazia na roça antigamente, tudo que a gente fazia no plantio de antigamente. Separar as sementes, para gente benzer as sementes, antes de tudo, antes de colocar no chão né? De plantar. Para controlar a praga, né? Para crescer” (Alípio Vieira, Outubro de 2022).

A CAIANAS refere a importância do trabalho espiritual dos *Koixomuneti* nas atividades de plantio. Nesse sentido, Leosmar narra o seguinte episódio: “teve um projeto de plantio de maracujá em que as instruções repassadas pelos professores universitários para controlar as pragas não estavam funcionando e o Seu Alípio se dispôs a fazer um trabalho espiritual para espantar as lagartas e funcionou” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).

Como exemplo dessa relação entre a espiritualidade e agricultura tradicional atrelada à sustentabilidade, Leosmar comenta que:



*“[...] o Seu Alípio e o Seu João Leôncio vêm ensinando muito a gente a respeitar, né? Respeitar a mata, olhar, assim, para as matas como um lugar onde tem vários espíritos, né? Cada árvore tem um espírito, um naiti. E eu acho que a partir disso a gente fortaleceu esses valores, sabe? Valores sagrados de relação com a natureza e isso fortaleceu a nossa luta agroecológica, o manejo agroecológico do solo. [...] Quando ele precisa de um remédio para ir lá pedir, ele fala: ‘não vou tirar remédio desse lugar, eu preciso pedir a permissão para tirar aquele indivíduo daquele lugar que é dele, para ele fazer a função’. Eles ensinam a gente sobre isso também, né? A gente tem que conversar com ela [planta]” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).*

Através de práticas etnagroecológicas, o Coletivo CAIANAS busca revitalizar saberes ancestrais de cuidado, cultivo e uso da terra, aliados a novos conhecimentos e técnicas não indígenas que dialogam com o saber ancestral. Para Leosmar:

*“O que a gente construiu de pensamento naquele momento é uma coisa que nos mantém até hoje sabe? Aquela construção de um pensamento sólido, mostrando um caminho possível, né? Mesmo a gente ciente de todos os desafios, tantas dificuldades, mas a gente consegue enxergar que a gente construiu um pensamento consistente, né? Um caminho consistente que a gente quer seguir. Então, acho que é isso que nos mantém também. Mesmo com o projeto GATI sendo encerrado. A gente tá num processo sistêmico de articulação para alcançar aquilo que a gente construiu, de caminho em nosso pensamento. Então acho que houve um contexto favorável, a gente teve uma oportunidade e a gente construiu um caminho. Um caminho fundamentado pela nossa ancestralidade, pela nossa espiritualidade, pela nossa forma de enxergar o mundo, de enxergar o futuro, de pensar nas crianças, de pensar no jovem. Então tudo isso que a gente construiu é isso que nos mantém hoje. A todo momento a gente percebe que a gente deu um passo. A gente está falando a gente está em dez anos né? A gente está falando de dez anos. Então a todo momento a gente percebe que a gente deu um passo importante. [...] O passo está dentro daquilo que a gente construiu, então a gente tem isso muito consolidado o nosso pensamento assim sabe?” (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).*



#### 4. COMPONDO ARRANJOS E ALIANÇAS: O Coletivo Indígena CAIANAS e a Etnoagroecologia Terena

*“E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim”.* (KRENAK, 2020b, p. 13)

*“Acredito que nós estamos dando um passo, um passo à vida, um passo ao mundo... que o mundo tá se afogando, mas se Deus permitir, nós vamos dar de volta esse respiro que o mundo precisa”.* Vovó Ione, anciã da Aldeia Cachoeirinha e participante do Coletivo CAIANAS<sup>94</sup>.

Diante do contexto de crises que caracterizam o Antropoceno, esse trabalho consistiu em um esforço de estabelecer um diálogo cosmopolítico com o Coletivo Indígena CAIANAS, a comunidade Terena da TI Cachoeirinha, Miranda/MS. Esses esforços se justificam na medida que a gravidade das ameaças que o Novo Regime Cimático anuncia requer o estabelecimento de relações com a natureza que superem a distinção moderna que a concebe enquanto objeto, passivo ou recurso inerte à disposição da humanidade.

Colocar em questão as certezas que nos mobilizam e constituem o mundo moderno, revolucionar as visões de mundo que se tornaram dominantes, hesitar no sentido de resistir às palavras de ordem que propagam, por exemplo, o agronegócio como *“salvação do PIB brasileiro”*, *“pop, tech, tudo”* é desafiar a (re)nomeação do mundo que pretende definir o que é bem comum, natureza e o que ou quem podem ser *sacrificados em seu nome*.

Nesse sentido, como procurei demonstrar no segundo capítulo, por muito tempo a narrativa dominante tem sido a estabelecida por relatos europeus, enquanto a historicidade Terena e suas interpretações são ocultadas, invisibilizadas ou, no limite, mantidas enquanto relatos, mitos, crenças ou metáforas. Abordei os processos de desterritorialização e territorialização vividos pelos Terenas no contexto do Êxiva/Chaco/Pantanal diante da inserção do colonialismo europeu e de formação dos Estados nacionais. Isso se deu diante do desejo manifesto pela comunidade de produção de trabalhos acadêmicos que façam ressoar recentes etnografias e estudos etnohistóricos que explorem outras possibilidades de interpretação da historicidade Terena, contrapondo generalizações e noções consolidadas sobre sua trajetória

---

<sup>94</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XSBZ-wkt3S8&t=195s;>  
<https://www.instagram.com/p/CT3T2aHL8m/> . Acesso em 30 de jun de 2023.



mobilizadas por grupos de interesses contrários para deslegitimar sua identidade e a luta por seus territórios.

Em outras palavras, essas observações sobre a territorialidade Terena e os processos de territorialização são necessárias na medida em que proprietários rurais e setores ligados ao agronegócio obstaculizam a demarcação das terras tradicionais Terena e reivindicam a posse dessas áreas. Esses grupos afirmam que os Terenas não tem direito às suas terras, sob o argumento de que são provenientes do Chaco Paraguai e somente se estabeleceram no território brasileiro a partir da segunda metade do século XVIII, conforme dispõe a historiografia consolidada sobre esse povo (FERREIRA, 2007; AMADO, 2020b).

Para tanto, procurei seguir a proposição de Ferreira (2007, 2022) para tratar da história do Povo Terena a partir de três processos de territorialização: primeiro, as formações sociais Terena dotadas de sistema social político próprio, localizadas no *Êxivá* e inseridas no que o autor denomina de “Sistema Indígena Autônomo do Chaco/Pantanal” e a inserção do colonialismo europeu com o estabelecimentos dos impérios português e espanhol (FERREIRA, 2022, p. 117). A sobreposição entre esses dois tipos societários ou políticos marca o primeiro processo de territorialização Terena: a partir de meados do século XVIII até o início do século seguintes, a migração de grupos Guaná (do qual o Povo Terena é considerado parte) do *Êxivá* para a margem leste do rio Paraguai, em áreas atualmente consideradas como Pantanal Sul-mato-grossense.

Segundo, o processo de desterritorialização após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) marca o fim do Sistema Indígena Autônomo do Chaco-Pantanal, com a desestruturação das aldeias Terenas e a expropriação de seus territórios, a submissão ao trabalho indígena escravo nas fazendas estabelecidas em seus territórios tradicionais e o etnocídio como política estatal. Os territórios Terenas são fragmentados e reduzidos ao passo que as fronteiras do Estado brasileiros são delimitadas e se inicia o desenvolvimento capitalista.

A concentração de grandes porções de terra e poder por uma elite rural burguesa importou na formação de uma sociedade hierarquizada, em que os indígenas ocupavam posições de subalternidade. A partir da década de 1970, a modernização da agricultura pautada sob os princípios da Revolução Verde e o desenvolvimento da agroindústria e a expansão de áreas voltadas à produção de *commodities* para exportação no Cerrado agrava ainda mais a situação da população Terena e de seus territórios. A imposição do pacote tecnológico da Revolução Verde importou no adormecimento de práticas tradicionais da agricultura Terena, na degradação ambiental e enfraquecimento da soberania e segurança alimentar.



Por fim, o terceiro processo de territorialização ocorre ao final do século XX, com o processo de retomadas, de ocupação de seus territórios tradicionais e o acirramento dos conflitos por terras. É nesse contexto de “Despertar” que surge a CAIANAS.

As práticas agroecológicas desempenhadas na TI Cachoeirinha durante a execução do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) envolveram a formação de agentes ambientais indígenas e a recuperação de áreas degradadas, através do plantio de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a restauração de bacias, açudes, mananciais e nascentes. Entre os anos de 2013 e 2015, foram desenvolvidas as Oficinas de Agrofloresta, de Sementes e Plantio Agroflorestal, de Compostagem e Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Curso Agroflorestal (ANTONIO, 2016). As atividades buscaram conciliar conhecimentos Terena sobre agricultura e manejo ambiental e as possíveis contribuições das práticas agroecológicas para a gestão territorial Terena. De acordo com Leosmar, o Projeto GATI representou:

*“É, eu acho que foi uma oportunidade, assim, isso que a gente pode pensar como um caminho, porque acabou desconstruindo muita coisa, do que foi apresentado pra gente. Eu vejo como foi, existia um contexto interno, né? De todos esses quadros que eu disse, e uma oportunidade de um programa de governo que vinha com uma política de estado com a cara indígena, com o protagonismo indígena. Eu acho que foi uma oportunidade assim que a gente teve, né?”* (Leosmar Antonio, Outubro de 2022).

Como descrito no terceiro capítulo, as famílias Terena da TI Cachoeirinha se apropriaram do Projeto GATI, compondo o grupo Família GATI. A formação da Família GATI, segundo Leosmar, foi possível graças ao momento inicial de sensibilização sobre os objetivos do Projeto GATI e as discussões protagonizadas pelos anciões. Segundo ele, esse momento foi *“muito bem construído, da gente discutir um caminho que a gente conseguia enxergar. Não restava dúvida com relação ao que a gente estava construindo ali”* (Leosmar Antonio, outubro de 2022).

Da união dessas famílias surgiu a CAIANAS (Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para a Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade). Através do protagonismo e da governança indígena, as comunidades puderam definir suas próprias prioridades e necessidades em relação à gestão sustentável de seus territórios. Além disso, a adaptação das práticas agroecológicas aos saberes indígenas permitiu a valorização e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, bem como o aumento da segurança alimentar e da qualidade de vida nas aldeias.

O debate intercientífico promovido pelo projeto buscou soluções para os problemas sociambientais enfrentados no território e contribuiu para a mobilização e a defesa dos direitos dessas comunidades. O GATI também incentivou e apoiou a articulação de parcerias com instituições públicas e privadas para reforçar a autonomia da comunidade Terena e ampliar sua



participação na construção de políticas públicas que os afetam diretamente. A incorporação dos aportes teóricos e práticos da Agroecologia aos saberes Terena é denominado pela CAIANAS como Etnoagroecologia Terena.

A CAIANAS tem como objetivo apoiar e desenvolver propostas de sistemas de produção agrícola, criação de animais e extrativismo, fundamentados em princípios agroecológicos, orgânicos e sustentáveis, e com base nos saberes Terena. A Organização trabalha na restauração florestal, revitalização e preservação de nascentes e reconstituição dos recursos naturais, além de buscar melhorar as condições de saneamento e soluções para problemas de resíduos sólidos na TI Cachoeirinha. A CAIANAS visa promover uma melhor qualidade de vida para as crianças Terena e atua em ações de sustentabilidade econômica para mulheres, por meio de projetos de cerâmica, artesanato, culinária, tecelagem e formação técnica e profissional.

Nos últimos dez anos, a Família GATI e a CAIANAS realizaram diversas ações de revitalização das práticas e conhecimentos tradicionais Terena, recuperação ambiental e defesa dos territórios tradicionais indígenas. Destacam-se iniciativas como o reflorestamento, a piscicultura, a avicultura e a apicultura, o etnoturismo, a conservação da água e do solo, a educação diferenciada indígena, a produção audiovisual e a defesa dos direitos indígenas e ambientais. Além disso, a organização busca desenvolver alternativas para a comercialização e escoamento dos produtos indígenas, promover ações judiciais e interceder junto às entidades públicas e privadas em prol do fortalecimento cultural, inclusão digital e Agroecologia.

A CAIANAS também promove estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento e propicia o acesso a conhecimentos técnicos, científicos, culturais, artísticos e humanísticos para as comunidades indígenas. A Organização trabalha na defesa do meio ambiente, da Agroecologia, da qualidade de vida, da cidadania e dos direitos humanos.

A percepção da comunidade, principalmente partindo do conhecimento das anciãs e dos anciões acerca das técnicas agroflorestais como reprodutoras de conhecimentos e técnicas indígenas: “se assemelha muito ao jeito dos antigos de plantar”; reproduz técnicas e conhecimentos característicos do modelo de plantar da “roça de toco” (Seu Alípio), ou ainda, replica o modelo de roça presente nos quintais das famílias Terena, plantio em consórcio, plantio na floresta, plantio respeitando os ciclos naturais, em harmonia com a natureza, sobretudo, a espiritualidade e a biodiversidade necessária para o equilíbrio deste sistema de plantio. Compreendem a sustentabilidade de maneira indissociada, por isso a atuação em



diversas frentes (ações educacionais, ambientais, espiritualidade, participação política, intercâmbio com demais povos, cursos, palestras, mutirões) que convergem para a conservação e restauração de seus territórios.

O Coletivo concebe que a existência dos Povos Indígenas, por si só, consiste em uma “expressão de resistência ao modelo social e ambientalmente criminoso do agronegócio”. Essa resistência, conforme afirmam na Carta, revela respostas consistentes às questões socioambientais e políticas que ameaçam a vida no planeta. Segundo o Coletivo, “os saberes e fazeres milenares dos indígenas, resultado da interação entre o sobrenatural, social e ecossistemas locais, são imprescindíveis, principalmente diante de adversidades infinitas, para construção de novos caminhos e o bem viver de toda a humanidade” (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS, ANA, 2022, s.p.).

Como refere Leosmar, “*é uma questão de desconstruir o que significa administrar a Terra*” e, para tanto, a CAIANAS procura “*receber convidados de outros países para visitar nosso território e entender como administramos a (T)terra e a importância dos povos indígenas na gestão e proteção da biodiversidade e da água na região do Pantanal. Esta é uma estratégia*” (ANTONIO et al., 2019, p. 862, tradução nossa). Essas experiências têm o condão de deslocar nossas práticas analíticas, de “pausar nossas gramáticas”, trazendo ao debate seres outros-que-humanos que afetam os conceitos mobilizados pela ontologia moderna, causando uma “abertura ontológica”, exigindo “descrições que seriam melhores”, convergindo para a possibilidade de uma antropologia decolonial (DE LA CADENA, 2017, p. 09).

Como procurei manifestar desde o primeiro contato com a comunidade da TI Cachoeirinha/MS, reitero o pedido de permissão para, ainda que de maneira breve e parcial, possa estudar e abordar aspectos da cosmologia Terena e da trajetória da CAIANAS que se relacionam com os temas abordados por esse trabalho. Enquanto uma advogada e acadêmica *purutuya* (não-indígena) assumo essa tarefa com humildade e muito entusiasmo e, sobretudo, como alguém que busca compor alianças e anseia por habitar e viver a Terra *outramente*.

Trata-se de um trabalho inacabado de buscar uma melhor descrição, que tem como método gerar deslocamentos, apontando os limites e, portanto, os excessos às categorias e práticas que operam o diálogo cosmopolítico (DE LA CADENA, 2017). Mas não somente: o exercício de estabelecer um diálogo com a CAIANAS e a comunidade Terena da TI Cachoeirinha conduz, inevitavelmente, a uma reflexão sobre nós mesmos, o que acredito ser o principal propósito dessa pesquisa, no mesmo sentido em que propõe Aílton Krenak, como



formas de poder contar mais uma história e, com isso, pensar ideias para adiar o fim mundo (2020b, p. 13):

*“É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros. Poder ter um encontro como este. Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos. Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente” (KRENAK, 2020b, p. 13).*



## REFERENCIAS

ALHO, Cleber J. R.; GONÇALVES, Humberto C. **Biodiversidade do Pantanal: ecologia e conservação**. Campo Grande: UNIDERP, 2005.

ALHO, Cleber J. R.; SABINO, José. **Seasonal Pantanal Flood Pulse: implications for biodiversity**. *Oecologia Australis*, v. 16, n. 4, Dez./2012. p. 958-978.

ALMEIDA, Carolina Perini de. **Os troncos, suas raízes e sementes: dinâmicas familiares, fluxos de pessoas e história em aldeias Terena**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília/DF, 2013. 185f.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. **Mudança cultural dos Terena**. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Nova Série, Vol. III, 1949.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Situação Jurídica das terras Terena em Mato Grosso do Sul**. *Revista Tellus*, ano 20, nº 41, jan./abr. Campo Grande/MS, 2020a. p. 11-34.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Vukápanavo, O despertar do Povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: E-papers, 2020b.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **CARTA DOS POVOS INDÍGENAS PRESENTES NA PLENÁRIA NACIONAL DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA**. Belo Horizonte/MG, 05 a 08 de julho de 2022. Disponível em: <https://caianas.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Carta-Povos-Indigenas-ANA-2022-1.pdf>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

ANA et al. **Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai ANA/GEF/PNUMA/OEA: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai: Síntese executiva**. Brasília: TDA Desenho e Arte Ltda., 2004. p. 64. Disponível em: <https://docplayer.com.br/52096846-Programa-de-acoes-estrategicas-para-o-gerenciamento-integrado-do-pantanal-e-bacia-do-alto-paraguai.html>. Acesso em 23 de jun. de 2023.

ANTONIO, Leosmar. **As Terras Indígenas Terena: Cachoeirinha, Lalima e Taunay-Ipegue**. In: BENITES, Eliel et al. **Núcleo Regional Pantanal/Cerrado: A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas**. Brasília: IEB, 2016. p. 24-25.

ANTONIO, Leosmar; SANT'ANA, Graziella R.; MELO, Aislan V. (Orgs.) **O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena: uma articulação entre a Família GATI (Organização CAIANAS), Projeto GATI e IFMS/PRONATEC**. Brasília: Projeto GATI/FUNAI, 2016. 79 p.

ANTONIO, Leosmar et al. **Terena agriculture and life-system: a speech and beyond**. *Revista Interações*, Campo Grande/MS, v. 20, n. 3. p. 861-877, jul./set. 2019.

ANTONIO, Leosmar. **“As consequências são irreparáveis”, diz indígena Terena sobre destruição no Pantanal**. Entrevistadora: Lu Sudré. *Brasil de Fato*, São Paulo, 27 de julho de



2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/as-consequencias-sao-irreparaveis-diz-indigena-terena-sobre-destruicao-do-pantan-b896>. Acesso em 20 de junho de 2023.

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Justiça Federal decide pela continuidade da demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha, em MS**. Publicado em 22 de out. de 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/10/22/justica-federal-profere-duas-decisoes-favoraveis-a-continuidade-do-processo-demarcatorio-da-terra-indigena-cachoeirinha/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

ARAÚJO, Aline. **Cosmopolíticas da Pachamama em pessoa: A Constitucionalização dos Direitos de outros-que-humanos no Equador**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.157f.

ARRUZZO, Roberta C.; CUNHA, Livia D.; SANTOS, Liziane N. **Relações territoriais entre povos indígenas e agronegócio no Brasil: conflitos e resistências**. Revista Tamoios, v. 18, n. 1, São Gonçalo/RJ, jan.-jun./2022. p. 165-185.

AZANHA, Gilberto. **Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Cachoeirinha**. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 14 de nov. 2000.

AZANHA, Gilberto. **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 1, jul. 2005. p. 61-111.

BALDUS, Herbert. **Ensaios de Etnologia Brasileira**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª: Brasiliana, vol. 101. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

BALDUS, Herbert. **Lendas dos índios Tereno**. Revista do Museu Paulista, Volume IV. São Paulo, 1950. p. 217-232.

BALTAZAR, Paulo. **Geografia Óyoe Têrenoe Ya Poké'Exake Toné Yoko Ipéakaxotil (Geografia das Afetividades no território indígena Taunay/Ipegue)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados/MS, 2022. 339f.

BATISTOTI, Aleida F.; LATOSINSKI, Karina T. **O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS**. Revista Rua, Campinas/SP, v. 25, n. 1, jun/2019. p. 329-355.

BAVARESCO, Andreia; MENEZES, Marcela. **Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígenas**. Brasília: GIZ/ Projeto GATI/ Funai, 2014.

BAVARESCO, Andreia; CORREIA, Cloude; BARRETO, Henyo; WEBER, Ingrid; MENEZES, Marcela. **A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas**. Brasília/DF: IEB, 2016.

BELIZARIO, Maria. **Artesãs da Retomada Mãe Terra em Miranda inauguram Centro Cultural**. Entrevista concedida a Marta Freire. Gazeta do Pantanal, Miranda/MS, p. 01-05. Publicada em 26 de nov. de 2022. Disponível em: [Artesãs da Retomada Mãe Terra em Miranda inauguram Centro Cultural - Gazeta do Pantanal](#). Acesso em 29 de jun. de 2023.



BENITES, Eliel. **A busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá.** 2021. Tese (Doutorado em Geografia), da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS. 2021. 279p.

BENITES, Eliel et al. **Núcleo Regional Pantanal/Cerrado: A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas.** Brasília: IEB, 2016.

BESPALEZ, Eduardo. **As formações territoriais na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS: os significados históricos e culturais da Fase Jacadigo da Tradição Pantanal.** Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014. 281f.

BESPALEZ, Eduardo. **Arqueologia e história indígena no Pantanal.** Estudos Avançados, vol. 29, n. 83, jan.-abr., 2015. p. 45-86.

BESPALEZ, Eduardo. **Levantamento arqueológico e história indígena na aldeia Lalima, Miranda/MS.** In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados/MS: Editora UFGD, 2018. p. 73-92.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena.** Brasília: MEC, 2000.

BLASER, Mario. **Um relato de la globalización desde el Chaco.** Popayán: Universidad del Cauca, 2013.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia.** São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH-USP, 2017.

BRASIL, João Felipe D. **Povos indígenas e expedições de conquista no Pantanal do século XVI.** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2015. 97f.

BRASIL. **Lei nº 2.889, de 01 de outubro de 1956.** Define e pune o crime de Genocídio. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro/RJ, 1956.

BRASIL. **Lei nº 7.747, de 05 de junho de 2012.** Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 06 de jun. de 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Indígena: análise da situação de saúde no SasiSUS/Ministério da Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_indigena\\_analise\\_situacao\\_sasisus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_analise_situacao_sasisus.pdf). Acesso em 27 de jun. de 2023.

CAIANAS. **Nota de Repúdio ao Massacre sofrido pelos Guarani/Kaiowá: O Genocídio do Povo Guarani/Kaiowá coloca em risco todo o planeta!.** Terra Indígena Cachoeirinha/MS. 2016. Disponível em: <https://caianas.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Nota-de-Repudio-Genocidio-Guarani-Kaiowa.pdf> . Acesso em 28 de jun. de 2023.



CALHEIROS, Débora F.; FERRACINI, Vera Lúcia; QUEIROZ, Sonia Claudia do N. **Contaminação por agrotóxicos nas águas da Bacia o Alto Paraguai**. 3º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul; 2º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS, 2010, Corumbá/MS. Construindo um futuro sustentável: Anais. Dourados/MS: Embrapa Agropecuária Oeste; Corumbá: Embrapa Pantanal; Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, 2010.

CANCIAN, Elaine. **Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda (Séc. 19)**. In: MAESTRI, Mário (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo/RS: Editora Universitária, Universidade de Passo Fundo/UFPPF, 2009. p. 245-283.

CANUTO, João Carlos; URCHEI, Mário Artemio; CARMARGO, Ricardo C. R. **Conhecimento como base para a construção de sistemas agrícolas biodiversos**. In: CANUTO, João Carlos (Org.). **Sistemas Agroflorestais: experiências e reflexões**. Brasília/DF: Embrapa. 2017. p. 177-188.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARNEIRO, Fernando F.; RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia G. da S.; BÚRIGO, André C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. EPSJV/Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Silvia M. S. **Chaco: Encruzilhada de Povos e “Melting Pot” Cultural: suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 457-474.

CASTRO, Iára Q. **Os Kinikinau: persistência e percepções**. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados/MS: Editora UFGD, 2018. p. 267-276.

CELESTINO DE ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo**. Revista História Hoje, v. 1, n. 2, 2012. p. 21-39.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. **Introdução**. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados/MS: Editora UFGD, 2018. p. 19-24.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **As Violências contra os Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul e as resistências do Bem Viver por uma Terra Sem Males - Dados 2003-2010**. 2011. Disponível em: [https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Relatorio-Violencia-contra-indigenas-MS\\_2003-2010.pdf](https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Relatorio-Violencia-contra-indigenas-MS_2003-2010.pdf). Acesso em 25 de jun. 2023.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2019**. 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi-1.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2023.



CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2020.** 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em 25 de jun. 2023.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Relatório **Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2021.** 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em 25 de jun. de 2023.

CIMI/MS. Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul. **Povo Terena recebe ameaças de incêndio no Acampamento Mãe Terra.** Mato Grosso do Sul, 13 de jun. 2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/06/26222/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

COMBÈS, Isabelle. “Orejones” e Xaray nas fontes coloniais. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados/MS: Editora UFGD, 2018. p. 129-146.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil 2021.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 269.

COSTA, Maria de Fátima. **De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico.** Revista do IEB, n. 45, set./2007. p. 21-36. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34580/37318>. Acesso em 26 de jun. de 2023.

CRUTZEN, Paul J. **Geology of mankind.** Nature, v. 415, jan./2002. p. 23.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. **The Anthropocene.** International Geosphere-Biosphere Programme Newsletter, v. 41, 2000. p. 17-18.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth Beings: ecologies of practice across Andean worlds.** Durham and London: Duke University, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. **Matters of method; or, Why method matters toward a not only colonial anthropology.** HAU Journal of Ethnographic Theory, v. 7, n. 2. 2017. p. 1-10.

DELGADO, Nelson Giordano. **Commodities Agrícolas.** In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 135-143.

DORES, Eliana F. G. C. **Pesticides in the Pantanal.** In: BERGIER, Ivan; ASSINE, Mario Luis (Orgs.). **Dynamics of the Pantanal Wetland in South America.** 2015. p. 145-161.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Sobre os conceitos de Etnoistória e História Indígena: uma discussão ainda necessária.** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003



EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Os primeiros passos em direção a uma arqueologia pantaneira:** de Max Schmidt e Branka Susník a outras interpretações sobre os povos indígenas nas terras baixas do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, v. 20, n. 1, 2007. p. 83-115.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Sistema de Assentamento e Processo de territorialização entre os Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil.** *Revista Habitus*, v. 9, n. 1, Goiânia, jan./jun., 2011. p. 169-199.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. PEREIRA, Levi M. **“Duas no pé e uma na bunda”:** da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 1, n. 2, UFGD: Dourado/MS, jul./dez. 2007. p. 01-20.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. **Terra Indígena Buriti:** perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; VIANA, Sibeli Aparecida. **O Centro-Oeste antes de Cabral.** *Revista USP*, São Paulo, n. 44, 2000. p. 142-189.

ESSELIN, Paulo M. **A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal.** In: MAESTRI, Mário (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros:** estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo/RS: Editora Universitária, Universidade de Passo Fundo/UFPF, 2009. p. 284-348.

FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Agrotóxicos no Pantanal:** contaminação das águas e impactos na saúde e ambiente em Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2022.

FERREIRA, Andrey C. **Tutela e resistência indígena:** etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Rio de Janeiro/RJ, 2007.413f.

FERREIRA, Andrey. C. **As Sociedades indígenas “contra” e “no” Estado – de Exiwa às Retomadas:** Território, autonomia e hierarquia na história dos povos indígenas do Chaco-Pantanal. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A Reconquista do território:** etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: E-papers, 2022. p.115-153.

FIGUEIREDO, Gleison V. **Aldeia Bálamo, Rochedo, MS: olhar de um filho seu.** *Revista Tellus*, Campo Grande/MS, ano 16, n. 30, jan./jun., 2016. p. 169-176.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. **Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil.** *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*, v. 1, 2017. p. 20-38.

GRAIN. **Cercas digitais:** cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. 2020. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>. Acesso em 25 de jun. de 2023.



HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene**. Duke University Press, 2016.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **The Politics of Ontology: Anthropological Positions**. Cultural Anthropology, Theorizing the contemporary, Fieldsights 13. 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html). Acesso em 25 de jun. de 2023.

KINZO, Mary D.; BERRAONDO, Mikel. **Relatório de Avaliação de Meio Termo**. BRA/09/G32/ Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros/ID do Projeto 0071107 – PIMS 3600. Brasília/DF, 2014.

KRENAK, Aílton. **A vida não é útil**. Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Aílton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2020b.

LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica 1**. São Paulo: Editora 34, 2008.

LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto. **Terena**. Novembro de 2004. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/terena/terena.shtm>. Acesso em 25 de jun. de 2023.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, 1994.

LATOUR, Bruno. **Quais Cosmos, quais cosmopolíticas?** Comentário sobre as propostas de paz de Ilrich Beck. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo. N 68, 2018, p. 428-441.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. Ubu Editora, 2020a.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Agronegócio**. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

MANZATTO, Celso V.; ASSAD, Eduardo D.; BACCA, Jesus Fernando M.; ZARONI, Maria José.; PEREIRA, Sandro Eduardo M. **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.

MAPBIOMAS. **Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil entre 1985 a 2021** – Coleção 7. 2022. Disponível: <https://mapbiomas-br->



Universidade de Brasília  
Faculdade UnB Planaltina

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

[site.s3.amazonaws.com/MapBiomias\\_Cole%C3%A7%C3%A3o7\\_2022\\_10.10.pdf](https://site.s3.amazonaws.com/MapBiomias_Cole%C3%A7%C3%A3o7_2022_10.10.pdf). Acesso em 25 de maio de 2023.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomias – Mapeamento da superfície de água no Brasil (Coleção 2)**. 2023. Disponível em: [https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomias\\_A%CC%81gua\\_2023\\_final.pdf](https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomias_A%CC%81gua_2023_final.pdf). Acesso em 25 de maio de 2023.

MATO GROSSO DO SUL. GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde (SES/MS). **Relatório Anual de Gestão – 2018**. Campo Grande/MS, 2019. Disponível em <http://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/RAG-2018.pdf>. Acesso em 25 de jun. de 2023.

MAURO, Victor F. **Participação de indígenas Terena na resistência à emancipação da tutela durante a ditadura militar**. Revista Tellus, Campo Grande/MS, n. 40, set./dez. 2019. p. 73-102.

MÉTRAUX, Alfred. **Ethnography of the Chaco**. In: STEWARD, Julian H. **Handbook of South American Indians**, Vol. 1 - The Marginal Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin n. 143. Washington: Government Printing Office, United States, 1946. p. 197-370.

MILLER, R. P.; MACARIO, D.; WEBER, I.; MODERCIN, I.; ANTONIO, L. **Agroecologia, Agroflorestas e Recuperação Ambiental em Terras Indígenas: a experiência do Projeto GATI**. Brasília/DF: IEB, 2016.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS. 2006.

MIRANDA, Ciomara S.; PARANHO FILHO, Antônio C.; POTT, Arnildo. **Changes in vegetation cover of the Pantanal wetland detected by Vegetation Index: a strategy for conservation**. BIOTA NEOTROP., v. 18, n. 1, 2018.

MORAIS, Dayane; SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia E. (Orgs.). **Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional**. Viçosa/MG : UFV, 2020.

MPF/MS. Ministério Público Federal, Mato Grosso do Sul. **37 anos de espera: demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha agora tem prazo para terminar**. Assessoria de Comunicação Social (Ascom/MPF/MS), 19 de set. de 2019. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/37-anos-de-espera-demarcacao-da-terra-indigena-cachoeirinha-agora-tem-prazo-para-terminar>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

MPF/MS. Ministério Público Federal, Mato Grosso do Sul. **Justiça determina que União providencie perfuração de poços artesianos em área de retomada indígena no município de Miranda/MS**. Assessoria de Comunicação Social (Ascom/MPF/MS), 11 de dez. de 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/12/11/justica-determina-que-uniao-providencie-a-perfuracao-de-pocos-artesianos-em-area-de-retomada-indigena-no-municipio-de-miranda-ms/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.



NASSIF, Lourdes. CIMI protocola no MPF pedido de investigação das crianças Kinikinau atropeladas. Jornal GNN, Mato Grosso do Sul, 27 de nov. de 2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/cimi-protocola-no-mpf-pedido-de-investigacao-das-criancas-kinikinau-atropeladas/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

NODARI, Rubens O.; TENFEN, Sarah Z. A.; DONAZZOLO, Joel. **Biodiversidade: ameaças e contaminação por transgenes**. Revista Internacional Direito e Cidadania, nº 7, 2010.

NORDER, Luiz Antonio C. et al. **Agroecologia em Terras Indígenas nos Brasil**: uma revisão bibliográfica. Revista Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 13, n. 2, jul-dez. 2019. p. 291-329.

BERG, Kalervo. **The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil**. Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication n. 9. Washington: Government Printing Office, United States, 1949.

PADOVANI, Carlos Roberto; CRUZ, Mariane Letícia L. da; PADOVANI, Silvia Letícia A. G. **Desmatamento do Pantanal Brasileiro para o ano de 2000**. Anais. IV Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal, Corumbá-MS, 23 a 26 de nov. 2004.

PAES, Caio. **FUNAI abre a porteira e empresa da família Klabin registra estância luxuosa em Terra Indígena no MS**. The Intercept Brasil, 28 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/06/28/funai-abre-a-porteira-e-empresa-ligada-a-klabin-registra-estancia-luxuosa-em-terra-indigena-no-ms/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

PARANHOS FILHO, Antônio C.; MOREIRA, Erika S.; OLIVEIRA, Ademir Kleber M de.; PAGOTTO, Teresa Cristina S.; MIOTO, Camila L. **Análise da variação da cobertura do solo no Pantanal de 2003 a 2010 através do sensoriamento remoto**. Revista Engenharia Sanitária Ambiental. Edição Especial, 2014. p. 69-76.

PEREIRA, Levi M. **Os Terena de Buriti**: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados/MS: Editora UFGD, 2009.

PEREIRA, Levi M.; XIMENES, Lenir G. **O território terena**: da expropriação e formação das reservas ao movimento das retomadas. Revista Mediações, v. 21, n. 2, jul./dez., Londrina/PR, 2016. p. 24-50.

PORTO, Sílvio Isoppo; AGUIAR, Diana. **O agro é fome: a erosão da agrobiodiversidade e das culturas alimentares**. In: MOTOKI, Carolina (Org.). **Dossiê “AGRO É FOGO: Grilagem, Desmatamento e Incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal”**; Fase 2 – O Fogo Continua. Novembro de 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/dossie/agro-e-fome-a-erosao-da-agrobiodiversidade-e-das-culturas-alimentares/>. Acesso em 25 jun. de 2023.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenismo**: um orientalismo americano. Anuário antropológico, v. 37, n. 1, p. 27-48, 2012.

POVO TERENA, TI CACHOEIRINHA (Remetente). **CARTA DO POVO TERENA, TI CACHOEIRINHA PARA AUTORIDADES**. Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos (Destinatário). Aldeia Cachoeirinha/TI Cachoeirinha/Miranda/MS. 05 de dez. de 2005. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/17377>. Acesso em 30 de jun. de 2023.



RODRIGUES, Zacarias. **Após ação de retorno ao seu território traicional, povo Kinikinau renasce e fortifica sua resistência.** Entrevistadora: Lídia Farias. CIMI Regional Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, 15 de out. de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/10/apos-acao-retorno-territorio-tradicional-povo-kinikinau-renasce-fortifica-resistencia/>. Acesso em 28 de jun. de 2023.

RICHARD, Nicolás; COMBÈS, Isabelle. **O complexo alto-paraguaiense: do Chaco a Mato Grosso do Sul.** In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados/MS: Ed. UFGD, 2018. p. 231-248.

SANT'ANA, G. R.; MELO, A. V. **A experiência de construção e execução do curso de Agricultor Agroflorestal na Terra Indígena Cachoeirinha.** In: ANTONIO, LEOSMAR; SANT'ANA, G. R.; MELO, A. V. (Orgs.). **O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena: uma articulação entre a Família GATI (Organização CAIANAS), Projeto GATI e IFMS/PRONATEC.** Brasília/DF: Projeto GATI/FUNAI, 2016. p. 14-31.

SANTOS, Aline dos. **Índios desistem de invasão em Miranda para não quebrar acordo.** Campo Grande News, Miranda/MS, 08 de jul. de 2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-desistem-de-invasao-em-miranda-para-nao-quebrar-acordo>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

SANTOS, Luciane G.; DORES, Eliana F. G. C.; LOURENCETTI, Carolina. **Análise de resíduos de pesticidas em ar atmosférico.** Revista UNIARA, v. 12, n. 2, dez./2009. p. 185-204.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, 2012. p. 503-524.

SERAFIM, Gustavo. **Armas na disputa por controle territorial: os usos capitalistas do fogo contra os povos do campo.** In: DIAS, Bárbara N. ; PEREIRA, Valéria. **Dossiê “AGRO É FOGO: Grilagem, Desmatamento e Incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal”;** Fase 3 - Brasil em chamas: o poder político no rastro dos incêndios. Outubro de 2022. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/dossie/armas-na-disputa-por-controle-territorial-os-usos-capitalistas-do-fogo-contra-os-povos-do-campo/>. Acesso em 29 de jun. de 2023.

SIQUEIRA JR., J. **Gestão do Projeto GATI: lições aprendidas e próximos desafios.** Brasília: IEB, 2016.

SMITH, M.; STIBICH, G. R.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). **PNGATI: Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.** Brasília: Projeto GATI/FUNAI, 2016.

SMITH, Linda T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Tradução: Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SOUSA, N. M. **Índios e Jesuítas no Itatim: encontros, desencontros e mestiçagens.** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.



STENGERS, Isabelle. **Another Science is possible**: A manifesto for slow Science. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

STENGERS, Isabelle. **A Maldição da Tolerância**. Revista de Antropologia da UFSCAR, v. 12, nº1, jan./jul. 2020. p. 393-400.

SUSNÍK, Branislava. **Los Aborígenes del Paraguay**: etnohistoria de los chaquenos (1650-1910). Asunción, Paraguay: Museu Etnográfico “Andres Barbero”, 1981.

TEKOHA 4, MPF/MS - MÃE TERRA. Produção: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal, Mato Grosso do Sul (Ascom/MPF/MS). Publicado pelo canal MPF/MS em 19 de abr. de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cj3gzoV0sq4>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

VARGAS, Vera Lúcia F. **A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Dourados/MS, 2003. 161f.

VARGAS, Vera Lúcia F. **A dimensão sociopolítica do território para os Terena**: as aldeias nos séculos XX e XXI. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia. Niterói/RJ, 2011. 187f.

VIEGAS, Anderson; RAFAEL, Hélder. **Em MS, ônibus com alunos indígenas é incendiado com coquetel molotov**. G1, Mato Grosso do Sul. Publicado em 04 de jun. de 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/06/em-ms-onibus-com-alunos-indigenas-e-incendiado-com-coquetel-molotov.html>. Acesso em 30 de jun. de 2023.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Desenvolvimento Local na perspectiva Terena de Cachoeirinha, Município de Miranda/MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS. 2004. 109f.

XIMENES, Lenir G. **Terra Indígena Buriti**: estratégias e performances terena na luta pela terra. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2011. 136f.

XIMENES, Lenir G. **A Retomada Terena em Mato Grosso do Sul**: oscilação pendular entre os tempos e espaços da acomodação em reservas, promoção da invisibilidade étnica e despertar guerreiro. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2017. 289f.



## ANEXOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO PRÉVIO, LIVRE E INFORMADO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “**VIVER A TERRA OUTRAMENTE: um estudo de caso sobre o Coletivo Indígena CAIANÁS e a Etnoagroecologia Terena**”.

Meu nome é **Júlia Salomão Dias**, sou advogada e aluna do curso de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (PPGMADER/UnB), pesquisadora responsável pela proposta de pesquisa.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo.

Esclareço que em caso de recusa na participação, **em qualquer etapa da pesquisa**, você **não** será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas por mim, através do e-mail [juliasalomaodias@gmail.com](mailto:juliasalomaodias@gmail.com) e, através do seguinte contato telefônico: **(47) 99265-4050**, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ou, ainda, com a orientadora, Profa. Mônica Nogueira, e-mail: [celeida@unb.br](mailto:celeida@unb.br)

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS)**, pelo telefone (61) 3107-1592 ou pelo e-mail: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br), que é a instância responsável por resolver as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa.

O **Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS)** é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

#### INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A PESQUISA:

- ✓ **Justificativa para a realização da pesquisa:** Diante do contexto de conflito fundiário, racismo e degradação ambiental no Mato Grosso do Sul, potencializado pela inserção e consolidação do agronegócio como principal base produtiva do estado, a pesquisa pode contribuir para reunir dados sobre o meio ambiente e o agronegócio, seus impactos sociais e ambientais na região e para refletir sobre a experiência Terena, seus conhecimentos e as ações empreendidas pelo Coletivo CAIANÁS para conter e contornar esses desafios.
- ✓ **Objetivos da Pesquisa:**
  - (1) Identificar as transformações e as adaptações das práticas agrícolas do Povo Terena da TI Cachoeirinha/MS à imposição da Revolução Verde e à expansão da fronteira agrícola do agronegócio em seu território;
  - (2) Descrever como se deu a implementação das práticas agroecológicas na TI Cachoeirinha/MS e a formação do Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade - CAIANÁS, da Terra Indígena Cachoeirinha/MS;
  - (3) Refletir sobre as conexões parciais que a Etnoagroecologia Terena estabelece em diálogo com outros saberes e descrever as práticas e os conhecimentos tradicionais Terena utilizados pela comunidade e o Coletivo CAIANÁS para embasar as iniciativas de gestão ambiental e territorial e de defesa e retomada na TI Cachoeirinha/MS



- ✓ **População da Pesquisa:** Membros do Coletivo CAIANÁS e população Terena da TI Cachoeirinha, Miranda/MS.
- ✓ **Procedimentos aos quais serão submetidos:** Contato e diálogo com membros do Coletivo CAIANÁS e a comunidade da TI Cachoeirinha/MS e visita à sede da CAIANÁS, na Aldeia Mãe Terra. O registro das conversas será feito através da escrita de diário de campo, gravações de áudio ou vídeo e a produção de fotografias. O período de visita tem previsão de duração de 15 (quinze) dias.
- ✓ **Riscos em participar da pesquisa:** Esta pesquisa apresenta os seguintes riscos ao/à participante: *interferência na sua vida cotidiana e na sua privacidade; sensação de desconforto e/ou embaraço ao interagir com a pesquisadora; sensação de cansaço e/ou desinteresse em colaborar com a pesquisa; divulgação de imagem e/ou informações pessoais.*

Por isso, repito que a qualquer momento, **antes, durante ou depois da realização da visita à TI Cachoeirinha**, você pode desistir de participar da pesquisa, sem sofrer qualquer prejuízo por isso. Seu nome e as informações prestadas serão deletados.

Se ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante ou após a participação na pesquisa, o/a participante tem direito a tratamento imediato e gratuito pela pesquisadora, não excluindo a possibilidade de indenização determinada por lei, se o dano for decorrente da pesquisa.

- ✓ **Benefícios em participar da pesquisa:** Essa é uma pesquisa que pretende dialogar com a população Terena, isto é, ouvir, aprender e valorizar suas experiências e seus conhecimentos. Proponho refletir com o Coletivo CAIANÁS e a comunidade da TI Cachoeirinha/MS caminhos estratégicos para enfrentar as disputas fundiárias, a degradação ambiental e o modelo de produção do agronegócio.

**Enquanto benefício direto**, o/a participante vivenciará o compartilhamento de ideias, experiências e conhecimentos, o que pode levar a reflexões e transformações pessoais e de sua própria comunidade. Por outro lado, o/a participante colabora para que a pesquisadora aprenda e desenvolva o trabalho de pesquisa coletiva de forma mais responsável e sensível, orientando os resultados da pesquisa e garantindo que seu conhecimento e ponto de vista sejam respeitados.

**Enquanto benefício indireto**, a participação neste trabalho de pesquisa pode gerar conhecimentos para a sociedade e alterar a percepção dessa sobre o assunto, implicando em mudanças positivas para o/a participante e sua comunidade.

- ✓ **Privacidade e confidencialidade:** Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas.

As informações, as gravações e/ou as imagens coletadas durante a pesquisa estão autorizadas a ser utilizadas pela pesquisadora para elaborar e/ou ilustrar o trabalho de dissertação (conclusão do mestrado). Quaisquer outros usos desses registros deverão ser objeto de novo acordo entre a pesquisadora e os/as participantes.

- ✓ **Acesso a resultados parciais ou finais da pesquisa:** O/A participante tem o direito, caso solicite, a ter acesso aos resultados da pesquisa. A pesquisadora se compromete a apresentar o resultado final da dissertação na TI Cachoeirinha/MS e a oferecer pelo menos um exemplar do texto final.
- ✓ **Custos envolvidos pela participação da pesquisa:** A pesquisadora se compromete a custear os gastos com transporte, estadia e alimentação, bem como ressarcir as despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa e, se for o caso, indenização em caso de danos conforme previsto em Lei.



Eu, ....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “VIVER A TERRA OUTRAMENTE: um estudo de caso sobre o Coletivo Indígena CAIANÁS e a Etnoagroecologia Terena”.

Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável, Júlia Salomão Dias, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. **Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.**

**Para a participação na pesquisa, é necessário o seu consentimento para a utilização de qualquer equipamento de gravação (por exemplo: gravador, celular, câmera). Portanto, assine ao lado da opção que valida a sua decisão:**

- ( ) Permito a utilização de equipamento de gravação durante a entrevista.  
( ) Não permito a utilização de equipamento de gravação durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições.

**Pode haver a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, assine ao lado da opção que valida sua decisão:**

- ( ) Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.  
( ) Não permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

**Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, assinala abaixo a opção que valida sua decisão:**

- ( ) Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.  
( ) Não permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

TI Cachoeirinha, Miranda/MS, ..... de ..... de .....

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

**Testemunha 1:**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Testemunha 2:**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores)

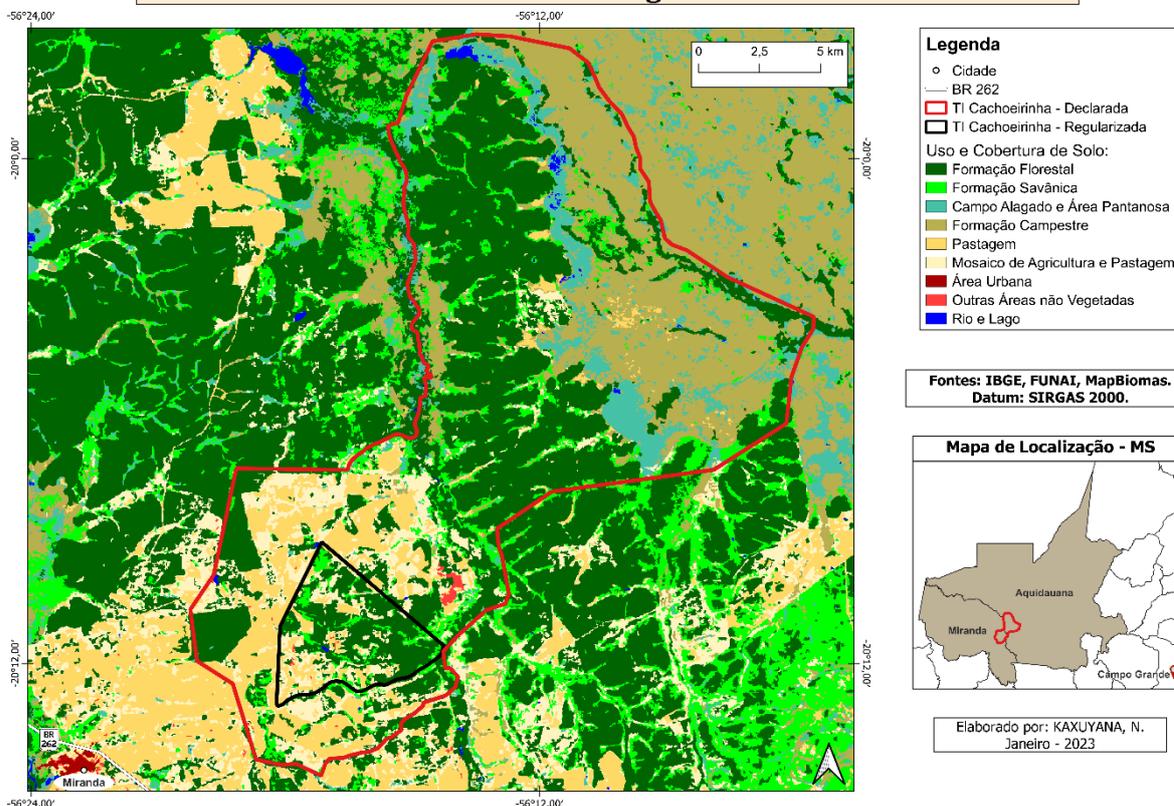


Universidade de Brasília  
Faculdade UnB Planaltina

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

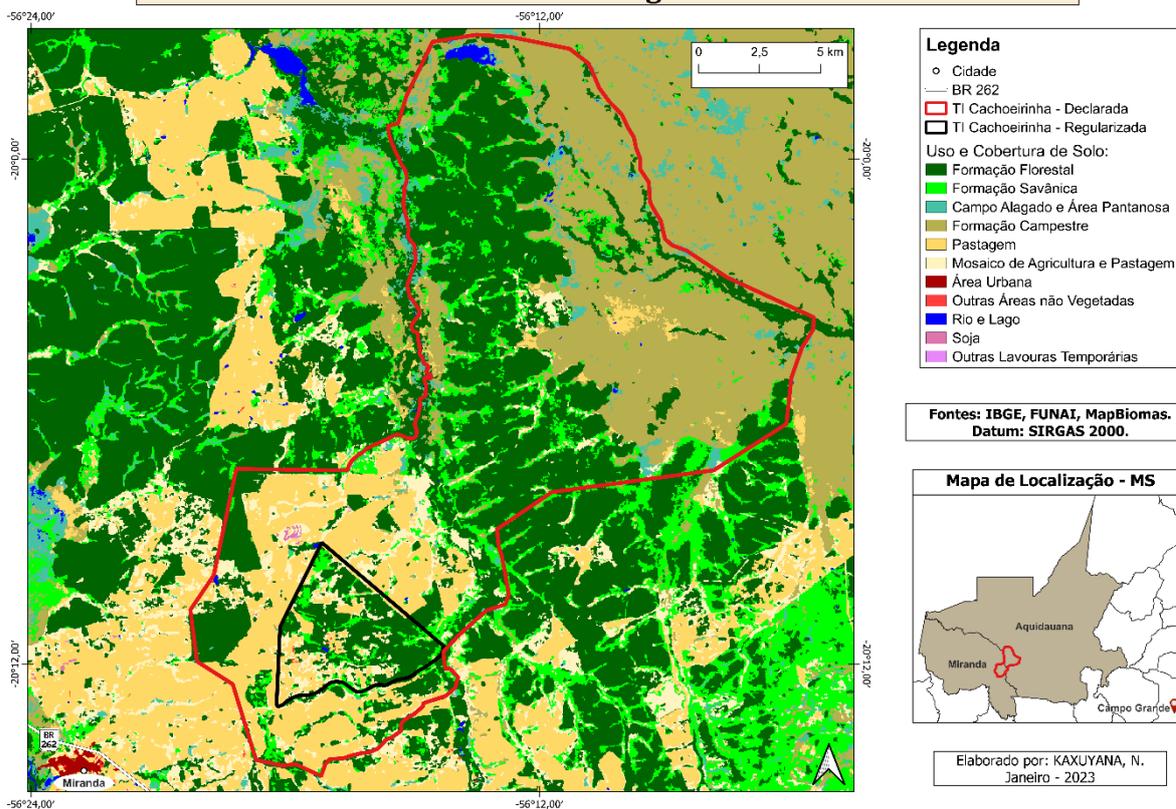
## IMAGENS DE SATÉLITE DA TI CACHOEIRINHA - COMPARATIVO DAS MUDANÇAS DA COBERTURA DO SOLO E SEUS USOS ENTRE O ANO DE 1985 E 2021

### Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 1985 - MS

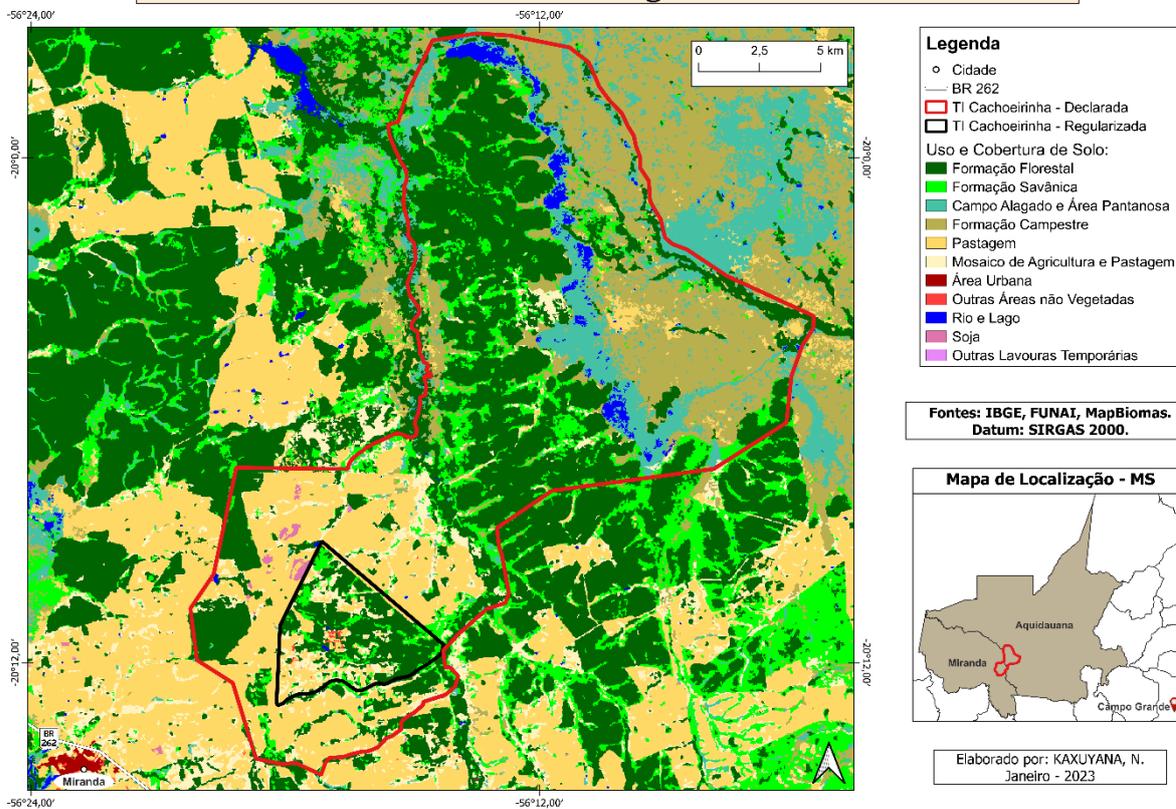




Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 1990 - MS

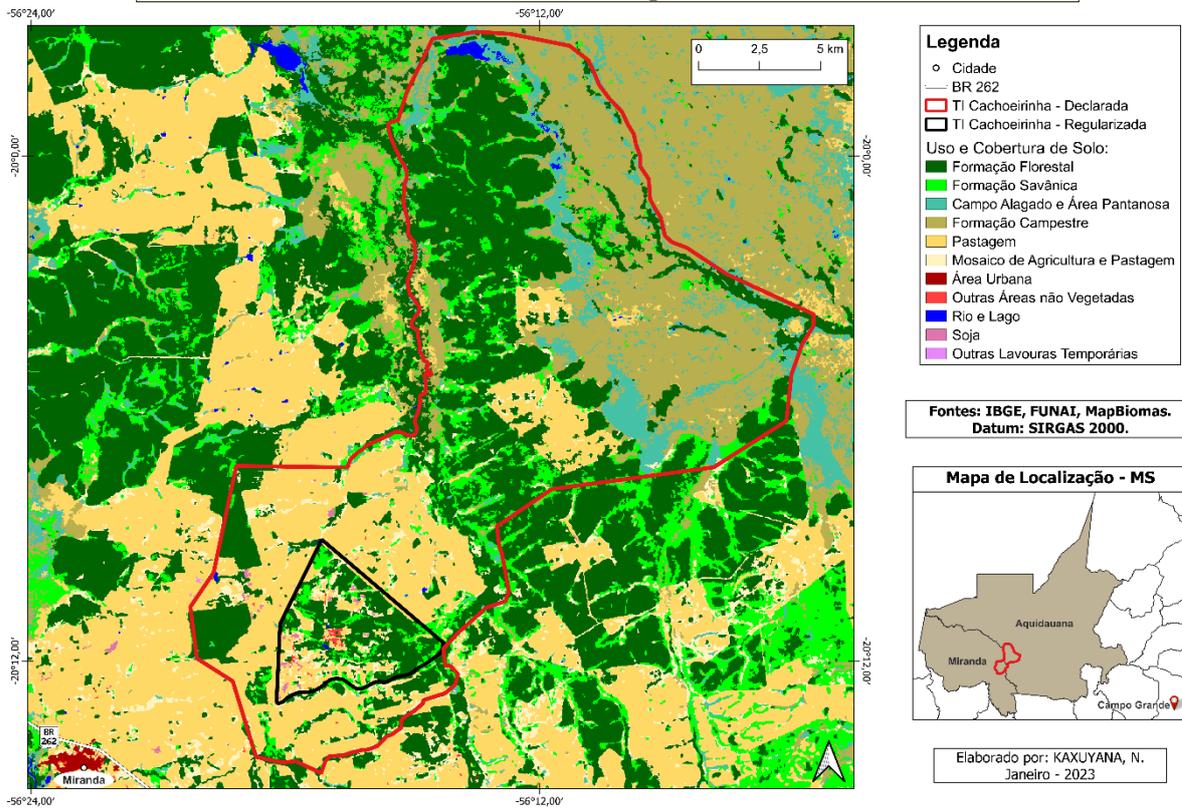


Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 1995 - MS

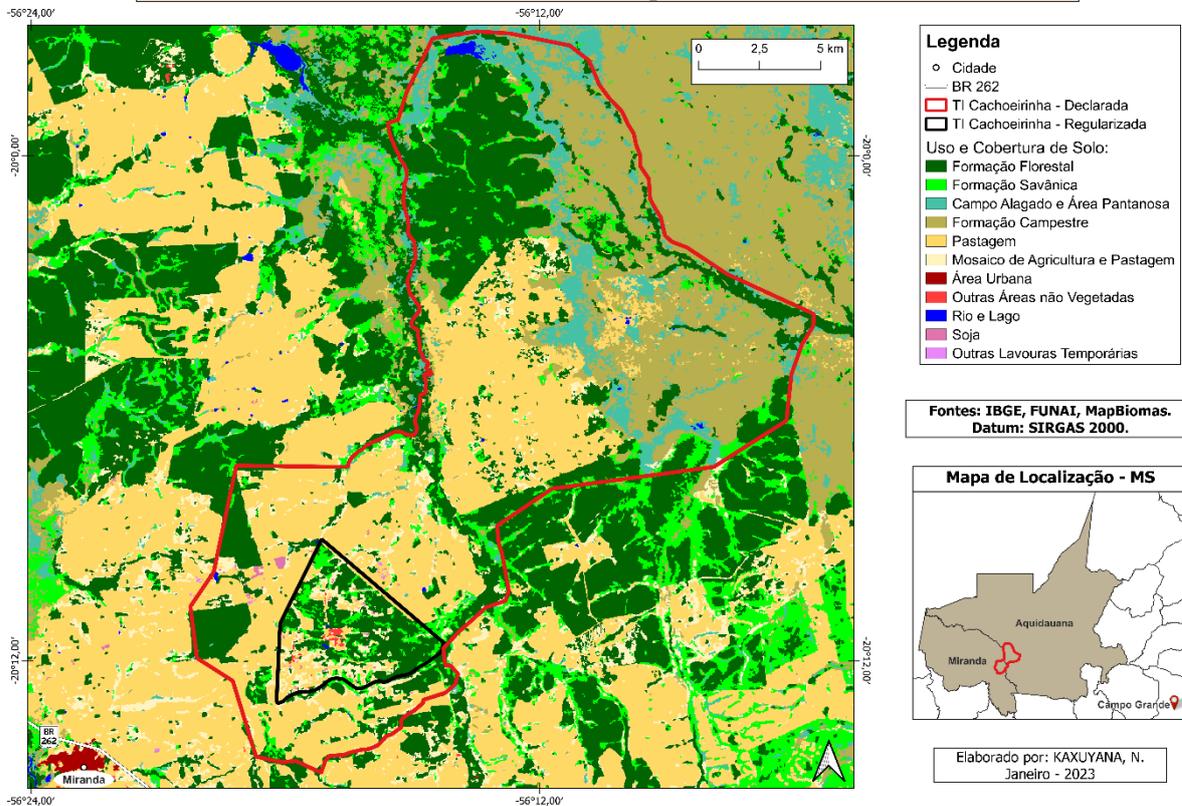




### Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 2000 - MS

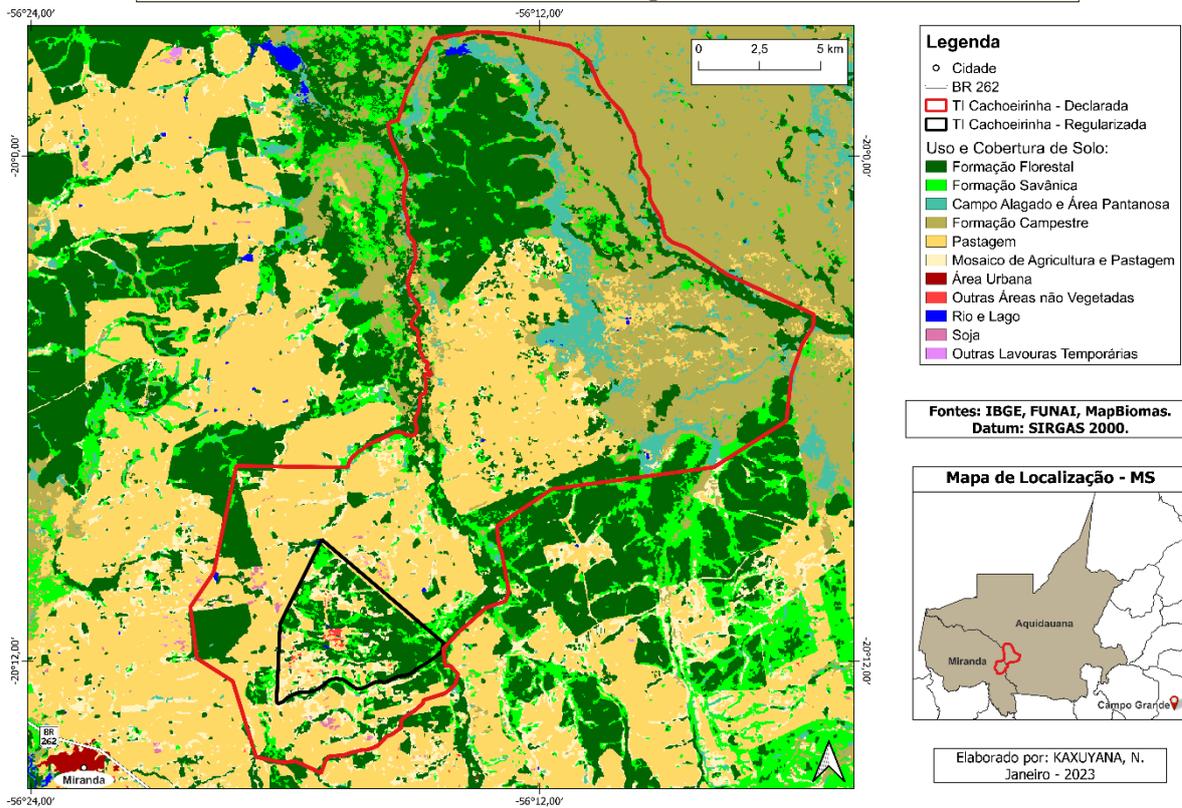


### Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 2005 - MS

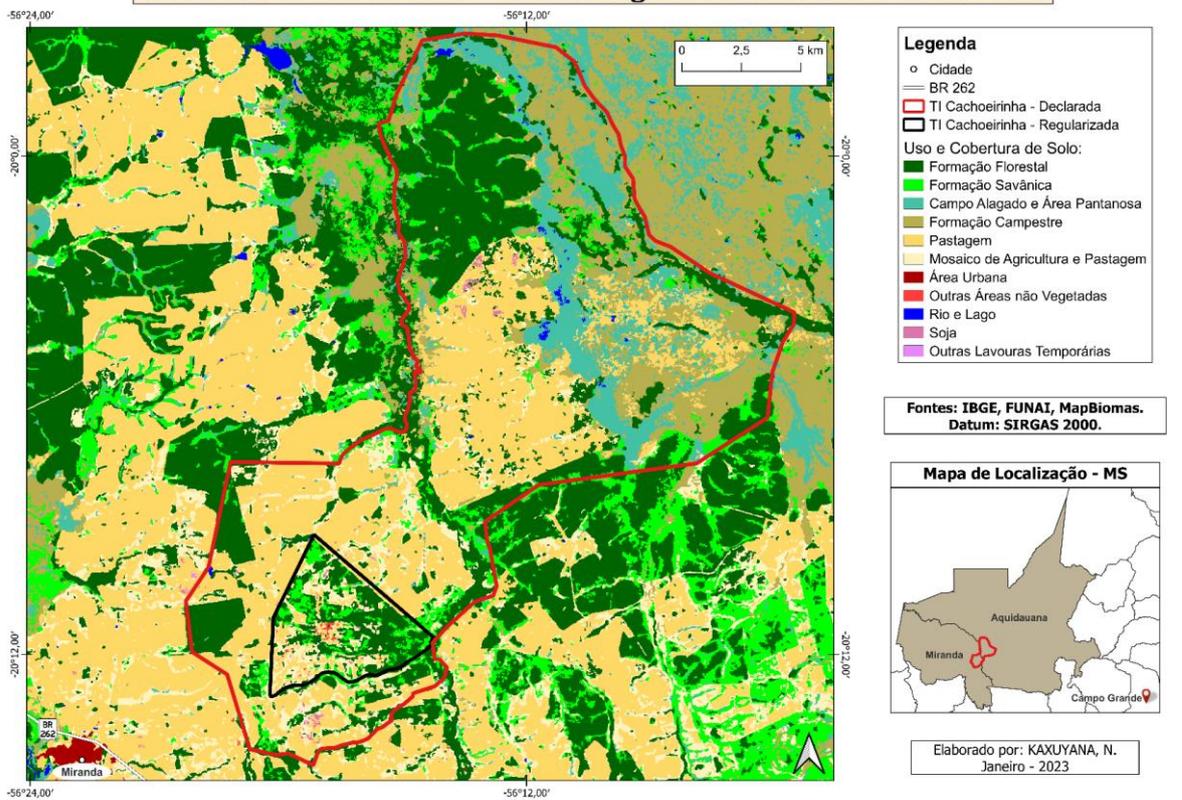




### Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 2010 - MS



### Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 2015 - MS





Uso e Cobertura do Solo - Terra Indígena Cachoeirinha - 2021 - MS

